Army University Press

https://www.armyupress.army.mil/Journals/Military-Review/Edicao-Brasileira/

https://www.facebook.com/MilitaryReviewLATAM

https://twitter.com/MilReview_LATAM

PB -100 -20 - 10/11/12
Headquarters, Department of the Army
Approved for public release; distribution is unlimited

PIN: 206991-000

EDIÇÃO BRASILEIRA

Military Review

QUARTO TRIMESTRE 2020

Military Review

REVISTA PROFISSIONAL DO EXÉRCITO DOS EUA

QUARTO TRIMESTRE 2020

Resgatando a Essência das Operações de Informação na Guerra Convencional p2
Ten Cel Carlos Eduardo de Matos Barboza, Exército Brasileiro
Maj Luís Henrique Vighi Teixeira, Exército Brasileiro

Mantenha o Foco no Objetivo Final p51
Cel (Res) George F. Oliver, Exército dos EUA

Para Mudar um Exército: Vencendo Amanhã p66
Gen Div Eric J. Wesley, Exército dos EUA
CW5 Jon Bates, Exército dos EUA

CENTRO DE ARMAS COMBINADAS, FORTE LEAVENWORTH, KANSAS

ARMY UNIVERSITY PRESS

Military Review

REVISTA PROFISSIONAL DO EXÉRCITO DOS EUA

Quarto Trimestre 2020 Tomo 75 Número 4
Professional Bulletin 100-20-10/11/12

Comandante, Centro de Armas Combinadas:
GENERAL DE DIVISÃO JAMES E. RAINEY

Reitor, Army University, CGSC:
GENERAL (BG) DONN HILL

Diretor e Editor-Chefe da Military Review:
CORONEL PAUL BERG

Editor-Chefe das Edições em Inglês:
WILLIAM M. DARLEY

Editor-Chefe das Edições em Línguas Estrangeiras:
MIGUEL SEVERO

Gerente de Produção:
TENENTE-CORONEL DAVID ROUSSEAU

Assistente Editorial:
CHRISTINE GARDNER

Edições Ibero-Americanas
Diagramador/Webmaster:
MICHAEL SERRAVO
Assistente Editorial:
DANIELLE POWELL

Edição Hispano-Americana
Tradutor/Editor:
RONALD WILLIFORD
Tradutor/Editor:
EMILIO MENESES

Edição Brasileira
Tradutora/Editora:
FLAVIA DA ROCHA SPIEGEL LINCK
Tradutora/Editora:
MELISSA SABELLA HARKIN

Assessor das Edições Ibero-americanas
Oficial de Ligação do Exército Brasileiro junto ao CAC/EUA e Assessor da Edição Brasileira:
CORONEL RICARDO YOSHIYUKI OMAKI

Military Review – Publicada pelo CAC/EUA, Forte Leavenworth, Kansas, trimestralmente em português e espanhol e bimestralmente em inglês. Porte pago em Leavenworth Kansas, 66048-9998, e em outras agências do correio.

Os fundos para publicação foram autorizados pelo Departamento do Exército em 12 de janeiro de 1983.

A correspondência deverá ser endereçada à Military Review, CAC, Forte Leavenworth, Kansas, 66027-1293, EUA. Telefone (913) 684-9338, ou FAX (913) 684-9328.

Correio Eletrônico (E-Mail) usarmy.leavenworth.tradoc.mbx.armyu-aup-military-review-latam@mail.mil. A Military Review pode também ser lida através da internet no website: https://www.armyupress.army.mil/Journals/Military-Review/Edicao-Brasileira/.

Todos os artigos desta revista constam do índice do Public Affairs Information Service Inc., 11 West 40th Street, New York, NY, 10018-2693.

As opiniões aqui expressas pertencem a seus respectivos autores e não ao Departamento de Defesa dos EUA ou seus elementos constituintes, a não ser que a observação específica defina a autoria da opinião. A Military Review se reserva o direito de editar todo e qualquer material devido às limitações de seu espaço.

Military Review Edição Brasileira (US ISSN 1067-0653) (UPS 009-356) is published quarterly by the U.S. Army, Combined Arms Center (CAC), Ft. Leavenworth, KS 66027-1293.

Periodical paid at Leavenworth, KS 66048, and additional mailing offices. POSTMASTER: Send address corrections to Military Review, 290 Stimson Ave., Fort Leavenworth, KS 66027-2348.

By Order of the Secretary of the Army:

JAMES C. MCCONVILLE
General, United States Army
Chief of Staff

Official:

KATHLEEN S. MILLER
Administrative Assistant
to the Secretary of the Army
2023200

Índice

2 Resgatando a Essência das Operações de Informação na Guerra Convencional

Ten Cel Carlos Eduardo de Matos Barboza, Exército Brasileiro

Maj Luís Henrique Vighi Teixeira, Exército Brasileiro

O entendimento sobre o que são as Operações de Informação e qual a sua finalidade varia consideravelmente entre os integrantes do Exército Brasileiro. Nesse sentido, este artigo visa a esclarecer conceitos e definições relativos às Operações de Informação e compreender as suas origens no combate convencional, conforme a doutrina militar brasileira, apresentando possíveis causas que dificultam seu pleno entendimento e apontando um caminho para sua melhor compreensão.

14 Produzindo Efeitos Além de Nossas Capacidades

As Novas Táticas de Infantaria do 2º Regimento de Cavalaria

Ten Cel Timothy Wright, Exército dos EUA

Cap Victoria Hulm, Exército dos EUA

CSM Daniel Rose, Exército dos EUA

Três integrantes do 2º Regimento de Cavalaria descrevem como a singular organização por tarefas de sua grande unidade lhe possibilita maximizar suas capacidades.

30 Estamos Perdendo Oportunidades para Desenvolver a Prontidão Permanente de Todos os Componentes nas Brigadas de Combate

Ten Cel Nicholas Melin, Exército dos EUA

O autor ressalta como as brigadas de combate (BCT) não estão integrando, adequadamente, os capacitadores de escalão acima de brigada em suas formações. Identifica, ainda, medidas para sanar essa lacuna de prontidão e oferece recomendações institucionais para um alinhamento formal e regional de capacitadores com as BCT e divisões.

41 Arma Letal

Treinamento de Combate Corpo a Corpo e Habilidades Mentais para Assegurar a Superioridade no Combate a Curta Distância

Ten Cel (Res) Peter R. Jensen, Exército dos EUA

Ten Cel Andy Riise, Exército dos EUA

A instrução de lutas representa um dos poucos ambientes de treinamento que gera, nos soldados, respostas ao estresse semelhantes às provocadas pelo combate. A colaboração entre o atual programa de instrução de combate corpo a corpo e os centros de desempenho "Ready and Resilient" confere oportunidades para mitigar riscos para o desempenho decorrentes da resposta ao estresse, proporcionando as ferramentas para que os soldados atuem de modo ideal.

51 Mantenha o Foco no Objetivo Final

A Importância das Operações de Estabilização

Cel (Res) George F. Oliver, Exército dos EUA

Os planejadores militares e civis nos níveis estratégico e operacional precisam manter o foco no estado final desejado, independentemente do tipo de guerra, segundo este professor da Escola de Guerra Naval dos EUA.

66 Para Mudar um Exército: Vencendo Amanhã

Gen Div Eric J. Wesley, Exército dos EUA

CW5 Jon Bates, Exército dos EUA

O Diretor do Futures and Concepts Center, U.S. Army Futures Command, apresenta uma visão e uma estrutura para a modernização do Exército dos EUA, com o objetivo de acompanhar a crescente paridade dos adversários da nação.

78 Índice Anual

Capa: Integrantes do 2º RC se preparam para ocultar uma viatura *Stryker* durante o exercício *Dragoon Ready* 20, no Centro Multinacional Conjunto de Adestramento, em Hohenfels, na Alemanha, 2 Nov 2019. (Foto do Cb Ethan Valetski, Exército dos EUA)

Resgatando a Essência das Operações de Informação na Guerra Convencional

Ten Cel Carlos Eduardo de Matos Barboza, Exército Brasileiro
Maj Luís Henrique Vighi Teixeira, Exército Brasileiro

(Foto de Felix Mittermeier, https://unsplash.com/photos/nAjil1z3eLk)

O bom combatente sempre força o inimigo a permanecer passivo e não o deixa ter influência sobre si.

—Sun Tzu, *Da Arte da Guerra*, séc. VI a.C.

O entendimento sobre o que são as Operações de Informação (Op Info) e qual a sua finalidade varia consideravelmente entre os integrantes do Exército Brasileiro (EB). Em se tratando de um tipo de Operação Complementar[1], é fato que sua importância e o potencial de colaboração com as demais operações, na Era da Informação, ainda não foram devidamente percebidos por uma parcela dos militares brasileiros. No entanto, isso não é um problema exclusivo de nossa Força. Gorkowski aponta os mesmos problemas no Exército dos Estados Unidos da América (EUA), uma das principais referências da doutrina da Força Terrestre brasileira: "Pergunte a cinco comandantes de batalhão ou de brigada o que são operações de informação e como elas podem ajudá-los, e você terá cinco respostas diferentes e confusas"[2].

A confusão aumenta quando adicionamos ao jargão militar outros termos como Operações de Apoio à Informação[3], Operações Psicológicas (Op Psc), Comunicação Estratégica, "corações e mentes", Capacidades Relacionadas à Informação (CRI), apoio da população, narrativa dominante e tantos mais, potencialmente mal compreendidos e até mesmo confundidos por vezes como sinônimos de Op Info. Nesse sentido, este artigo visa a esclarecer conceitos e definições relativos às Op Info e compreender as suas origens no combate convencional, conforme a doutrina militar brasileira , apresentando possíveis causas que dificultam seu pleno entendimento e apontando um caminho para sua melhor compreensão.

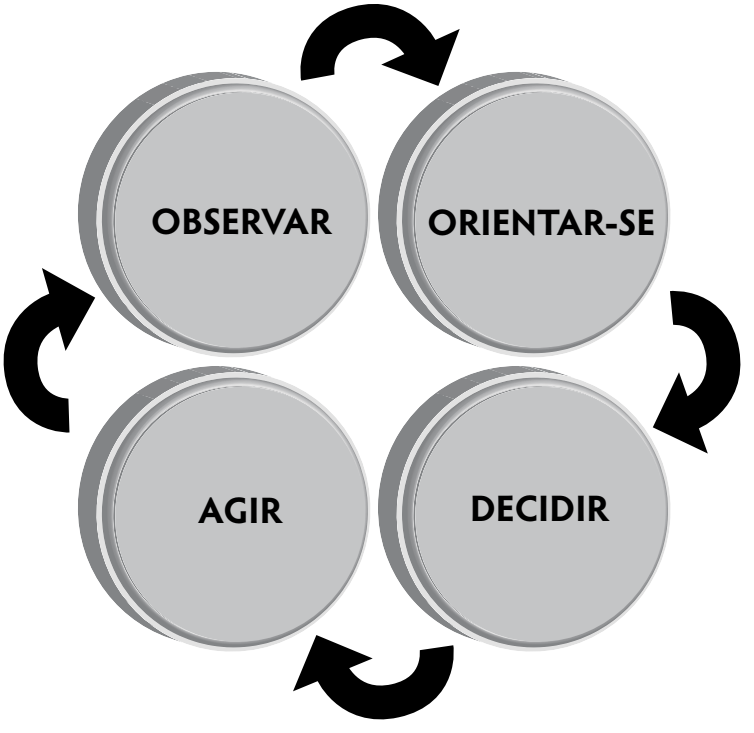
A Decisão como Propósito

No duelo do "choque de vontades", a sequência de decisões — algumas mais acertadas outras menos —definirá o resultado da batalha. Assim, "aquele que conseguir tomar e implementar decisões acertadas mais rapidamente ganhará a vantagem decisiva, pois influenciará o ambiente antes que o oponente possa usar as informações disponíveis para tomar decisões"[4].

Tal é a importância da decisão que muitos esforços são dedicados à construção de conceitos, processos e metodologias de apoio a ela. Fatores da decisão; exame de situação; linhas de ação; matriz de decisão; processo de integração terreno, condições meteorológicas, inimigo e considerações civis; e processo decisório são termos e expressões associados à tomada de decisões rápidas, acertadas e oportunas[5].

O principal insumo para a construção da decisão é a "informação". Parte da dificuldade de entendimento do conceito de Op Info está em não reconhecer que o foco desse tipo de Operação é a "informação" e o seu objetivo primordial, a "decisão".

John Richard Boyd foi um piloto de caça norte-americano na Guerra da Coreia. Formulou a teoria de que, para vencer o adversário, era preciso interferir no seu ciclo "observação – orientação – decisão – ação" (OODA) e realizar o ciclo completo mais rapidamente que o oponente (veja a figura 1)[6]. A ideia era empregar manobras ágeis, súbitas e inesperadas para fazer com que o inimigo estivesse sempre tentando adivinhar suas intenções e para confundi-lo, atrasando, assim, seu processo decisório, de maneira a



(Fonte: EB20-MC-10.205 *Comando e Controle*, 1ª ed. [Brasília: 2015], 2-7)

Figura 1. Ciclo OODA

torná-lo incapaz de prever a posição de sua aeronave. O conceito foi generalizado como uma teoria da guerra e deu origem à apresentação "Patterns of Conflict", divulgada pela primeira vez na década de 1970, popularizando o que hoje é conhecido como ciclo OODA.

O manual de campanha do Exército Brasileiro "Comando e Controle" descreve o modelo de Boyd[7]. Na fase *observar*, é percebido o cenário onde se deseja atuar e se está inserido, captando o maior número possível de estímulos. Na fase *orientar-se*, é produzida uma imagem mental da nova situação, consolidando e interpretando as percepções e formulando as linhas de ação a serem apresentadas ao decisor. Na fase *decidir*, o comandante toma decisões, baseado no cenário formado na fase anterior e nas possíveis linhas de ação. Na fase *agir*, são implementadas as ações decorrentes da decisão tomada, alterando a situação do ambiente operacional e iniciando um novo ciclo de Comando e Controle (C^2).

De acordo com esse manual, em combate, há uma interação entre os ciclos decisórios oponentes, em que a velocidade e a clareza da informação configuram-se como grandes influenciadores sobre a decisão. Assim, o comandante que antes completar o ciclo influencia o cenário e, consequentemente, as decisões do outro lado, fazendo com que o oponente tenha de interromper e refazer seu ciclo, obtendo, assim, vantagem competitiva. No entanto, a velocidade em decidir não será, por si só, suficiente para garantir a efetividade e o sucesso de uma força. Uma percepção inadequada ou incompleta do ambiente, fruto de informações analisadas incorretamente, compromete o sucesso pela falta de qualidade e não pela velocidade[8].

Origem do Conceito de Operação de Informação

Segundo Christopher Lowe, ao longo da Guerra Fria, e mais acentuadamente ao final dela, o aumento da dependência nas comunicações radioeletrônicas e nos computadores introduziu uma nova vulnerabilidade: a função de combate Comando e Controle estava sujeita a ataques através do espectro eletromagnético[9]. Nesse mister, o exército soviético foi o primeiro a identificar a vantagem potencial associada a atacar o sistema de comunicações de um inimigo, interrompendo seu comando e controle.

Em 1974, os soviéticos adotaram uma doutrina conhecida como Combate Radioeletrônico (CRE) para obter essa vantagem. O CRE integrou uma combinação de meios disruptivos e destrutivos, incluindo o bloqueio de sinal e a destruição física de nós críticos. A interrupção dos fluxos de informação radioeletrônica pretendia paralisar ou desorientar a ação militar adversária. Segundo Lowe, "a característica mais notável do CRE era sua ênfase na integração, o que implicava a combinação simultânea de múltiplos meios de proteção e disruptivos em um 'todo maior que a soma de suas partes', em apoio ao esquema de manobra"[10].

Em 1979, as Forças Armadas norte-americanas responderam ao CRE com uma doutrina própria, conhecida como Contramedidas de Comando, Controle e Comunicações (*Command, Control and Communication Countermeasures — C3CM*). Abarcando ações de destruição física, interferência, segurança de operações[11] e dissimulação, a C3CM compartilhava os fundamentos da

O Ten Cel Cav Carlos Eduardo de Matos Barboza, do Exército Brasileiro, desempenha, atualmente, a função de adjunto da Seção de Operações da 10ª Região Militar, Fortaleza-CE. Serviu, anteriormente, como oficial de operações no 1º Esquadrão de Cavalaria Paraquedista e no 3º Regimento de Carros de Combate. Comandou o 3º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado e participou da Missão das Nações Unidas no Sudão e Sudão do Sul. Foi Comandante de Força-Tarefa Subunidade na Operação São Francisco — Força de Pacificação VII (Complexo da Maré – Rio de Janeiro). É bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN 2000) e mestre em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO 2008). Concluiu o Curso de Comando e Estado-Maior.

O Maj Inf Luís Henrique Vighi Teixeira, do Exército Brasileiro, desempenha, atualmente, a função de adjunto da Seção de Operações da 2ª Divisão de Exército, São Paulo-SP. É bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN 2001) e mestre em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO 2009). Concluiu o Curso de Comando e Estado-Maior e é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares do Instituto Meira Mattos (PPGCM/IMM/ECEME).

doutrina soviética, incluindo seus principais elementos, sua ênfase na integração das ações e os efeitos desejados no comando e controle do inimigo[12].

Posteriormente, em 1993, o Departamento de Defesa dos EUA reformulou a doutrina C3CM, mudando seu nome para Guerra de Comando e Controle (*Command and Control Warfare — C2W*) e adicionando como ferramenta as Op Psc, uma capacidade adicional que se mostrou útil para quebrar os fluxos de informação do inimigo durante a Primeira Guerra do Golfo. Em parte, isso se deu como reconhecimento de que os apelos à rendição contribuíram para a "cegueira" dos tomadores de decisão adversários durante a Operação *Desert Storm*[13].

> Cerca de 87 mil soldados iraquianos se renderam quando forças de Operações Psicológicas dos EUA atacaram unidades iraquianas com panfletos, mensagens de alto-falantes e transmissões de rádio. A rendição iraquiana generalizada e a deserção, sem dúvida, incapacitaram o comando e controle iraquiano, privaram o alto-comando iraquiano de seus "olhos e ouvidos", contribuíram para o moral baixo e reduziram a capacidade de resposta tática[14].

A revolução informacional e o consequente debate sobre seus impactos nos assuntos militares levaram a uma nova reformulação da doutrina C2W. Em meados da década de 1990, o Estado-Maior Conjunto divulgou a Publicação Conjunta 3-13.1, *Doutrina Conjunta para a Guerra de Comando e Controle* (C2W) (JP 3-13.1, *Joint Doctrine for Command and Control Warfare* [C2W]). Nela, "a C2W efetiva fornece ao Comandante da Força Conjunta (*Joint Force Commander — JFC*) a capacidade de moldar a compreensão do comandante adversário sobre a situação no teatro de operações e permite que o JFC processe informações através do ciclo de decisão de C^2 mais rapidamente do que um comandante adversário"[15], contribuindo assim para a Superioridade de Informação[16].

Na sequência, um novo termo — Operações de Informação — logo transformaria a doutrina C2W. Em agosto de 1995, o Exército dos EUA lançou o Panfleto 525-69, *Conceito para Operações de Informação* (TP 525-69, *Concept for Information Operations*), do Comando de Instrução de Doutrina (*Training and Doctrine Command — TRADOC*)[17]. Assim, o conceito de Op Info endossou a lógica presente no CRE soviético, na C3CM e na C2W. Todas essas doutrinas tornaram o fluxo e o processamento das informações do campo de batalha um objetivo de guerra.

Em 1996, o Exército dos EUA publicou o Manual de Campanha 100-6 , *Operações de Informação* (FM 100-6, *Information Operations*)[18]. No centro dessa nova doutrina estava um conceito antigo: a integração das capacidades militares para interromper ou degradar o comando e controle de um adversário. Esse conceito foi incorporado na doutrina militar terrestre brasileira, no Manual de Campanha EB20-MC-10.213, *Operações de Informação*[19]. No ano seguinte, passou a

C2W é o uso integrado de Operações Psicológicas (Op Psc), dissimulação militar, segurança das operações, Guerra Eletrônica (GE) e destruição física, mutuamente apoiadas pela inteligência, a fim de negar informações para, influenciar, degradar ou destruir as capacidades de C2 do adversário, enquanto protege as capacidades amigas contra tais ações. C2W é uma aplicação da Guerra de Informações nas operações militares e é um subconjunto dela. [...] O apoio de Op Psc para a C2W deve estar em conformidade com o plano global de apoio de Op Psc do Comandante Conjunto; no entanto, o foco vai ser adaptado para públicos-alvo de alto valor relacionados ao C2.

—Joint Publication 3-13.1, *Joint Doctrine for Command and Control Warfare* (1996), I-4 e II-3 (tradução dos autores)

As Operações de Informação (Op Info) consistem na atuação metodologicamente integrada de capacidades relacionadas à informação, em conjunto com outros vetores, para informar e influenciar grupos e indivíduos, bem como afetar o ciclo decisório de oponentes, ao mesmo tempo protegendo o nosso. Além disso, visam a evitar, impedir ou neutralizar os efeitos das ações adversas na Dimensão Informacional.

—EB20-MC-10.213, *Operações de Informação* (2014), 3-1

Operações de Informação – Ações coordenadas que concorrem para a consecução de objetivos políticos e militares. Executadas com o propósito de influenciar um oponente real ou potencial, diminuindo sua combatividade, coesão interna e externa e capacidade de tomada de decisão. Atuam sobre os campos cognitivo, informacional e físico da informação do oponente, e, também, sobre os processos e os sistemas nos quais elas trafegam, ao mesmo tempo em que procuram proteger forças amigas e os respectivos processos e sistemas de tomada de decisão.

—MD35-G-01, *Glossário das Forças Armadas* (2015), p. 196

constar também do MD35-G-01, *Glossário das Forças Armadas*, com algumas diferenças no texto[20].

No manual norte-americano FM 100-6, a nova doutrina incluía *Public Affairs* (PA) (equivalente à Comunicação Social da doutrina brasileira) e *Civil Affairs* (Assuntos Civis, ou As Civ) como elementos complementares de Op Info. Conforme afirma Lowe, assim como a inclusão anterior de Op Psc dentro da C2W, a adição de Comunicação Social (Com Soc) às Op Info parece estar enraizada nas lições amplamente aceitas da Guerra do Golfo, particularmente no que diz respeito ao fluxo de informação, não apenas através, mas também além do campo de batalha[21]. A guerra demonstrou a onipresença e o poder da mídia, que alcançou audiências globais, principalmente por meio de notícias de emissoras transmitidas via satélite. Isso, a doutrina reconhecia, "pode afetar dramaticamente a direção estratégica e o alcance das operações militares"[22]. Nesse sentido, a adição da Com Soc buscou proteger decisores contra as influências negativas da mídia.

Por sua vez, a atividade de As Civ foi considerada importante para as Op Info por causa de sua capacidade de interagir com as principais organizações, autoridades e indivíduos no ambiente informacional, servindo como mais um sensor; por exemplo, o relacionamento tradicional dos As Civ com ONGs e organizações privadas, como o Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Segundo o FM 100-6, o pessoal de As Civ tinha "um papel complicado e importante no fornecimento de informações durante o ciclo de inteligência e o ciclo de planejamento operacional"[23]. Além disso, o acesso da atividade de As Civ a atores internacionais e populações civis significava que poderia servir para preservar e moldar os fluxos de informação, tanto na área internacional quanto local, ambientes públicos de comunicação.

A partir da configuração de um contexto de baixa probabilidade de confronto com o antigo inimigo soviético, os EUA entraram no século XXI vivenciando uma série de operações de contrainsurgência e contraterrorismo, em um ambiente complexo e ambíguo, com um inimigo difuso. Naturalmente, essas novas demandas trouxeram às Op Info um foco centrado na população, ao mesmo tempo em que se esqueciam quase completamente os elementos de comando e controle do adversário, presentes na doutrina[24]. Assim, durante as operações de manutenção da paz na Bósnia e no Kosovo e nas contrainsurgências do Iraque e Afeganistão, as forças do Exército dos EUA procuraram as Op Info como um meio para influenciar as ideias, sentimentos e atitudes das populações civis.

Desfazendo a Generalização e a Incompreensão

Dessa forma, nas operações de manutenção da paz e nas contrainsurgências, as forças do Exército dos EUA acreditavam que essa doutrina expandida de Op Info poderia fornecer uma vantagem. Entretanto, nessas peculiares operações, as forças inimigas, lutando no que Smith denominou de "guerra no meio do povo"[25], adotaram, largamente, estratégias deliberadas que vieram a testar a própria lógica das Op Info, a lógica do fluxo de informações e do processo decisório. Insurgentes, terroristas e elementos criminosos, operando em redes pequenas e descentralizadas, abaixo do chamado "limiar da discriminação", e com muita astúcia em vez de alta tecnologia, tornaram a ruptura dos seus ciclos decisórios um tanto irrelevante, se não impossível aos norte-americanos.

Ao mesmo tempo, esses inimigos assimétricos representavam pouca ou nenhuma ameaça ao comando e controle das forças conjuntas. Nesse contexto, ganhar "corações e mentes" tem sido, nas últimas duas décadas, a tarefa de informação por excelência, o que, por vezes, é motivo das generalizações e incompreensões conceituais observadas nos Exércitos que se pautam na doutrina norte-americana como referência. O Cel Mark Vertuli afirma: "No decorrer de vários anos de operações de paz, contrainsurgência e contraterrorismo, o Exército mudou o foco de uma ênfase de comando e controle para uma abordagem mais centrada na população, uma abordagem 'corações e mentes'"[26].

A informação tornou-se [...] o componente primordial da Era do Conhecimento e uma poderosa ferramenta para influenciar, interromper ou afetar a capacidade do adversário de tomar e compartilhar as suas decisões.

—EB20-MC-10.213 *Operações de Informação* (2014), 2-2

Claro, há de se considerar que as operações terrestres ocorrem em um ambiente operacional dominado por civis, sendo que sua presença não pode ser ignorada. No entanto, quando se visualiza uma situação de guerra convencional, em primeiro lugar, o adversário deve ser derrotado.

Outro importante ponto de confusão conceitual refere-se à integração das CRI. A doutrina define as Op Info como o emprego integrado das CRI — Com Soc, Op Psc, Guerra Eletrônica (GE), Guerra Cibernética, Inteligência e outros recursos[27]. No entanto, para o claro entendimento e para que não se confundam as CRI e sua integração com as Op Info propriamente ditas, a discussão deve começar pelo propósito destas últimas. O foco deve estar na informação e no papel das Op Info, e não nas CRI. Estas últimas são apenas as ferramentas utilizadas para atuar na informação. Toda vez que se desvia o foco para uma CRI, individualmente, perde-se de vista o propósito das Op Info e generaliza-se o uso do termo, que passa a ser utilizado para designar qualquer atividade que tenha a ver com "informação", independentemente de seu propósito. Por exemplo, como destacado acima, nos dias atuais, o foco em Op Psc nos conduz a pensar no apoio da população, mas sem considerar a finalidade da conquista desse apoio. Assim, passa-se a chamar de Op Info toda atividade que antes era apenas designada pelo nome da CRI, incorrendo assim em uma generalização.

A definição de Op Info na doutrina se distancia bastante das CRI quando consideradas individualmente, pois estas são limitadas e podem ter diversos outros propósitos além das Op Info. Assim, a interpretação da definição da doutrina, mais abrangente e focada em efeitos, com ênfase na finalidade das Op Info, é a mais indicada. Nesse contexto, Lowe afirma que não é de surpreender que comandantes e operadores de informações tenham confiado fortemente na incorporação das Op Psc, Com Soc e As Civ, uma vez que são essencialmente um meio de comunicação com o público[28]. Assim, percebe-se uma reinterpretação da doutrina, sendo que aqueles que contam com experiência nas guerras irregulares no Afeganistão e no Iraque são especialmente propensos a entender as Op Info em termos de relações públicas e comunicação estratégica, apesar do *design* cibernético da doutrina e seu claro foco no adversário.

Observam-se os embates recentes, nas mídias sociais, relacionados a temas políticos, ideológicos e culturais. Além disso, em virtude da distorção do conceito, do viés centrado na população, a "guerra da

Momento de tomada de decisão do Comandante Militar do Sudeste durante o Exercício de Simulação Construtiva/Jogo de Guerra do CMSE, realizado em São Paulo, 1-4 Out 2019, mostrando a influência das informações no Ciclo OODA. (Foto do 3º Sgt Emmanuel Vargas da Costa, Exército Brasileiro)

história" e o "controle da narrativa" são agora frases comuns no léxico das Op Info. Gorkowski chega a questionar a importância dada ao apoio da população, quando aquela é desprovida de uma análise das influências no combate[29]. Esse autor defende que os esforços das Op Info devem, na verdade, ser focados em influenciar o que o adversário faz ou deixa de fazer, ou seja, em moldar seu comportamento.

Para melhor esclarecer, é válido diferenciar mudança de atitude e mudança de comportamento, conceitos da psicologia social. Como a atitude é uma intenção de se comportar de uma certa maneira, a intenção pode ou não ser consumada, dependendo da situação ou das circunstâncias. Mudanças nas atitudes de uma pessoa podem demorar muito para causar mudanças de comportamento que, em alguns casos, podem nem chegar a ocorrer[30]. Portanto, a atitude hostil não afetará as operações militares enquanto não se transformar em comportamento hostil. Assim, deve-se ter em mente que "apoio da população", como um fim em si mesmo, distancia-se dos conceitos clássicos das Op Info, pois pode ser desprovido de efeitos no processo decisório e não é necessariamente orientado para o inimigo. Isso não significa uma maior ou menor importância desse tipo de apoio em uma operação, mas sim que tal condição é basicamente o produto de uma CRI, e a sua priorização ou não deve estar a serviço do planejamento mais amplo e complexo da operação como um todo.

Na verdade, o foco principal das Op Info são os tomadores de decisão adversários ou os processos envolvidos na tomada de decisão. A atividade para influenciar um público maior pode ser mais apropriadamente denominada de "Comunicação Estratégica".

A Comunicação Estratégica pode ser definida como a "abordagem conjunta de governo, impulsionada por processos interagências e de integração de esforços focados em comunicar eficazmente a estratégia nacional"[31]. É um conceito mais abrangente e dirigido a outros públicos-chave, tendo como foco a perspectiva cognitiva do ambiente informacional. Em

contrapartida, as Op Info constituem-se em uma função integradora especificamente destinada a operações militares, dirigida contra o inimigo e seu processo de tomada de decisão, podendo atingir sua perspectiva cognitiva, lógica ou física do ambiente informacional.

Modelo Conceitual das Operações de Informação

As decisões são produzidas de acordo com as percepções que os tomadores de decisão formam do ambiente operacional, seja em sua dimensão física, humana ou informacional, sendo essas interpretações passíveis de influências diversas (veja a figura 2). O Manual de Campanha EB20-MC-10.213, *Operações de Informação*, do Exército Brasileiro, apresenta a seguinte explicação: "A dimensão informacional é o conjunto de indivíduos, organizações e sistemas no qual tomadores de decisão são utilizados para obter, produzir, difundir e atuar sobre a informação. [...] Muitos dos efeitos na vontade são atingidos na dimensão informacional que apoia a decisão"[32].

Para a compreensão de como os tomadores de decisão obtêm, produzem, difundem e atuam sobre a informação, o EB20-MC-10.213 divide a dimensão informacional do ambiente operacional em três perspectivas inter-relacionadas: a perspectiva física, a lógica e a cognitiva.

(Fonte: EB20-MC-10.213 *Operações de Informação*, 1ª ed. [Brasília: 2014], 2-3)

Figura 2. As Dimensões do Ambiente Operacional

A perspectiva física remete ao que é tangível da dimensão informacional, incluindo os seres humanos, infraestruturas de apoio, sistemas de comando e controle (C^2), computadores, jornais, livros, *smartphones*, etc. A perspectiva lógica (ou virtual) engloba onde e como as informações são obtidas, produzidas, armazenadas, protegidas e difundidas, como, por exemplo, o espectro eletromagnético ou o espaço cibernético. Ela liga o mundo físico com a consciência humana. A perspectiva cognitiva abrange as mentes daqueles que têm a responsabilidade de obter, produzir, difundir e atuar sobre a informação. É onde os indivíduos processam a informação recebida, de acordo com um conjunto particular de crenças individuais e culturais, normas, motivações, emoções, identidades e ideologias. Até o momento, a perspectiva cognitiva não pode ser atacada diretamente (a não ser por droga ou substância psicotrópica), mas pode ser influenciada indiretamente[33].

As ligações entre as perspectivas da dimensão informacional são demonstradas com setas na figura 3, ilustrando o ciclo decisório. O ciclo decisório amigo, em relação ao ciclo decisório do oponente, pode ser visualizado como na figura 4. A compreensão desses conceitos e do processo decisório é fundamental para que se possa entender, com precisão, a definição e as atividades das Op Info, que são representadas na figura 4, atuando sobre ambos os ciclos decisórios, em quaisquer das perspectivas da dimensão informacional, influenciando, interrompendo, corrompendo ou manipulando o processo de tomada de decisão do adversário, enquanto protege o próprio.

Integração e Sincronização das CRI

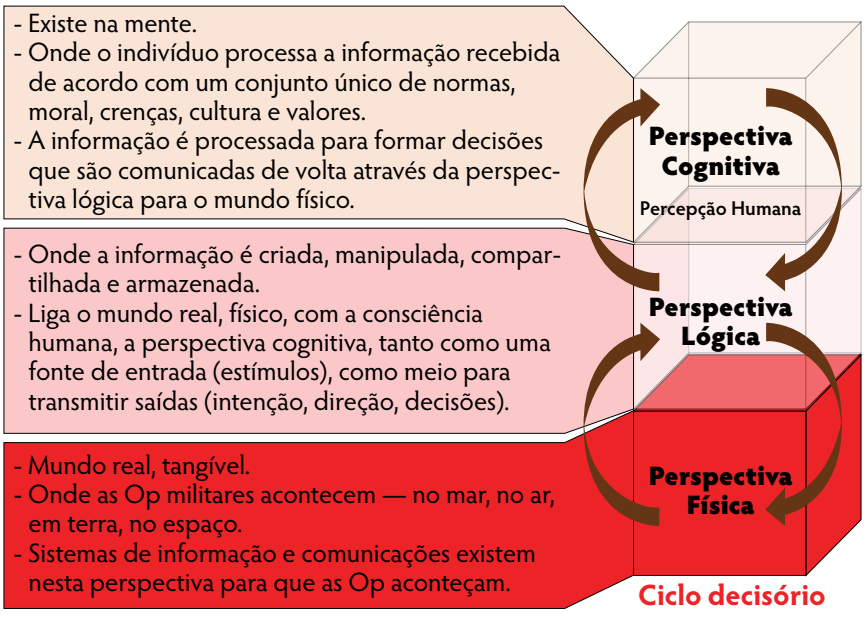
Um bom exemplo do emprego integrado e sincronizado das CRI nas Op Info foi visto no conflito da Ucrânia, em que a Rússia utilizou com sucesso a desinformação, induzindo para que a comunidade internacional desconfiasse da informação que estava recebendo, ao mesmo tempo em que debilitava a capacidade de resposta ucraniana por meio de operações no espaço cibernético, GE e Op Psc. Essa interferência causada pela guerra de informação russa causou uma confusão capaz de paralisar os tomadores de decisão ocidentais, o que ficou evidente no fato de que a Rússia conseguiu alcançar seus objetivos estratégicos e políticos antes que os líderes

ocidentais pudessem dar uma resposta oportuna[34].

Individualmente, as CRI possuem diversas utilidades. Seus operadores, em boa parte delas, são elementos especializados que desempenham atividades diversas e com finalidades distintas, atinentes às suas áreas de conhecimento específicas. Permanecem isoladas boa parte do tempo. A utilidade do poder coletivo da guerra de informação não é maximizada senão com a integração dessas capacidades.

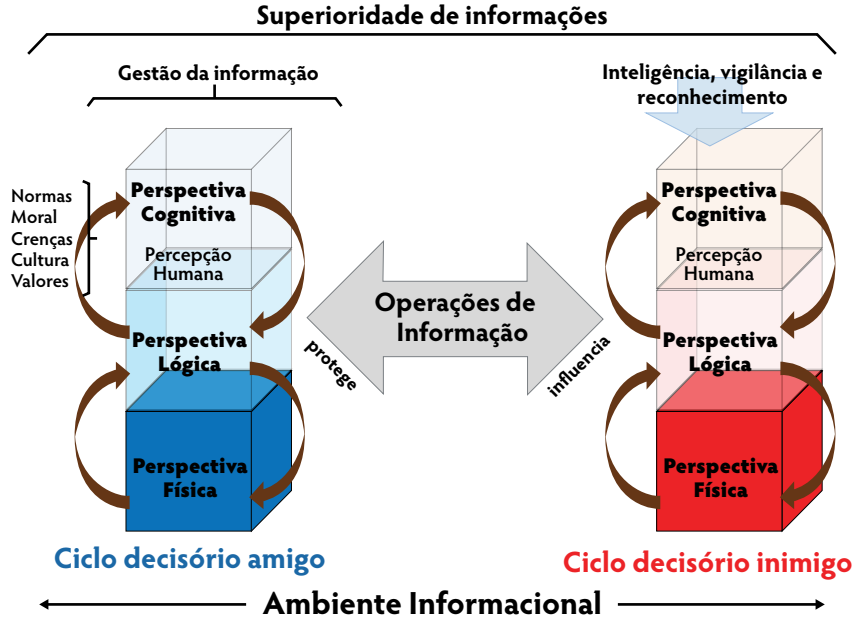
Deve-se compreender, no entanto, que as Op Info não se limitam ao emprego de uma lista taxativa de CRI integradas. As Op Info são uma função integradora de capacidades, sejam elas quais forem, devendo ser utilizadas com vistas a efeitos na dimensão informacional e no processo decisório. A definição não é limitante. As ferramentas utilizadas são tão mais variadas quanto maior for a criatividade do comandante e de seu Estado-Maior.

Por sua vez, sincronização é o ato de colocar duas ou mais coisas para interagirem com perfeita harmonia e ao mesmo tempo, tornar sincrônico, combinar movimentos para que se deem no mesmo momento. A sincronização não deve ser entendida somente como necessária à integração das capacidades. A doutrina do Brasil prevê que as Op Info devem apoiar de forma global a consecução dos objetivos estabelecidos para uma campanha militar, sendo que suas atividades devem ser detalhadamente incorporadas e coordenadas com as demais ações previstas nas operações[35]. Isso significa sincronizar as Op Info com a manobra.



(Fonte: U.S. Army War College, Center for Strategic Leadership, *Information Operations Primer: Fundamentals of Information Operations*, p. 2, https://apps.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a509052.pdf. Quadro traduzido e adaptado pelos autores.)

Figura 3. Perspectivas da Dimensão Informacional



(Fonte: U.S. Army War College, Center for Strategic Leadership, *Information Operations Primer: Fundamentals of Information Operations*, p. 3, https://apps.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a509052.pdf. Quadro traduzido e adaptado pelos autores.)

Figura 4. Operações de Informação e Ciclo Decisório

Um exemplo emblemático disso é a confecção do desenho operacional*, ferramenta do planejamento conceitual das operações, que promove a unidade de esforço ao ajudar o comandante e seu estado-maior a integrar e sincronizar forças militares e capacidades para o atingimento do estado final desejado. Sem o uso do desenho operacional, campanhas e operações correm o risco de ser um conjunto de eventos desconexos.

Na elaboração e aplicação dessa ferramenta, a sincronização da Op Info com a manobra é refletida no seu posicionamento, no tempo e no espaço, em relação às linhas de operação e linhas de esforço. A Op Info pode ocorrer em apoio à conquista de qualquer ponto decisivo ou objetivo presente nas linhas de operação/esforço. Ainda, em determinadas fases de uma campanha militar, o esforço principal pode ser exercido inclusive pelas Op Info.

Portanto, as Op Info não devem ficar restritas a uma única linha de esforço. Se assim for, segregar-se-iam suas atividades em relação ao restante da manobra, contrariando os preceitos de integração e sincronização. Porém, não são raras as vezes em que planejadores nomeiam uma linha de esforço como "linha de esforço Op Info". Essa abordagem segregacionista é uma das causas da dificuldade de integração do planejamento da célula de Op Info com a célula de operações, acarretando a inobservância do princípio da unidade de esforço.

Conclusão

Este artigo se propôs a adotar um caráter informativo no sentido de auxiliar a compreensão do que vem a ser o conceito e as definições de Op Info na doutrina militar terrestre brasileira. Para tal, partiu do processo histórico de evolução desse tipo de operação complementar. Nesse contexto, abordou a discrepância entre o conceito original de Op Info e as diversas práticas atuais. Mas será que isso importa? Não está a doutrina em constante mutação, evoluindo e absorvendo mudanças conforme as necessidades apresentadas pelo mundo real?

Expor essas divergências ajuda a evitar alguns riscos. Podem-se perder algumas oportunidades ao limitar o poder de "influenciar" a uma restrita lista de atividades, tais como Op Psc e Com Soc, produzindo-se efeitos sobre o inimigo também limitados, a despeito dos esforços dispendidos. Se as Op Info forem associadas à ideia de que servem para ganhar uma disputa de narrativas, é bem provável que as forças terrestres, quando necessário, não estejam preparadas para empregá-las como originalmente concebidas ou em seu pleno potencial.

A era do conhecimento abriu novas oportunidades para manipular, influenciar ou interromper o processo decisório não só do inimigo, mas de todo ator relevante ou público com um interesse no resultado de um conflito. Mesmo que o uso da informação como arma tenha ocorrido desde os primeiros conflitos da humanidade, a revolução tecnológica mudou substancialmente os meios e métodos utilizados na guerra informacional.

Assim, sistemas de informação tornaram-se vulneráveis, e essa vulnerabilidade não se aplica somente aos componentes físicos e lógicos desse sistema, mas também à cognição humana que deles fazem parte. Isso reforça a necessidade cada vez maior de se compreender as Op Info, seus usos e suas ferramentas, principalmente no intuito de bem operá-las e de capacitar todos os militares da força para que se mantenham bem informados, pois, nesse duelo, cada militar com sua percepção e sua mentalidade, independentemente de sua posição ou função no campo de batalha, se constituirá em um ponto forte ou fraco para a sua Força.

Em síntese, é preciso desfazer o paradigma reducionista de que as Op Info são somente um meio para influenciar populações civis. As Op Info são, em sua essência, destinadas a produzir um efeito no adversário, conduzidas para obter uma vantagem relativa para os tomadores de decisão. Os comandantes duelam, direcionando recursos para a coleta de informações com o intuito de melhor compreender a situação e obter as informações necessárias para tomar uma decisão oportuna e mais acertada, sendo que aquele que fizer esse contínuo processo de forma mais eficaz e rápida, estará em vantagem. Assim, o objeto das Op Info é a informação, independentemente das capacidades, ações ou técnicas empregadas para afetá-la ou protegê-la. Por isso, é mais fácil entender as Op Info a partir da visualização de seu propósito, antes mesmo da seleção de suas ferramentas.

[*Cf. "concepção operativa" no EB, EB20-MC-10.211, *Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres*, https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/86/1/EB20-MC-10.211.pdf — N. do T.]

Por fim, conclui-se que, ao possibilitarem a proteção de nosso processo decisório ao mesmo tempo em que prejudicam o do inimigo, as Op Info contribuem para a manutenção da iniciativa nas ações, obrigando o adversário a estar sempre em atitude reativa frente à atuação de nossas tropas. Assim, para que as Op Info sejam bem-sucedidas nesse mister, devem ser operações integradas, bem compreendidas, sincronizadas com a manobra e providas dos recursos e da prioridade necessários. ■

Referências

Epígrafe. Sun Tzu, *Da Arte da Guerra*, trad. do Prof. Dr. Yan Kee Wing (Rio de Janeiro: Mauad X, 2011), cap. VI, p. 36.

1. Exército Brasileiro, EB70-MC-10.223 *Operações*, 5ª ed. (Brasília, 2017).
2. Justin Gorkowski, "US Information Operations in Large-Scale Combat Operations: Challenges and Implications for the Future Force", In Mark Vertuli e Bradley Loudon (ed.), *Perceptions are Reality: Historical Case Studies of Information Operations in Large-Scale Combat Operations* (Fort Leavenworth, Kansas: Army University Press, 2018), p. 18 (tradução dos autores).
3. Denominação antiga das Operações Psicológicas.
4. Exército Brasileiro, EB20-MC-10.205 *Comando e Controle*, 1ª ed. (Brasília, 2015).
5. Ministério da Defesa do Brasil, MD35-G-01 *Glossário das Forças Armadas*, 5ª ed. (Brasília, 2015).
6. John Boyd, "Patterns of Conflict", 1986, acesso em 22 jul. 2019, http://www.ausairpower.net/JRB/poc.pdf. Esse autor formulou a *Energy Maneuverability (E-M) Theory*. Entrando e interferindo no *loop* decisório do adversário, cria-se uma desordem e estresse mental. Assim, "he who can handle the quickest rate of change survives".
7. Ibid.
8. Ibid.
9. Christopher Lowe, "From Battle to the Battle of Ideas: the Meaning and Misunderstanding of Information Operations" (monografia, Fort Leavenworth, KS : United States Army Command and General Staff College, 2010), acesso em 22 jul. 2019, https://www.hsdl.org/?view&did=815758.
10. Lowe, "From Battle to the Battle of Ideas", p. 7 (tradução dos autores).
11. *Operations Security* (OPSEC): A segurança de operações é uma capacidade que identifica e controla informações críticas, indicadoras das ações das forças amigas nas operações militares, e incorpora contramedidas para reduzir o risco de um inimigo explorar as vulnerabilidades. O processo de segurança de operações reduz os riscos associados a vulnerabilidades, negando informações críticas e indicadores observáveis. Tem por finalidade aumentar as chances de sucesso da missão por meio da preservação do segredo e da surpresa.
12. Lowe, "From Battle to the Battle of Ideas".
13. Ibid.
14. Ibid., p. 26 (tradução dos autores).
15. Joint Publication (JP) 3-13.1, *Joint Doctrine for Command and Control Warfare* (C2W) (Washington, DC: Government Printing Office [GPO], 1996), V, acesso em 23 jul. 2019, http://www.iwar.org.uk/rma/resources/c4i/jp3_13_1.pdf.
16. Lowe, "From Battle to the Battle of Ideas".
17. U.S. Army Training and Doctrine Command (TRADOC) Pamphlet 525-69, *Concept for Information Operations* (Washington, DC: GPO, 1995), acesso em 23 jul. 2019, http://www.iwar.org.uk/iwar/resources/tradoc/p525-69.htm.
18. Field Manual (FM) 100-6, *Information Operations* (Washington, DC: GPO, 1996), acesso em 23 jul. 2019, https://www.hsdl.org/?view&did=437397.
19. Exército Brasileiro, EB20-MC-10.213 *Operações de Informação*. 1ª ed. (Brasília: 2014).
20. MD35-G-01 *Glossário das Forças Armadas*.
21. Lowe, "From Battle to the Battle of Ideas".
22. FM 100-5, *Operations* (Washington, DC: GPO, 1993), apud FM 100-6, *Information Operations* (Washington, DC: GPO, 1996b), 1-3 (tradução dos autores), acesso em 23 jul. 2019, https://www.hsdl.org/?view&did=437397.
23. FM 100-6, *Information Operations* (Washington, DC: GPO, 1996), 2-5 (tradução dos autores), acesso em 23 jul. 2019, https://www.hsdl.org/?view&did=437397.
24. Vertuli e Loudon, *Perceptions are Reality*.
25. Rupert Smith, *A Utilidade da Força: A Arte da Guerra no Mundo Moderno*, 1ª ed., trad. Miguel Mata (Lisboa: Edições 70, 2008).
26. Mark Vertuli, "Introduction", In Vertuli e Loudon, *Perceptions are Reality*, p. XV (tradução dos autores).
27. Esses outros recursos incluem, entre outros: dissimulação militar, ataque físico, Segurança das Operações, As Civ, atividades da Geoinformação, Câmera Tática e análise das Considerações Civis.
28. Lowe, "From Battle to the Battle of Ideas".
29. Gorkowski, "US Information Operations".
30. Sérgio Biagi Gregório, "Atitude e Comportamento", Sérgio Biagi Gregório, abr. 2002, acesso em 11 aug. 2020, http://www.sergiobiagigregorio.com.br/palestra/atitude-e-comportamento.htm.
31. EB20-MC-10.213 *Operações de Informação*, 4-4.
32. Ibid, 2-3.
33. U.S. Army War College, Center for Strategic Leadership, *Information Operations Primer: Fundamentals of Information Operations*, AY09 ed. (Carlisle, PA: 2009), acesso em 23 jul. 2019, https://apps.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a509052.pdf.
34. Vertuli e Loudon, *Perceptions are Reality*.
35. EB20-MC-10.213 *Operações de Informação*.

Produzindo Efeitos Além de Nossas Capacidades

As Novas Táticas de Infantaria do 2º Regimento de Cavalaria

Ten Cel Timothy Wright, Exército dos EUA
Cap Victoria Hulm, Exército dos EUA
CSM Daniel Rose, Exército dos EUA

A doutrina de operações terrestres unificadas afirma que, em operações tanto ofensivas quanto defensivas, as forças terrestres do Exército "conquistam, retêm e exploram a iniciativa para obter e manter uma posição de vantagem relativa"[1]. No entanto, a forma pela qual diferentes tipos de força terrestre fazem isso varia muito. Os batalhões de infantaria leve obtêm uma vantagem relativa sobre seus adversários de uma forma bem diferente daquela realizada por batalhões de armas combinadas. Essas formações são otimizadas para diferentes modelos doutrinários, cuja aplicação é mais adequada para determinados tipos de terreno. Quando essas formações combinam as táticas certas no terreno certo, elas maximizam sua eficácia.

Os batalhões* de infantaria do 2º Regimento de Cavalaria (2º RC) estão em um ponto intermediário entre as forças leves e as mecanizadas. Com a modernização do poder de fogo em 2018, ampliou-se, expressivamente, a gama de ameaças e ambientes onde essas unidades podem executar, efetivamente, operações terrestres[2]. A singular organização por tarefas do 2º RC gerou novas táticas, as quais, quando empregadas no terreno certo, permitem que seus batalhões de infantaria combatam como nenhuma outra formação de infantaria no Exército dos Estados Unidos da América (EUA).

Em decorrência dessas atualizações e inovações, um batalhão de infantaria do 2º RC é mais eficaz contra forças superiores quando ele inicia o contato com o inimigo em um terreno que impede este último de concentrar seu poder de combate. Tanto na ofensiva quanto na defensiva, o sequenciamento de fogos indiretos, fogos de mísseis e fogos diretos capacita uma unidade a desorganizar, fixar e, em seguida, destruir as formações blindadas do inimigo. Após um engajamento, ela desloca seu poder de combate para outra posição de vantagem relativa, repetindo o processo em profundidade tanto à frente na ofensiva quanto em direção à retaguarda na defensiva.

Vale deixar claro que este artigo está longe de ser um parecer oficial. Trata-se apenas de um resumo da inovação e treinamento em curso no 2º RC e suas possíveis implicações. Esses conceitos foram elaborados e testados durante exercícios de tiro real e treinamento situacional do escalão pelotão a unidade entre setembro de 2018 e junho de 2019, incluindo o *Dragoon Ready* 19 e o *Saber Guardian* 19. Os resultados iniciais são promissores. No ataque e na defesa, os batalhões de infantaria do 2º RC que aplicaram essas táticas tiveram grande sucesso contra forças oponentes que combateram com uma variedade de táticas e com sistemas que iam desde viaturas blindadas de transporte de pessoal (VBTP) russas *BTR-70* até carros de combate (CC) *M1A2 Abrams*. Embora sejam necessários mais testes, parece que a combinação de táticas, poder de fogo e mobilidade do 2º RC amplia a gama de ameaças que ele pode combater com eficácia. Portanto, o 2º RC é especialmente qualificado para responder a crises contra o amplo espectro de adversários com poder de combate quase equiparado no teatro de operações europeu — mais do que as brigadas leves ou blindadas ou até mesmo outras brigadas *Stryker*.

Viatura *Stryker ICV-D* do 2º RC dispara seu canhão 30 mm durante um exercício de tiro real conjunto de armas combinadas na Área de Treinamento de Bemowo Piskie, na Polônia, 28 Ago 2018. (Foto do Sgt John Onuoha, Exército dos EUA)

[*N. do T. – Para os fins deste artigo, *squadron* foi traduzido por batalhão (infantaria). O *squadron*, geralmente traduzido como regimento no caso da cavalaria, é uma unidade, ao passo que o 2º Regimento de Cavalaria norte-americano é organizado como uma brigada de combate (*brigade combat team—BCT*) *Stryker*.]

Integrantes do 2º RC solicitam fogos indiretos reais durante o Exercício *Saber Guardian* 2019, perto de Varpalota, na Hungria, 5 Jun 2019. (Foto da Sd Denice Lopez, Exército dos EUA)

Visão Geral

Com a modernização do poder de fogo em 2018, os batalhões de infantaria do 2º RC hoje possuem capacidades únicas, que lhes permitem arrebatar a iniciativa e obter posições de vantagem relativa. No entanto, muitos aspectos permanecem inalterados. A peça central desses batalhões de infantaria continua sendo a viatura *Stryker* e o grupo de combate de infantaria que ela transporta. A viatura *Stryker* fornece superior mobilidade tática e operacional, enquanto cada grupo de combate porta um míssil guiado anticarro *M148 Javelin* e dois lança-rojões anticarro *AT-4*. Cada pelotão também conta com uma peça de canhão sem recuo *Carl Gustaf M3*. Os batalhões de infantaria do 2º RC dispõem de mais poder de fogo desembarcado do que qualquer outra organização do Exército dos EUA. São apoiados no nível de subunidade e unidade por dez morteiros 120 mm, quatro morteiros 81 mm, seis morteiros 60 mm e uma pequena capacidade de sistemas aéreos não tripulados.

A capacidade verdadeiramente única de um batalhão de infantaria do 2º RC são seus sistemas anticarro embarcados. Em 2018, o 2º RC colocou em operação a Viatura de Transporte de Infantaria-*Dragoon* (*Infantry Carrier Vehicle-Dragoon — ICV-D*) e a Viatura de Transporte de Infantaria-*Javelin* (*Infantry Carrier Vehicle-Javelin — ICV-J*), os mais novos sistemas de combate do Exército dos EUA. A ICV-D substitui o armamento padrão da ICV por um canhão automático 30 mm, introduzindo fogos anticarro embarcados com agilidade de resposta no nível do pelotão. Da mesma forma, a ICV-J apresenta uma estação de armas remotamente controlada que não só dispara o lança-granadas 40 mm automático *MK19* ou a metralhadora *M2* calibre .50, mas também lança mísseis anticarro *Javelin* a partir da mesma plataforma. Juntos, esses sistemas fornecem um poder de fogo embarcado capaz de neutralizar ameaças blindadas de diversas maneiras.

Apesar dessas atualizações, as viaturas *Stryker* do 2º RC conservam algumas de suas vulnerabilidades críticas. Para conservar a mobilidade e o poder de fogo desembarcado, a *Stryker* continua sendo uma viatura levemente blindada. Oferece proteção contra fogos diretos até o nível de metralhadoras pesadas e contra a fragmentação por fogo indireto, mas permanece vulnerável a armas de maior calibre, foguetes** e mísseis guiados anticarro.

[**N. do T. – Cabe ressaltar que, ao se referirem a fogos de foguetes, os autores incluem os sistemas de armas *Carl Gustaf M3* e *AT-4*, diferentemente da terminologia utilizada no Brasil.]

Além disso, ao contrário das forças mecanizadas, que dispõem tanto do canhão automático quanto de mísseis guiados anticarro em uma única plataforma, o poder de fogo embarcado de um pelotão de infantaria do 2º RC é dividido entre duas ICV-D e duas ICV-J. Terceiro, o poder de fogo de cada pelotão é distribuído entre outros sistemas embarcados e desembarcados. Concentrar o poder de fogo requer uma combinação de mísseis guiados anticarro e foguetes desembarcados com mísseis guiados anticarro e canhões 30 mm embarcados.

Considerando suas capacidades e limitações, os batalhões de infantaria do 2º RC não podem se apoiar nas mesmas táticas utilizadas por forças blindadas e mecanizadas mais pesadas. Essas forças têm os blindados e poder de fogo para sobreviver a contatos imprevistos, obter a iniciativa e derrotar forças com poder de combate equiparado. Elas podem atacar posições defensivas, executar aberturas de brecha de armas combinadas e limpar posições extremamente fortificadas. Na defesa, esquadras mecanizadas/blindadas podem guarnecer posições fixas e estabelecer defesas de pontos fortes para derrotar os ataques inimigos. Já a *Stryker* não executa bem nenhuma dessas ações.

Por outro lado, usar a viatura *Stryker* apenas como uma plataforma de mobilidade e lutar, exclusivamente, contra forças a pé significa não tirar proveito das significativas atualizações de poder de fogo das ICV-D e ICV-J. Lutar como infantaria leve deixa fora do combate a maior parte do poder de fogo anticarro da unidade, efetivamente limitando o espectro de ameaças que ela pode, realisticamente, confrontar. Para maximizar a eficácia de um batalhão de infantaria do 2º RC, são necessárias novas táticas que tirem proveito de seu maior poder de fogo e, ao mesmo tempo, limitem a exposição da viatura *Stryker* e sua blindagem leve. Um batalhão de infantaria do 2º RC pode e deve combater de maneira diferente.

O Ten Cel Tim Wright, do Exército dos EUA, é o Comandante do 1º/2º RC, em Vilseck, na Alemanha. Também serviu na 25ª DI, na 1ª DI e no 75º Regimento *Ranger*. O Ten Cel Wright é bacharel pela Academia Militar dos EUA em West Point, mestre pelo U.S. Naval War College e Ph.D. pelo Massachusetts Institute of Technology.

Como Combatemos

O 2º RC é mais eficaz quando seus batalhões de infantaria selecionam o momento e o local de engajamento com o inimigo. De modo ideal, os batalhões combatem em um terreno que favoreça seus pontos fortes e minimize seus pontos fracos. Com isso, eles podem conquistar a iniciativa e obter uma vantagem relativa sobre forças mecanizadas e blindadas, mas apenas por um período limitado. Na ofensiva ou defensiva, a vantagem relativa é obtida por meio do sequenciamento de fogos indiretos, fogos de mísseis e fogos diretos para desorganizar, fixar e, em seguida, destruir o poder de combate do inimigo em locais onde ele seja incapaz de concentrar suas forças. Assim que uma formação inimiga é destruída, o batalhão desloca seu poder de combate para outra posição de vantagem relativa e repete o processo em profundidade, à frente, na ofensiva, ou em direção à retaguarda, na defensiva. Um batalhão de infantaria do 2º RC pode combinar táticas, poder de fogo e mobilidade para combater uma gama mais ampla de forças mecanizadas e blindadas do que a considerada anteriormente para organizações baseadas na viatura *Stryker*.

Existem três princípios que regem as táticas do 2º RC. Primeiro, um batalhão de infantaria do 2º RC tem mais êxito quando ele *inicia o contato*, em vez de reagir a ele. Por carecer dos meios blindados e do poder de fogo das formações mecanizadas, essas unidades têm dificuldade para recuperar a iniciativa uma vez que ela seja perdida. Assim, um batalhão do 2º RC manobra em direção a posições de vantagem relativa, estabelecendo-as antes do contato com o inimigo. Essas posições permitem que a unidade organize forças embarcadas e a pé em um terreno que

A Cap Victoria Hulm, do Exército dos EUA, é adjunta do oficial de operações do 2º RC em Vilseck, na Alemanha. Serviu, anteriormente, como oficial de inteligência do 1º/2º RC e na 3ª DI. É bacharel pela Academia Militar dos EUA em West Point.

O *Command Sergeant Major* Daniel Rose, do Exército dos EUA, é o adjunto de comando do 1º/2º RC, em Vilseck, na Alemanha. Serviu no 1º Batalhão *Ranger* e em formações *Stryker* na 2ª e 4ª DI. Serviu, também, como instrutor *Ranger* na Flórida e como observador controlador/instrutor no Joint Readiness Training Center, no Forte Polk. Concluiu o bacharelado e mestrado pelo Excelsior College.

elimine as vantagens de alcance dos sistemas de armas da ameaça, ao mesmo tempo que concentra os efeitos do poder de fogo do batalhão em pontos cruciais. O batalhão pode decidir onde, quando e por quanto tempo vai combater, obtendo tanto a surpresa quanto a simultaneidade ao engajar o inimigo.

Segundo, os batalhões de infantaria do 2º RC devem *concentrar poder de fogo contra o inimigo*. No entanto, isso representa um desafio, porque o poder de fogo do batalhão de infantaria está distribuído entre seus mísseis guiados anticarro e foguetes desembarcados, mísseis guiados anticarro e canhões 30 mm embarcados e sistemas de fogos indiretos (morteiros). O poder de fogo tanto embarcado quanto desembarcado carece de proteção, e a concentração de efeitos só é alcançada por meio de um sequenciamento deliberado de fogos indiretos, fogos de mísseis e fogos diretos. Esse sequenciamento permite que os batalhões de infantaria enfrentem plataformas e formações bem mais capazes, ao mesmo tempo que minimiza o risco para a força.

Terceiro, os batalhões de infantaria devem tirar proveito de sua mobilidade para impedir que o inimigo explore a falta de capacidade de sobrevivência da viatura *Stryker*. Especificamente, uma unidade do 2º RC deve *combater em profundidade*. Se os batalhões forem fixados, o inimigo poderá manobrar para uma posição com o objetivo de concentrar os efeitos de seu poder de fogo. Para evitar tal circunstância, os batalhões devem reposicionar suas forças rapidamente, antes de perderem a vantagem.

Na defesa, reposicionar forças significa, muitas vezes, defender em profundidade, o que é comumente conhecido como trocar espaço por tempo. Para isso, é preferível engajar o inimigo de acordo com critérios de engajamento limitado, como destruir um ou dois veículos ou forçar a tropa inimiga a desembarcar. Depois disso, a unidade rompe o contato e se desloca para uma próxima área de engajamento para repetir o processo. Será mais difícil para um batalhão obter o êxito, caso ele tente eliminar o inimigo por completo em apenas uma ou duas grandes áreas de engajamento. Tal abordagem incentiva o inimigo a concentrar os efeitos de seus sistemas de armas e não tira proveito das vantagens de mobilidade assimétricas da viatura *Stryker* na defesa.

Na ofensiva, os batalhões podem atacar em um local de sua escolha e, em seguida, continuar a se movimentar para a posição de vantagem seguinte, em vez de esperar que cheguem o ressuprimento ou meios de apoio à mobilidade. Diferentemente das formações leves, que dependem do apoio externo para a rápida mobilidade, o 2º RC pode lutar de crista a crista e de um ponto característico a outro no terreno com a velocidade que o combate requer.

O nível de profundidade no qual o 2º RC pode combater varia consideravelmente de acordo com o terreno. Em algumas circunstâncias, como no caso de um terreno aberto com colinas, uma unidade poderia deslocar-se por centenas de metros, de uma linha de intervisibilidade a outra, estendendo a defesa por vários quilômetros. Em outros casos, poderia significar deslocar-se de uma posição em uma aldeia para outra posição ou aldeia a muitos quilômetros de distância. Poderia significar, ainda, expulsar forças de um terreno restritivo com engajamentos de 50 a cem metros antes de se apossar de uma linha de crista para estabelecer uma posição de apoio de fogo para um objetivo a 1.500 metros de distância. Quando o objetivo distante fosse alcançado, a unidade poderia avançar e repetir a ação. As forças leves não têm mobilidade suficiente para operar com tamanha profundidade, enquanto as forças mecanizadas têm maiores necessidades logísticas, que limitam sua velocidade e ritmo com o decorrer do tempo. A capacidade de combate em diferentes profundidades contra ameaças blindadas é uma característica exclusiva do 2º RC.

Como Combatemos no Ataque: A Técnica de Ação Imediata Anticarro

Esses conceitos, quando empregados na ofensiva, assumem a forma de uma técnica de ação imediata anticarro, uma série de etapas que sequenciam o uso do poder de combate contra uma posição inimiga nos níveis de grupo de combate, pelotão e esquadrão. Essa técnica de ação imediata pode ser empregada a qualquer momento durante uma operação ofensiva, sem exigir um processo decisório deliberado. Conforme ilustrado na tabela 1, a técnica de ação imediata é realizada em sete etapas.

Etapa 1. Identificar a composição, dispositivo e efetivo do inimigo no objetivo. A primeira etapa (isto é, executar o reconhecimento) é fundamental para qualquer operação ofensiva, mas é especialmente importante nessa técnica de ação imediata. Primeiro, o reconhecimento do objetivo determina se a técnica de ação imediata é realmente necessária. Se não houver ameaças anticarro, esse escalonamento deliberado de sistemas anticarro não será necessário. No entanto, se houver

Tabela 1. Técnica de Ação Imediata Anticarro do 2º RC

1. Identificar a composição, dispositivo e efetivo do inimigo no objetivo, especificamente as posições conhecidas, prováveis e suspeitas de:
    a. Blindados – carros de combate, viaturas blindadas de transporte de pessoal, viaturas blindadas de reconhecimento
    b. Sistemas anticarro – mísseis guiados anticarro e foguetes embarcados e desembarcados
    c. Posições fortificadas, por exemplo, casamatas
2. Identificar a provável linha de contato (LC)*
3. Determinar uma provável linha de desdobramento antes de alcançar a linha de contato
    a. Iniciar fogos indiretos para fixar o inimigo em posições defensivas e degradar sua observação/instrumentos ópticos/sensores
    b. Desembarcar grupos de combate/pelotões de infantaria e iniciar deslocamento para posições de apoio de fogo e de assalto
4. Ocupar posições de apoio de fogo
    a. Desdobrar sistemas de armas anticarro desembarcadas (*M148 Javelin*, *Carl Gustaf M3*, *AT-4*)
    b. Deslocar as ICV-D para a última posição coberta e/ou abrigada antes da posição de apoio de fogo
5. Engajar as capacidades anticarro do inimigo (as que possam neutralizar viaturas *Stryker*) com sistemas desembarcados segundo as seguintes prioridades de engajamento:
    a. Viaturas blindadas
    b. Sistemas de armas anticarro desembarcadas
    c. Metralhadoras pesadas

    } Provavelmente em posições preparadas, como trincheiras ou casamatas
6. Imediatamente após o engajamento de meios anticarro desembarcados, deslocar as ICV-D para posições de apoio de fogo a fim de destruir, neutralizar ou suprimir sistemas de maior ameaça
    a. Depois que os sistemas de maior ameaça forem destruídos, iniciar deslocamento da posição de assalto para o objetivo
    b. Reengajar com mísseis guiados anticarro desembarcados ou embarcados conforme exigido pela situação
7. Escalonar sistemas de fogos indiretos (155 mm, 120 mm, 81 mm, 60 mm) e diretos (ICV-D 30 mm, ICV-J *MK19*, ICV-J calibre .50, ICV-D coaxial *M240*, *M240B* desembarcado) para facilitar o isolamento, abertura de brecha, assalto e limpeza do objetivo

* *As formas de contato incluem: visual, direto, indireto, aeronaves, obstáculos, QBRN, guerra eletrônica e não hostil*

(Tabela dos autores)

ameaças que possam neutralizar uma viatura *Stryker*, não identificá-las antes de estabelecer contato confere uma vantagem significativa ao inimigo.

Segundo, a identificação das ameaças permite que o comandante determine quantos e que tipos de sistema de armas anticarro desembarcados serão necessários para lidar com elas. Ele poderá, então, alocar os meios adequados e fornecer melhores critérios de engajamento aos comandantes do elemento de apoio de fogo. Terceiro, o comandante pode utilizar as informações colhidas no reconhecimento para determinar quais condições devem ser estabelecidas pelos sistemas desembarcados antes de efetuar a transição para sistemas anticarro embarcados.

O conhecimento da composição, do dispositivo e do efetivo do inimigo no objetivo, obtido por meio do reconhecimento, tem um impacto direto sobre essas decisões, e pode-se usar uma variedade de recursos para buscar essas informações. Se disponíveis, podem ser utilizados exploradores para executar o reconhecimento do objetivo, fazer um esboço do dispositivo e, em seguida, guiar os elementos de apoio de fogo para a posição definida. Veículos aéreos não tripulados (VANT) — sejam *Raven*, *Puma* ou outras aeronaves semelhantes — podem obter o mesmo efeito, embora suas assinaturas de ruído possam comprometer o ataque. Podem ser empregados meios de asa fixa conjuntos, assim como imagens de satélite. Embora todas as abordagens apresentem riscos e limitações, é necessário executar alguma forma de reconhecimento. No mínimo, o comandante deve buscar inteligência suficiente para determinar as maiores ameaças possíveis no objetivo, pois isso determinará onde ele deverá empregar sua formação (isto é, a linha de contato).

Etapa 2. Identificar a provável linha de contato. Manter a iniciativa e engajar o inimigo segundo as condições das forças amigas são princípios fundamentais dessa técnica de ação imediata. Para concretizá-los, a força atacante precisa identificar onde é mais provável que ela estabeleça contato com o inimigo, devendo, então, deter-se logo antes de tal ponto e estabelecer as condições para seu ataque. Caso não o faça, ultrapassando esse ponto e estabelecendo contato, a unidade cederá a iniciativa ao inimigo, pois, provavelmente, terá entrado em uma

área de engajamento onde ele já estabeleceu suas próprias condições para o êxito.

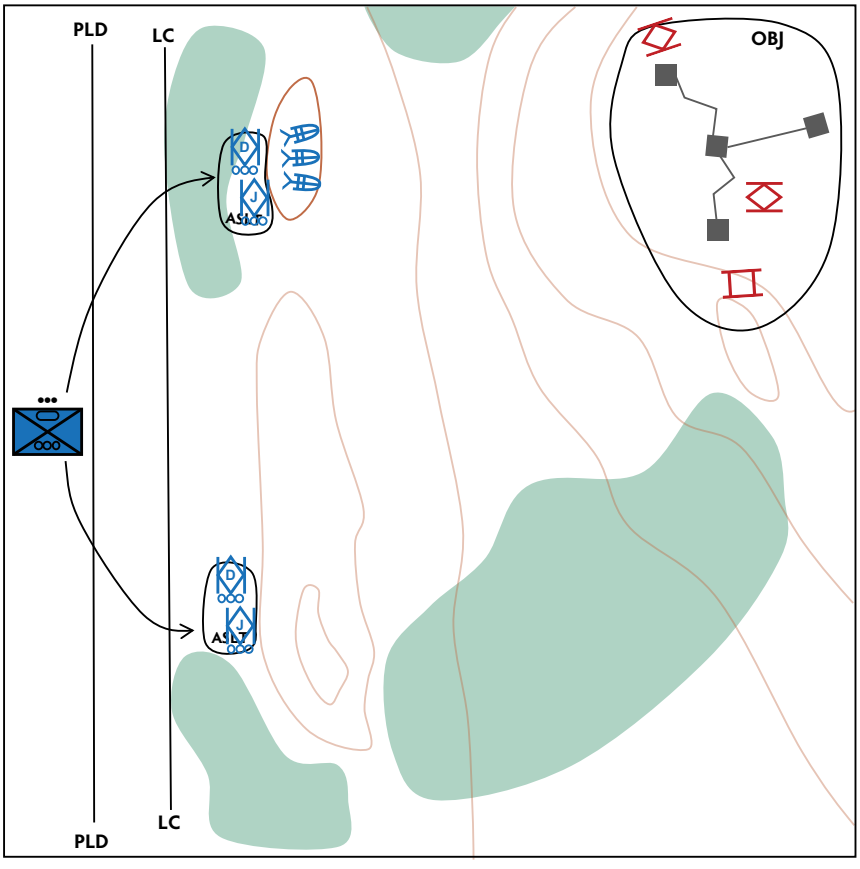
Cabe observar que existem, segundo a doutrina, oito formas de contato: visual; fogos diretos; fogos indiretos; aeronaves; obstáculos; químico, biológico, radiológico e nuclear (QBRN); eletrônico; e não hostil[3]. Para os fins dessa técnica de ação imediata, o contato de áudio também deve ser considerado. Se o inimigo conseguir ouvir viaturas se aproximando, rampas sendo baixadas e grupos de combate desembarcando, a unidade terá cedido a iniciativa da mesma forma que se houvesse realizado outra forma de contato.

Etapa 3. Determinar uma provável linha de desdobramento* antes de alcançar a linha de contato.** Depois que a linha de contato for determinada, o comandante poderá começar a estabelecer as condições para o ataque. A primeira etapa é determinar onde empregar forças amigas. Elas devem deter-se antes da linha de contato, de modo que possam se deslocar para posições de vantagem contra o inimigo. Isso leva tempo e requer um plano deliberado e ensaiado, devendo ser realizado fora do contato com o inimigo.

Quando estiver pronto para ultrapassar a linha de desdobramento, o comandante inicia fogos indiretos contra o objetivo. Isso cria vários efeitos benéficos. O que é mais importante, fixa o inimigo no objetivo. Sob fogo de artilharia ou morteiros, as tropas a pé embarcam novamente ou se agrupam dentro de trincheiras ou casamatas. As forças embarcadas fecham o carro de combate e se valem da exploração por radar. Essas ações degradam o poder de combate do inimigo. Esses fogos podem causar baixas, embora trincheiras, casamatas e posições defensivas reduzam a probabilidade de baixas em massa entre as tropas a pé. É improvável que fogos indiretos destruam CC e VBTP, mas provavelmente degradarão instrumentos ópticos e sensores, podendo causar imobilizações de viaturas (*mobility kills*).

Independentemente dos danos físicos, todos esses efeitos tornam muito mais difícil para o inimigo detectar o avanço de forças amigas e identificar posições de apoio de fogo e de assalto. Este é o efeito essencial: o início de fogos indiretos eficazes e contínuos facilita o avanço a pé das forças amigas para posições de vantagem relativa em relação ao inimigo (por exemplo, as posições de apoio de fogo e de assalto).

Etapa 4. Ocupar posições de apoio de fogo. O comandante deve, agora, organizar as forças amigas de modo que elas possam concentrar fogos efetivamente contra os sistemas do inimigo que representam a maior ameaça: suas capacidades blindadas e anticarro (veja a figura 1).

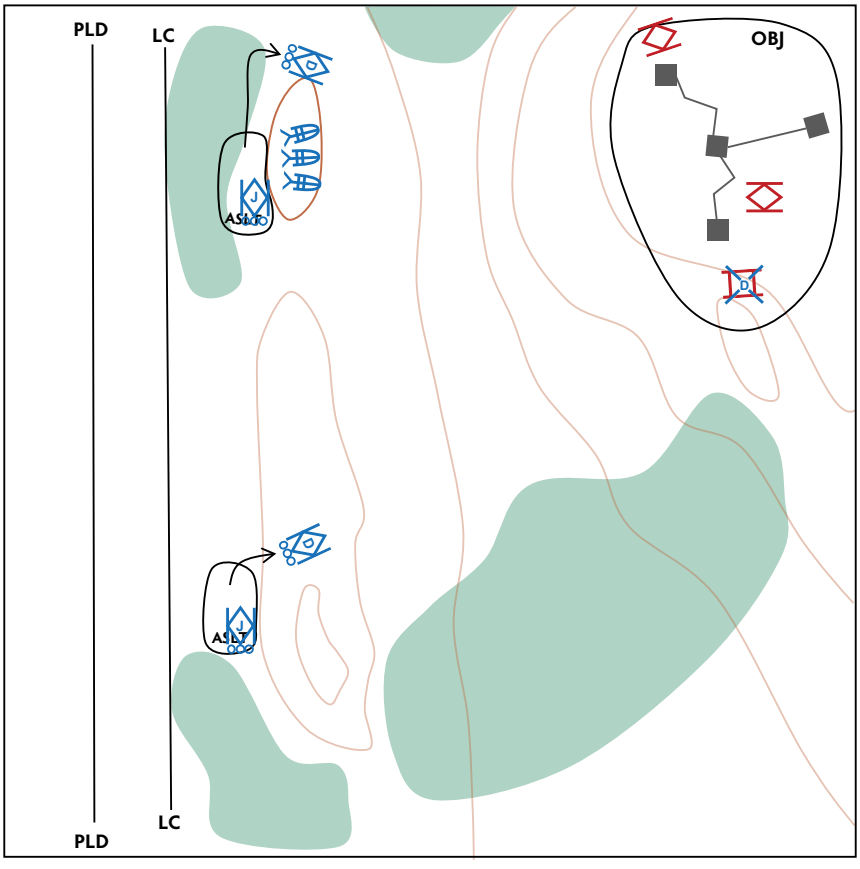


ASLT-Posição de assalto **LC-**Linha de contato **OBJ-**Objetivo **PLD-**Provável linha de desdobramento

(Figura dos autores. Veja Army Doctrine Publication 1-02, *Terms and Military Symbols*, tabelas 5-2 e 8-19, para descrições dos símbolos, https://armypubs.army.mil/epubs/DR_pubs/DR_a/pdf/web/ARN20083_ADP%201-02%20C1%20FINAL%20WEB.pdf)

Figura 1. Ocupar Posições de Apoio de Fogo

[***N. do T. – Comparar com as definições de Posição de Ataque e Linha de Partida, no Exército Brasileiro.]



ASLT-Posição de assalto **LC-**Linha de contato **OBJ-**Objetivo **PLD-**Provável linha de desdobramento

(Figura dos autores. Veja Army Doctrine Publication 1-02, *Terms and Military Symbols*, tabelas 5-2 e 8-19, para descrições dos símbolos, https://armypubs.army.mil/epubs/DR_pubs/DR_a/pdf/web/ARN20083_ADP%201-02%20C1%20FINAL%20WEB.pdf)

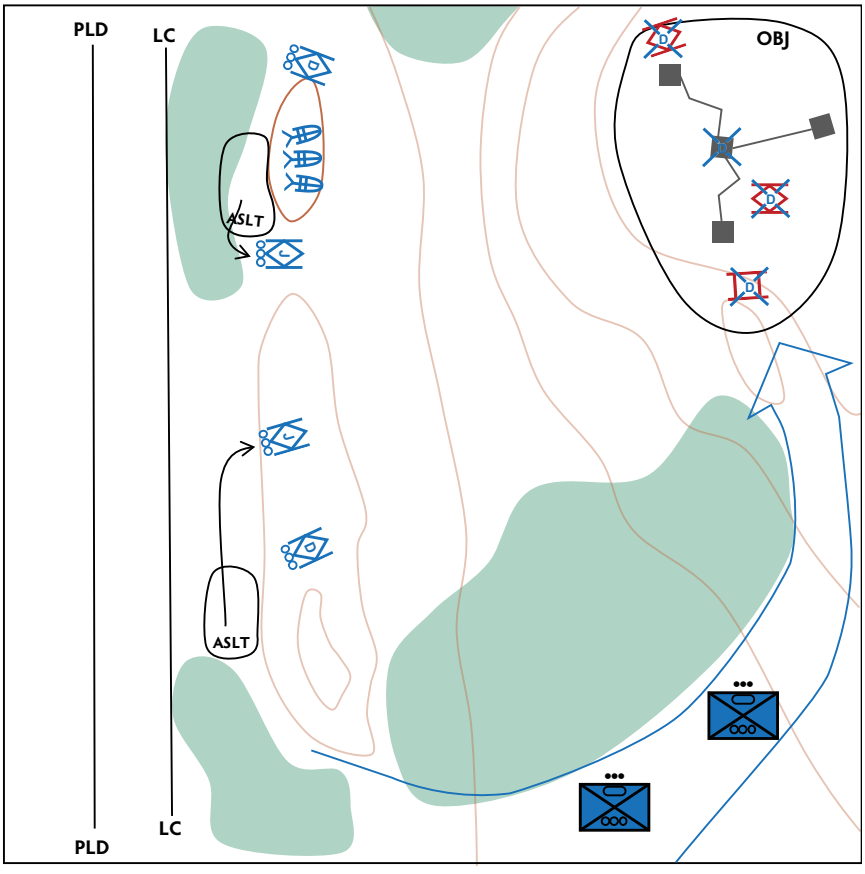
Figura 2. Deslocar ICV-D para Posições de Apoio de Fogo

Para isso, o comandante começa com sistemas anticarro desembarcados. Eles ocupam posições cobertas e abrigadas, que lhes conferem cobertura máxima e distância segura do objetivo. A partir dessa posição avançada, o comandante ou comandante superior confirma a disposição das ameaças inimigas e aloca os sistemas de combate de modo condizente. Por exemplo, caso se veja diante de CC no objetivo, ele talvez queira que eles sejam completamente destruídos por mísseis *Javelin* antes de introduzir viaturas *Stryker* na posição de apoio de fogo. Da mesma forma, caso se veja diante de uma viatura blindada de combate (VBC) leve e sistemas anticarro desembarcados em terreno restritivo, o comandante talvez decida utilizar uma salva de lança-rojões *AT-4* contra todas as casamatas e, em seguida, introduzir as ICV-D imediatamente no combate.

Enquanto os sistemas anticarro desembarcados ocupam sua posição de apoio de fogo sob a cobertura de fogos indiretos, as ICV-D do pelotão se deslocam para sua última posição coberta ou abrigada, logo antes de suas próprias posições de apoio de fogo. Essa ação pode estar dentro do alcance do contato de áudio com o inimigo, mas fora das demais formas de contato. Nesse caso, fogos indiretos podem mitigar o risco de comprometimento. De modo ideal, essa é uma posição desenfiada, onde, sob a ordem de seu comandante, as forças podem rapidamente estabelecer contato de fogos diretos com o inimigo. Uma vez em posição, o comandante transmite a localização das ameaças inimigas às ICV-D, dando a cada plataforma uma alocação de alvo inicial. Isso reduz seu tempo de engajamento depois que elas se movimentam para a posição, podendo ser realizado com o uso de coordenadas polares, um sistema de quadrantes ou algum método semelhante.

Etapa 5. Engajar as capacidades anticarro do inimigo com sistemas desembarcados. As etapas 5 e 6 são as etapas essenciais da técnica de ação imediata. O objetivo dessa progressão é empregar os sistemas anticarro mais eficazes na formação *Stryker* da forma que lhes confira o maior efeito com o menor risco: sistemas anticarro desembarcados primeiro, imediatamente seguidos das ICV-D, para destruir, neutralizar ou suprimir os sistemas anticarro inimigos. Nesse ponto da técnica de ação imediata, os fogos indiretos estão atingindo o objetivo. O comandante já identificou as maiores ameaças no objetivo e comunicou-as aos atiradores a pé e às ICV-D. Os grupos anticarro desembarcados identificaram, acompanharam e se prepararam para engajar os objetivos designados. As ICV-D estão em sua última posição coberta e abrigada antes de suas posições de apoio de fogo com localizações de alvo designadas.

Sob a ordem do comandante, mísseis *Javelin*, canhões *Carl Gustaf* e/ou lança-rojões *AT-4* disparam simultaneamente contra o objetivo. Com o impacto, esses mísseis, granadas e rojões têm vários efeitos. Em um primeiro efeito, iniciam-se os fogos com os sistemas mais eficazes do pelotão, que também têm a menor assinatura. Em um segundo efeito, os mísseis eliminam, de modo ideal, pelo menos alguns, se não todos, sistemas anticarro do inimigo. No mínimo, o emprego de vários mísseis e munições explosivas contra o objetivo simultaneamente atordoará o inimigo e o obrigará a se concentrar em avaliar os danos, restabelecer as comunicações e buscar a localização das equipes de mísseis agressoras. Um terceiro efeito atrai a atenção para os fogos desembarcados. Mesmo que o pelotão não destrua todas as ameaças anticarro no objetivo, esse engajamento efetivamente neutraliza ou suprime as forças oponentes no objetivo durante um curto período enquanto o inimigo tenta se recuperar.



ASLT-Posição de assalto **LC-**Linha de contato **OBJ-**Objetivo **PLD-**Provável linha de desdobramento

(Figura dos autores. Veja Army Doctrine Publication 1-02, *Terms and Military Symbols*, tabelas 5-2 e 8-19, para descrições dos símbolos, https://armypubs.army.mil/epubs/DR_pubs/DR_a/pdf/web/ARN20083_ADP%201-02%20C1%20FINAL%20WEB.pdf)

Figura 3. Escalonar Sistemas de Fogos Indiretos e Diretos para Facilitar Isolamento, Abertura de Brecha, Assalto e Limpeza do Objetivo

Etapa 6. Deslocar as ICV-D para posições de apoio de fogo a fim de destruir, neutralizar ou suprimir sistemas de maior ameaça. Para tirar proveito da janela de oportunidade imediatamente após o engajamento de sistemas anticarro desembarcados, o comandante desloca as ICV-D do pelotão para sua posição de apoio de fogo imediatamente após os mísseis serem disparados (veja a figura 2). Conforme elas se movimentam para sua posição, as ICV-D imediatamente adquirem e engajam os CC, as VBTP e posições anticarro. As ICV-D podem adquirir e engajar alvos muito mais rapidamente que um míssil *Javelin*, e seu objetivo é destruir os sistemas do inimigo que possam neutralizar a blindagem de uma viatura *Stryker*.

O canhão 30 mm das ICV-D se mostrou eficaz contra todas as gerações de CC das ameaças, exceto as mais recentes. Caso somente VBTP leves e médias, CC de gerações anteriores ou viaturas blindadas menores permaneçam no objetivo, as ICV-D podem destruir esses sistemas por conta própria. Caso os CC sobrevivam ao engajamento inicial de mísseis, as ICV-D podem suprimir esses alvos até que os mísseis *Javelin* desembarcados sejam remuniciados ou as ICV-J possam entrar no combate e disparar a partir de uma posição de tiro desenfiada. Terceiro, caso os engajamentos iniciais não tenham destruído casamatas dotadas de mísseis guiados anticarro no objetivo, as ICV-D podem, efetivamente, suprimir essas posições até que forças de manobra possam limpá-las mais tarde no combate.

Com a neutralização das ameaças anticarro, o comandante pode concentrar os efeitos totais dos sistemas de armas da unidade a partir da posição de apoio de fogo, uma vez que o risco para viaturas *Stryker* agora será baixo. Essa é a principal condição que deve ser estabelecida

Tabela 2. Defesa em Profundidade do 2º RC

1. Analisar os eixos de aproximação e o esquema de manobra do inimigo para determinar o terreno ideal para eliminá-lo*
    a. Terreno canalizado e/ou áreas com obstáculos naturais que o impeçam de efetuar a transição de deslocamento para manobra
    b. Terreno e/ou vegetação que reduza o alcance de engajamentos de fogos diretos, removendo sua vantagem em alcance e possibilitando o engajamento de nossos sistemas
    c. Terreno que facilite posições defensivas amigas em profundidade
        1) Múltiplas posições que tenham efeitos na mesma área de engajamento
        2) Áreas de engajamento e posições defensivas subsequentes
        3) Vias de acesso de meios embarcados/desembarcados entre posições que permitam o rápido deslocamento e reengajamento
2. Integrar obstáculos, fogos indiretos (morteiros), fogos de mísseis/foguetes (*M148 Javelin*, *Carl Gustaf M3*, *AT-4*) e fogos diretos (30 mm, *MK19*/*M2*, metralhadoras desembarcadas) que aumentem a canalização, retardem o deslocamento do inimigo e facilitem engajamentos limitados
    a. Fogos integrados no ponto onde os obstáculos e o terreno tenham efeito, em lugar do próprio obstáculo
    b. Considerar o esquema de manobra embarcada e desembarcada do inimigo (isto é, proteger meios anticarro com segurança desembarcada para prevenir emboscada/envolvimento de posições defensivas)
3. Conforme o inimigo se aproximar, utilizar sensores ligados a sistemas de armas para engajar e desorganizar o inimigo fora do alcance de fogos diretos
    a. Sensores: *Puma*, *Raven*, detecção de sinal e radiogoniometria, postos de observação de exploradores/tropas, meios superiores de busca de inteligência
    b. Sistemas de armas: morteiros 120 mm, morteiros 81 mm, artilharia/foguetes de escalão regimento ou superior, aviação de ataque
4. Engajar o inimigo com fogos de mísseis, foguetes e canhões 30 mm de acordo com critérios específicos
    a. Sequenciar fogos de mísseis/foguetes com canhões 30 mm contra os sistemas de maior ameaça
    b. Utilizar o sistema que melhor se equipare à ameaça, preservando os sistemas mais eficazes para ameaças maiores
    c. Sempre que possível, destruir viaturas em locais que aumentem os efeitos de obstáculos
5. Desengajar-se de acordo com critérios específicos, trocando espaço por tempo e deslocando-se para posições subsequentes para repetir esse processo
    a. Condições inimigas – destruição de determinados veículos; inimigo alcança um certo local (referência no terreno); adota uma formação de deslocamento específica; ou emprega vários veículos contra uma posição
    b. Condições amigas – nível específico de poder de combate restante; níveis específicos de munição; pontos de decisão baseados no tempo e relacionados a acontecimentos em outras áreas
    c. Engajamentos curtos em pequenas áreas de engajamento dispostas em profundidade conservam o poder de combate, permitem a repetida obtenção da iniciativa e mantêm as vantagens relativas
    d. O tempo necessário para remuniciar e readquirir alvos com sistemas *Javelin* provavelmente limita engajamentos repetidos a partir da mesma posição
    e. Manutenção da profundidade facilita o engajamento/desengajamento contínuo ao mesmo tempo que impede a penetração do inimigo
6. Utilizar superior mobilidade para contra-atacar e desorganizar o ataque inimigo
    a. Retomar posições defensivas previamente abandonadas
    b. Atacar o flanco ou retaguarda do inimigo para apresentar vários dilemas ao mesmo tempo, interromper seu ritmo e destruir seu comando e controle
7. Passar as forças inimigas remanescentes para forças subsequentes

* *Condição-chave: Locais onde o inimigo não possa concentrar seu poder de combate*

(Tabela dos autores)

para se iniciar o ataque contra o objetivo. O comandante pode, agora, iniciar o deslocamento de sua força de assalto a pé.

Etapa 7. Escalonar sistemas de fogos indiretos e diretos para facilitar o isolamento, abertura de brecha, assalto e limpeza do objetivo. Para apoiar a movimentação da força de assalto, o comandante deve escalonar fogos indiretos e diretos (veja a figura 3). Sem sistemas anticarro, o inimigo não representa uma grande ameaça para a plataforma *Stryker*. O comandante fica livre, então, para ocupar a posição de apoio de fogo com sistemas de armas de fogo direto embarcados e desembarcados. À medida que a força de assalto for se aproximando do objetivo, o comandante poderá mudar ou alongar os fogos, conforme necessário, escalonando fogos diretos desde os canhões 30 mm das ICV-D e lança-granadas *MK-19* 40 mm das ICV-J até as metralhadoras *M2* calibre .50 das ICV-J e metralhadoras coaxiais 7,62 mm das ICV-D, chegando até as armas automáticas em tripé *M240B* no nível de grupo de combate. Simultaneamente, o comandante também deve escalonar fogos de seus morteiros 120 mm a morteiros 81 mm e 60 mm. Se

disponíveis, fogos de obuseiros *M777*, helicópteros de ataque *AH-64 Apache* ou aeronaves de asa fixa da força conjunta também são integrados.

Como Combatemos na Defesa: Defesa em Profundidade

Para conquistar a iniciativa e obter uma vantagem relativa na defesa, os batalhões de infantaria do 2º RC são mais eficazes ao conduzirem uma defesa de área em profundidade[4]. Como mencionado anteriormente, os batalhões de infantaria dotados de viaturas *Stryker* podem estabelecer uma posição de vantagem sobre forças com maior poder relativo de combate, mas somente por um período limitado. Quanto mais tempo uma formação *Stryker* combater a partir de uma posição fixa, maior será a probabilidade de que o inimigo concentre os efeitos de seu poder de combate contra ela. Por isso, é essencial que grupos de combate e pelotões evitem um engajamento decisivo e busquem, em vez disso, trocar espaço por tempo quando forem satisfeitos critérios específicos de forças inimigas e/ou amigas. Com isso, essas formações podem desgastar forças superiores e se defender com sucesso ao longo do tempo. Conforme ilustrado na tabela 2, a defesa em profundidade é realizada em sete etapas.

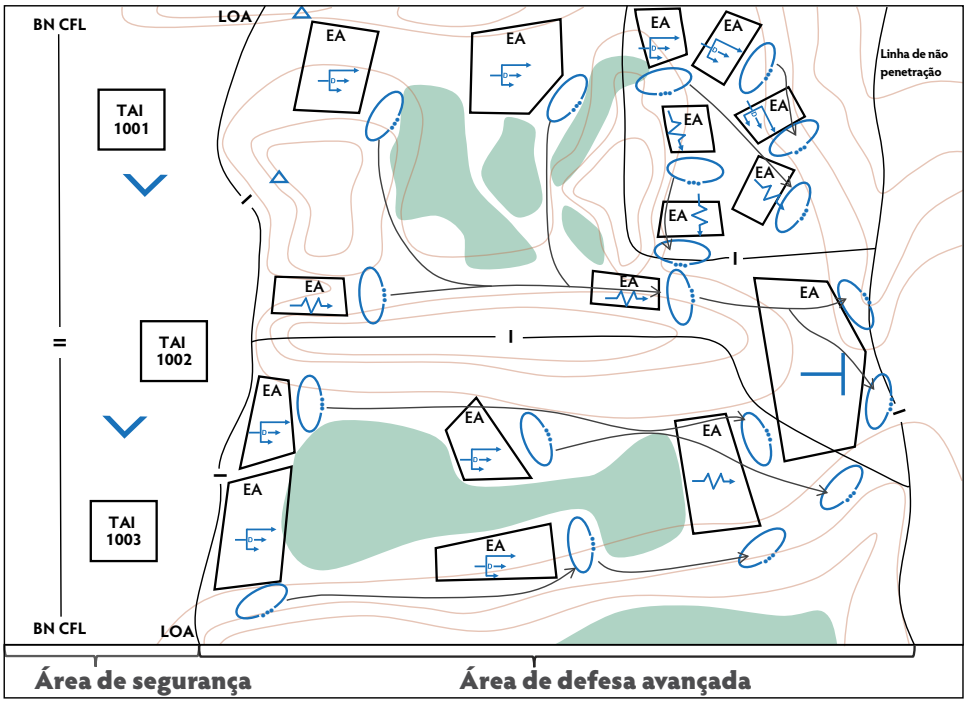
Etapa 1. Analisar os eixos de aproximação e o esquema de manobra do inimigo. Como em qualquer operação defensiva, as sete etapas de desenvolvimento da área de engajamento são essenciais para o êxito. O processo engloba considerações especiais para os batalhões de infantaria no 2º RC. A identificação de locais onde seria difícil para o inimigo concentrar o poder de combate é essencial para uma defesa bem-sucedida. Um batalhão de infantaria poderá eliminar o inimigo de forma mais eficaz nesses locais, especialmente quando a unidade for reforçada com meios de lançamento de obstáculos artificiais, fogos indiretos e fogos diretos. Existem algumas características que dificultam a concentração do poder de combate. A canalização do terreno — como transposições de curso de água, desfiladeiros ou orlas de mata densa —, que impede que o inimigo coloque mais de um veículo lado a lado ou estabeleça uma posição de vigilância, é ideal para uma área de engajamento do 2º RC. Essas áreas encobrem o poder de fogo do inimigo e o impedem de manobrar de forma eficaz em posições defensivas.

Os batalhões de infantaria buscam um terreno que reduza o alcance de engajamento dos sistemas de armas de fogos diretos. Quase todas as plataformas de ameaças possuem alguma capacidade anticarro que ultrapassa o alcance do *Javelin* ou do canhão 30 mm. O terreno restritivo, vegetação, terreno ondulado ou qualquer combinação desses três criam linhas de intervisibilidade que mitigam essa vantagem de alcance. As contra-encostas, onde os alcances são reduzidos e as posições amigas são encobertas pelo aclive, servem a um propósito semelhante. Quanto mais próximos os alcances de engajamento, maior será o efeito das armas da plataforma *Stryker* em relação aos seus adversários. De modo geral, quanto mais capaz for a plataforma do adversário, mais curto será o alcance de engajamento desejado, devendo-se buscar o terreno mais restritivo.

Considerações relativas às forças amigas são fatores na decisão sobre onde eliminar o inimigo. Conforme mencionado anteriormente, um batalhão de infantaria do 2º RC prefere uma quantidade maior de áreas de engajamento menores, dispostas em profundidade, a um número menor de áreas de engajamento grandes. O terreno ideal comporta várias posições defensivas em profundidade que permitem a concentração de fogos na mesma área de engajamento ou áreas de engajamento subsequentes e posições defensivas de apoio. Independentemente da disposição das áreas de engajamento, vias de acesso que permitam, adequadamente, o movimento retrógrado de meios embarcados e desembarcados são essenciais. As unidades do 2º RC buscam ter pelo menos duas posições estabelecidas e prontas para engajar o inimigo enquanto uma está se reposicionando. Evitam-se as disposições lineares de posições defensivas, porque elas estimulam a concentração do poder de combate inimigo e a penetração de linhas amigas.

Por fim, deve ser dada grande consideração ao tamanho da força oponente e a quantos engajamentos serão necessários para fazer com que o inimigo cesse o ataque ou para destruir, completamente, as forças inimigas. Começando a partir da última posição, as unidades devem avaliar o que elas podem, realisticamente, eliminar em cada posição defensiva. Ao contrário de uma unidade blindada, que pode disparar munições que neutralizam CC a partir de diversas plataformas em rápida sucessão, as unidades do 2º RC não têm capacidade ágil de resposta para esse fim. O canhão 30 mm proporciona fogos com agilidade de resposta e grande eficácia contra VBTP, mas não tem a blindagem para sobreviver a uma troca de fogos prolongada. Portanto, até o inimigo atingir as posições defensivas finais, ele deve ser bastante

desgastado. Pode-se presumir que a posição final terá dificuldades para obter o êxito, caso seja incumbida de destruir a maior parte do poder de combate do inimigo. Portanto, as unidades devem determinar quanto do inimigo deve ser destruído antes da posição final e estabelecer áreas de engajamento que apoiem esses requisitos. Deixar de alocar uma quantidade suficiente de áreas de engajamento, o poder de fogo necessário em cada uma delas, o efeito que cada posição deve ter sobre o inimigo ou qualquer combinação desses três fatores dificultará o êxito.



BN CFL-Linha de coordenação de fogos do batalhão **EA-**Área de engajamento

LOA-Limite de progressão **TAI-**Área de interesse-alvo

(Figura dos autores. Veja Army Doctrine Publication 1-02, *Terms and Military Symbols*, tabelas 5-2 e 8-19, para descrições dos símbolos, https://armypubs.army.mil/epubs/DR_pubs/DR_a/pdf/web/ARN20083_ADP%201-02%20C1%20FINAL%20WEB.pdf)

Figura 4. Integrar Obstáculos, Fogos Indiretos, Fogos de Mísseis/Foguetes e Fogos Diretos

Etapa 2. Integrar obstáculos, fogos indiretos, fogos de mísseis/foguetes e fogos diretos que aumentem a canalização, retardem o deslocamento do inimigo e facilitem engajamentos limitados. Como no caso de qualquer operação defensiva, a integração de obstáculos, fogos indiretos e fogos diretos é essencial para o êxito (veja a figura 4). Os batalhões de infantaria do 2º RC devem estabelecer condições específicas antes de iniciar o contato com o inimigo. Primeiro, considerando que as unidades do 2º RC estão combatendo em uma defesa em profundidade, é difícil bloquear, efetivamente, em posições avançadas. É mais realista colocar obstáculos que simplesmente desorganizem ou no máximo fixem as forças inimigas. As unidades que estiverem observando os obstáculos avançados raramente permanecerão em posição por tempo suficiente para impedir que o inimigo abra uma brecha em algum momento. É mais importante que o obstáculo faça com que o inimigo execute ações previsíveis, em vez de realmente impedi-lo de avançar. Portanto, os esforços de instalação de obstáculos à frente que retardem o inimigo ou o obriguem a desdobrar suas forças antes do pretendido são preferíveis a obstáculos complexos à frente. É melhor conservar tais esforços para posições finais ou linhas de não penetração.

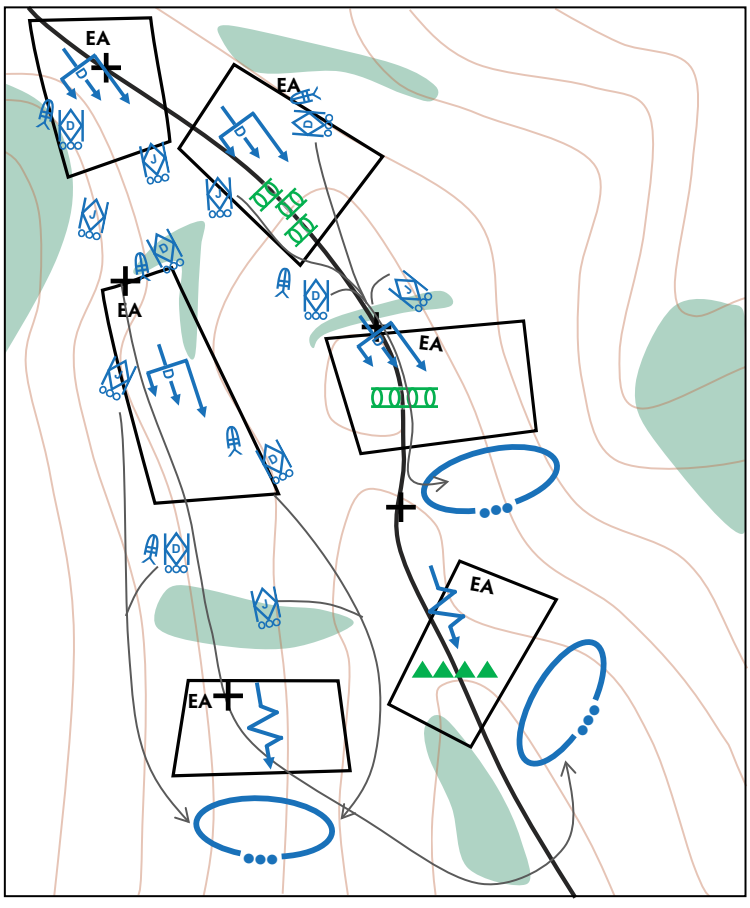
Segundo, os fogos indiretos, fogos de mísseis e foguetes, e fogos diretos devem ser integrados no local onde o inimigo mudará seu deslocamento em resposta ao obstáculo, e não no próprio obstáculo. Por exemplo, se o inimigo identificar um obstáculo de concertina de arame farpado com onze fileiras em uma estrada de terra de faixa única, é improvável que ele vá diretamente até o obstáculo para examiná-lo. Muito provavelmente, ele identificará o obstáculo ao chegar ao topo de uma linha de intervisibilidade ou contornar uma curva na estrada. Depois que o obstáculo for identificado, o inimigo provavelmente retrocederá para fora da área de contato visual, desembarcará a infantaria e tentará contorná-lo até a linha de intervisibilidade seguinte. Os fogos amigos devem ser direcionados contra o local de desembarque suspeito. Emboscar o inimigo durante seu procedimento de desembarque é um modo de arrebatar a iniciativa.

Por fim, as unidades do 2º RC devem estar preparadas para os esquemas de manobra embarcada e a pé do

inimigo. Embora a maior ameaça para as unidades do 2º RC sejam os sistemas embarcados do inimigo, é importante permanecer alerta contra sua infantaria a pé. O inimigo buscará proteger seus sistemas embarcados limpando terrenos restritivos com infantaria. As unidades do 2º RC devem proteger seus sistemas anticarro (embarcados e desembarcados) contra essas manobras, emboscadas ou envolvimentos. Na verdade, se devidamente consideradas, as unidades do 2º RC preferem combater forças blindadas desembarcadas. Dado o poder de fogo desembarcado, maior carga básica de munições e postura defensiva do 2º RC, se o inimigo deixar o poder de fogo e a proteção de seus veículos, as unidades do 2º RC ganham uma significativa vantagem tática.

Etapa 3. Utilizar sensores ligados a sistemas de armas para engajar e desorganizar o inimigo em uma área de segurança avançada. Segundo a Publicação de Técnicas do Exército 3-21.21, *Batalhão de Infantaria Stryker* (ATP 3-21.21, *Stryker Infantry Battalion*), estabelecer uma área de segurança avançada é opcional[5]. No entanto, para um batalhão de infantaria do 2º RC, a área de segurança avançada é um elemento importante da defesa em profundidade. Primeiro, permite que os batalhões estabeleçam contato com o inimigo na posição mais avançada possível, desorganizem suas formações e comecem a degradar seu poder de combate fora do contato com fogos diretos. Isso é feito, no mínimo, ligando-se os meios (*Puma, Raven*) e forças (exploradores, caçadores) de reconhecimento orgânicos com a forte capacidade de morteiros presente em um batalhão *Stryker* até cinco quilômetros. Quando apoiada pelo reconhecimento (*Shadow, Gray Eagle, Prophet/Trojan* ou até mesmo a unidade de cavalaria do regimento) e fogos (obuseiros *M777*, artilharia de foguetes, aviação de ataque) de escalões superiores, essa área de segurança avançada pode triplicar de tamanho.

Segundo, o uso de uma área de segurança avançada permite que as unidades do 2º RC obtenham maior êxito contra as forças de reconhecimento do inimigo. O contrarreconhecimento é essencial nesse combate porque uma identificação das posições defensivas amigas



EA-Área de engajamento

(Figura dos autores. Veja Army Doctrine Publication 1-02, *Terms and Military Symbols*, tabelas 5-2 e 8-19, para descrições dos símbolos, https://armypubs.army.mil/epubs/DR_pubs/DR_a/pdf/web/ARN20083_ADP%201-02%20C1%20FINAL%20WEB.pdf)

Figura 5. Engajar Inimigo com Fogos de Mísseis, Foguetes e Canhões 30 mm

logo no início da ação capacita o inimigo a atacá-las com fogos indiretos antes do engajamento de fogos diretos. Tais engajamentos podem forçar unidades avançadas a retroceder antes do desejado, reduzindo a profundidade da defesa. Um forte e eficaz combate de contrarreconhecimento mantém o elemento de surpresa para os defensores e permite que as unidades do 2º RC obtenham a iniciativa no confronto.

Etapa 4. Engajar o inimigo com fogos de mísseis, foguetes e canhões 30 mm de acordo com critérios específicos. Assim que o inimigo houver entrado na área de defesa avançada, as posições defensivas sequenciam fogos de mísseis, foguetes e canhões 30 mm para obter a concentração de efeitos sobre o inimigo (veja a figura 5). O 2º RC tem capacidade anticarro para obter

Integrantes do 2º RC se preparam para ocultar uma viatura *Stryker* durante o exercício *Dragoon Ready* 20, no Centro Multinacional Conjunto de Adestramento, em Hohenfels, na Alemanha, 2 Nov 2019. (Foto do Cb Ethan Valetski, Exército dos EUA)

efeitos significativos contra uma ampla gama de sistemas de armas da ameaça, mas existem algumas considerações de emprego em relação a esses sistemas. Como esse poder de fogo está distribuído entre a infantaria desembarcada e plataformas de tiro veiculares, as unidades devem fazer escolhas deliberadas sobre a forma pela qual elas engajarão. De modo ideal, as unidades utilizam obstáculos e fogos indiretos para retardar ou desorganizar a movimentação inimiga em áreas designadas. Em seguida, empregam mísseis guiados anticarro embarcados ou desembarcados ou, a curta distância, foguetes portáteis lançados do ombro, para degradar ou destruir sistemas embarcados a partir de locais pequenos e abrigados. A rajada inicial é seguida dos sistemas de fogos diretos embarcados (30 mm, *MK19* ou *M2*) para completar a destruição do inimigo.

Se tal sequenciamento deliberado não for possível devido ao terreno, os defensores devem procurar engajar as ameaças com a menor arma possível que ainda produza o efeito desejado. Ao engajar CC, o míssil *Javelin* é o sistema mais apropriado. Ao lidar com a variedade de VBC e viaturas blindadas de transporte de infantaria da ameaça, os canhões sem recuo *Carl Gustaf M3*, lança-rojões AT-4 e canhões 30 mm podem, todos eles, destruir esses sistemas. As viaturas *Stryker* não podem transportar uma quantidade ilimitada de munição para todos os sistemas de armas e, por isso, é importante empregar a arma certa para uma ameaça específica.

Independentemente do sistema ou dos métodos utilizados, os batalhões de infantaria do 2º RC devem se esforçar para obter efeitos máximos no engajamento inicial. Conforme o tempo passar a partir do primeiro engajamento e as posições forem comprometidas, ficará cada vez mais difícil manter a vantagem relativa. Portanto, é importante que as unidades estabeleçam e descrevam critérios específicos de engajamento que desencadeiem o emprego de fogos diretos. Esses critérios variam de acordo com a situação, mas, em muitos casos, é vantajoso atacar o primeiro veículo em um terreno restritivo, pois um veículo destruído pode bloquear uma via de acesso e facilitar o desengajamento. No entanto, se uma posição for propícia para vários engajamentos simultâneos, pode ser desejável permitir que alguns veículos entrem na área de engajamento para maximizar a eficácia da posição antes do retraimento. Independentemente das condições, os critérios de engajamento devem ser difundidos e compreendidos de modo que a vantagem relativa obtida pela surpresa seja utilizada para máximo efeito.

Etapa 5. Desengajar-se de acordo com critérios específicos e deslocar-se para posições subsequentes para repetir esse processo. Para que uma defesa em profundidade seja eficaz, as unidades devem trocar espaço por tempo. Isso significa que elas devem, deliberadamente, romper o contato, deslocar-se para uma posição de vantagem subsequente e, em seguida, reengajar o inimigo. Critérios claros de desengajamento para cada posição acionam o deslocamento do modo mais eficiente. Os critérios podem se basear nas condições inimigas: destruição de determinados veículos; o inimigo alcança um certo local no terreno; adota uma formação de deslocamento específica; ou emprega vários veículos contra a posição defensiva. As condições das forças amigas, como a redução do poder de combate para um certo nível; as principais munições restantes; pontos de decisão baseados no tempo; ou condições em outras áreas do campo de batalha que tornem as posições atuais insustentáveis também podem desencadear o retraimento. Em particular, o tempo de remuniciamento e reaquisição do sistema de mísseis *Javelin*, que pode se estender por mais de um minuto, seja embarcado ou desembarcado, faz com que seja difícil para esse sistema ter vários engajamentos bem-sucedidos a partir da mesma posição, especialmente em curto alcance ou em terreno restritivo. Um engajamento de mísseis *Javelin* pode ser a condição para um retraimento. Independentemente de que condição desencadeie o desengajamento, ele deve ser ensaiado pela unidade (repetidas vezes, se possível) antes do engajamento com o inimigo.

Não importa o critério do ponto de decisão, uma vez atingido, a unidade deve desengajar-se. De modo ideal, as unidades do 2º RC devem buscar ter pelo menos dois elementos em posições estabelecidas já engajados ou prontos para engajar o inimigo enquanto um terceiro está se deslocando. Ter apenas uma posição estabelecida ou permitir que posições estabelecidas se tornem lineares não é ideal, pois tais circunstâncias aumentam a probabilidade de penetração do inimigo. Conforme mencionado anteriormente, todos os elementos devem preparar vários engajamentos em profundidade e compreender, plenamente, os efeitos que eles devem ter sobre o inimigo em cada posição. Com isso, as unidades do 2º RC gradualmente degastam o inimigo de modo que, ao alcançar as posições defensivas finais do 2º RC, ele já não tenha a capacidade de concentrar fogos ou manobrar efetivamente, sendo destruído.

Etapa 6. Utilizar a superior mobilidade para contra-atacar e desorganizar o ataque inimigo. A mobilidade da plataforma *Stryker* proporciona a flexibilidade para que as unidades de manobra não só se retraiam, mas também contra-ataquem, tanto localmente quanto em profundidade. Respondendo a mudanças no esquema de manobra inimigo, interrupção de ritmo do inimigo ou aberturas inesperadas, as unidades de manobra do 2º RC devem permanecer alertas a oportunidades para retomar posições defensivas perdidas. Ao fazer isso, elas aparecem em locais inesperados, podendo apresentar dilemas para o inimigo a partir de locais que ele supôs terem sido abandonados.

Da mesma forma, as unidades devem buscar oportunidades para lançar elementos de poder de combate nos flancos ou retaguarda do ataque do inimigo. Tornar o campo de batalha não linear; interromper as linhas de comunicação inimigas; ou destruir suas posições de comando e controle, apoio ou fogos indiretos podem alcançar efeitos extraordinários e reduzir a eficácia de seu ataque. Devem ser considerados contra-ataques em toda defesa em profundidade.

Etapa 7. Passar as forças inimigas remanescentes para forças subsequentes. Em uma operação em larga escala, é provável que o inimigo tenha um grande número de forças em vários escalões. Embora um único batalhão de manobra possa interromper o ataque de um inimigo ou até mesmo desencadear um retraimento temporariamente, é improvável que derrote o inimigo em um só engajamento. Uma vez que a posição da unidade seja comprometida, a vantagem relativa diminui. Ela deve desengajar-se antes que o inimigo possa atacar a posição diretamente com forças adicionais escalonadas ou indiretamente com morteiros, artilharia ou mísseis. O desengajamento pode assumir várias formas. O mesmo batalhão pode se desengajar e se deslocar para posições subsequentes. O regimento pode executar a defesa com unidades em profundidade e passar o inimigo de um batalhão de manobra para o próximo. O combate poderia ser transferido para batalhões ou brigadas blindados mais pesados de armas combinadas que tenham estabelecido posições defensivas em outras áreas.

Implicações

Quando combinadas com a abordagem tática descrita acima, as atualizações do poder de fogo efetuadas em 2018 ampliaram, significativamente, a gama de ameaças

contra as quais o 2º RC pode, efetivamente, lutar e vencer. As unidades *Stryker* sempre se destacaram contra ameaças desembarcadas. Os elementos de mobilidade, poder de fogo e sustentação de qualquer batalhão *Stryker* já excedem os de qualquer adversário desse tipo. No 2º RC, porém, o batalhão de infantaria *Stryker* hoje tem o poder de fogo para combater, efetivamente, ameaças móveis blindadas. Suas capacidades excedem as de forças de reconhecimento blindadas leves. Com as táticas certas, o 2º RC também está bem equiparado contra forças de assalto blindadas médias ou forças de infantaria mecanizadas equipadas com viaturas blindadas de gerações anteriores. Não obstante, os batalhões de infantaria do 2º RC ainda têm dificuldade em derrotar veículos equipados com sistemas de armas principais de maior alcance e disparo mais rápido, protegidos com blindagem reativa moderna. Embora o 2º RC possa, efetivamente, retardar essas unidades blindadas e mecanizadas modernizadas, é difícil para ele derrotar essas forças.

Portanto, o 2º RC pode ser desdobrado efetivamente para uma área de crise e, então, estabelecer uma defesa em profundidade para derrotar ou retardar uma grande variedade de ameaças blindadas. Essa capacidade é essencial no teatro de operações europeu, porque o 2º RC é a força terrestre mais operacionalmente móvel e capaz de responder no continente. No caso de uma crise, especialmente uma em que os sistemas integrados de defesa antiaérea de uma ameaça neguem acesso a plataformas aéreas, o 2º RC pode alertar, mobilizar e desdobrar mais rapidamente do que qualquer outra força da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Uma vez que ele esteja na área de crise, o 2º RC pode obter e manter o contato com o inimigo, enquanto estabelece uma defesa de área em profundidade. Contra forças de assalto ou aeroterrestres mecanizadas, esse tipo de defesa pode neutralizar seu ataque. Contra forças blindadas mais pesadas, o 2º RC pode retardar o avanço do inimigo, ganhando espaço e tempo para que as forças blindadas dos EUA e da OTAN cheguem à região e entrem no combate.

No futuro, essas táticas e procedimentos devem servir de base para o treinamento do 2º RC no teatro de operações. A atual progressão de treinamento do regimento apoia, plenamente, o desenvolvimento adicional dessas táticas e a preparação para seu emprego no teatro de operações. As áreas de treinamento dos EUA e da Alemanha facilitam o desenvolvimento dessas habilidades nos níveis de fração a subunidade, enquanto os principais exercícios do teatro de operações (por exemplo, *Saber Guardian*, *Saber Strike*, *Defender* 2020, *Noble Partner*) proporcionam oportunidades para que as unidades apliquem essas táticas em um cenário de crise. Além disso, é preciso explorar parcerias e exercícios para aumentar a interoperabilidade com nações aliadas que tenham experiências e plataformas de armas semelhantes, como as VBC *Boxer* da Alemanha e do Reino Unido, as VBTP *BTR* no Leste Europeu ou as viaturas blindadas sobre rodas *Rosomak* do Exército polonês. Os rodízios de treinamento no Centro Multinacional Conjunto de Adestramento validam a capacidade do regimento para empregar batalhões de manobra usando essas táticas em uma operação em escalão regimental.

Apesar de sua adequação à Europa, a eficácia das atualizações do poder de fogo do 2º RC, suas novas táticas e maior efetividade da formação *Stryker* não se limitam a esse teatro de operações. Essas inovações permitem que as unidades *Stryker* alcancem, plenamente, o potencial da plataforma e aumentem sua utilidade para o Exército. Ampliar o poder de fogo das demais brigadas de combate *Stryker* no Exército e desenvolver, ainda mais, essas táticas poderiam criar uma força mais flexível, combinando manobras embarcadas e desembarcadas para alcançar efeitos extraordinários contra uma gama mais ampla de ameaças. Isso permitiria que a formação *Stryker* cumprisse melhor seu papel como força média do Exército dos EUA. ■

Referências

1. Army Doctrine Publication (ADP) 3-0, *Operations* (Washington, DC: U.S. Government Publishing Office, Jul. 2019), 4-1. A importância e função das posições de vantagem relativa e inciativas são introduzidas na ADP 3-0, páginas 1-9 e 1-11, respectivamente.

2. O 2º RC colocou em operação as viaturas ICV–*Dragoon* e a ICV–*Javelin*, aumentando, significativamente, seu poder de fogo.

3. ADP 3-90, *Offense and Defense* (Washington, DC: U.S. GPO, Jul. 2019), 2-13.

4. Isto está em conformidade com a Army Techniques Publication 3-21.21, *SBCT Infantry Battalion* (Washington, DC: U.S. GPO, March 2016), chap. 5, sec. II.

5. Ibid., par. 5-78.

Estamos Perdendo Oportunidades para Desenvolver a Prontidão Permanente de Todos os Componentes nas Brigadas de Combate

Ten Cel Nicholas Melin, Exército dos EUA

Desenvolver a prontidão para combater e vencer nas operações de combate em larga escala é a prioridade número um do Exército dos Estados Unidos da América (EUA), e os centros de treinamento de combate (*combat training centers — CTC*) representam a prova decisiva, onde são testadas as capacidades das principais formações de combate da Força, as brigadas de combate (*brigade combat teams — BCT*). O treinamento preparatório e a execução de um rodízio em um CTC são o modo pelo qual uma BCT realiza o apresentamento final para o combate. Verbas, pessoal, tempo de treinamento e priorização de recursos de adestramento são todos canalizados para as BCT, a fim de permitir que os comandantes certifiquem suas tropas desde o escalão grupo de combate até batalhão. Assim que o treinamento no CTC é concluído, uma unidade é considerada pronta para ser empregada em todas as partes do mundo. Com efeito, pode-se dizer que o rodízio no CTC é a principal maneira pela qual o Exército dos EUA desenvolve a prontidão das BCT.

No entanto, existe uma lacuna na abordagem do Exército dos EUA quanto ao apresentamento das BCT que requer maior ênfase. Essa lacuna se refere aos inúmeros capacitadores* dos escalões acima de brigada (*echelons*

[N. do T.:
*O Cap Colin Marcum explica que não há uma definição consagrada do termo, acrescentando:

> As referências feitas a capacitadores em artigos militares […] enfatizam que eles são capacidades em reforço que apoiam diretamente a consecução da missão, mas não são exigidos, necessariamente, caso outros capacitadores e seus efeitos possam ser fornecidos. Nesse caso, nossa definição […] será "uma organização ou capacidade que apoia uma linha de ação em particular e/ou consecução de um objetivo específico". Um capacitador, nesse caso, não é universal, mas depende da situação. Por exemplo, uma bateria de artilharia de campanha pode apoiar um batalhão de infantaria na defensiva com fogos e, nesse caso, a artilharia seria considerada um capacitador, pois capacita a infantaria a cumprir sua missão. Por sua vez, a bateria de artilharia de campanha poderia receber um pelotão de infantaria para reforçar sua defesa de bateria, e tal pelotão de manobra seria considerado um capacitador por reduzir algumas das responsabilidades de segurança para aquela bateria.

Veja Colin Marcum, "How Enablers Shape the Deep Fight for the BCT", *Infantry Magazine*, vol. 106, no 2, p. 39-47, https://www.benning.army.mil/infantry/magazine/issues/2017/APR-JUN/pdf/3)Marcum-Enablers.pdf. Cabe observar que, por vezes, os capacitadores podem ser entendidos como "multiplicadores do poder de combate", por vezes, como "elementos em reforço". Meios associados à Inteligência, Operações Psicológicas, Assuntos Civis, Operações Especiais, Guerra Eletrônica, Guerra Cibernética, dentre outros, são, frequentemente, citados como capacitadores, segundo uma perspectiva mais ortodoxa das operações de combate em larga escala.]

> Inúmeros capacitadores dos escalões acima de brigada [...] não têm nenhum vínculo habitual com as BCT que eles vão apoiar.

above brigade — EAB), que são organizados por tarefas em uma BCT tanto no CTC quanto no desdobramento para o combate. Esses elementos capacitadores, que, no total, equivalem a um batalhão adicional inteiro (mais de 500 soldados), são preparados para o desdobramento individualmente pelos seus batalhões EAB e brigadas, mas *não têm nenhum vínculo habitual* com as BCT que eles vão apoiar. As BCT e os capacitadores incorporados se reúnem no CTC, treinam juntos durante um mês e, em seguida, retornam para suas unidades enquadrantes, espalhadas por todas as partes dos EUA. A BCT não desenvolve a prontidão com seus capacitadores antes do rodízio no CTC, nem os mantém durante o período pós-CTC, quando há uma maior probabilidade de emprego em uma crise ou contingência.

Este artigo destaca os desafios impostos pela atual abordagem em relação à integração de capacitadores nas BCT, identifica as medidas que elas podem implementar atualmente e oferece recomendações institucionais para um alinhamento *formal* e *regional* de capacitadores procedentes de todos os componentes da Força (a "Força Total", ou seja, ativa, reserva e Guarda Nacional) com as BCT e divisões. Esse alinhamento *deve* estar vinculado aos rodízios nos CTC, levando em consideração as unidades selecionadas para serem desdobradas juntas em planos de contingência. Com o estabelecimento de relacionamentos habituais e a experiência compartilhada em uma "prova decisiva" no CTC, os comandantes poderão desenvolver e manter a prontidão das BCT e seus capacitadores.

Integrantes da Companhia A, 116º Batalhão de Engenharia de Brigada, posicionam sua viatura de abertura de brecha *M1150* durante um exercício de tiro real no Centro Nacional de Treinamento, Forte Irwin, Califórnia, 12 Jun 2019. (Foto da Cb Alisha Grezlik, Exército dos EUA)

A Experiência no Centro de Treinamento para as BCT e seus Capacitadores

Os comandantes de BCT e seus estados-maiores se dedicam a desenvolver a prontidão para a ação decisiva** antes do rodízio em um CTC. As sequências de treinamentos são cuidadosamente administradas, os requisitos pré-CTC são cumpridos e os nós de comando de missão*** são validados, entre outras ações. As divisões certificam suas BCT em relação às tarefas de ação decisiva e administram, rigorosamente, seus equipamentos, efetivo e estado de manutenção, a fim de garantir que as grandes unidades possam tirar máximo proveito de sua única experiência de "prova de fogo" a cada dois anos (ou a cada cinco, no caso das BCT de Guarda Nacional). Quando os veículos começam a ser embarcados nos vagões ferroviários antes da viagem para o centro de treinamento, os elementos orgânicos de uma BCT estão organizados por tarefas e preparados para a execução de suas missões.

Em seguida, chegam os capacitadores EAB. Convergindo para a BCT alguns dias antes do início de um rodízio no centro de treinamento, tropas de valor fração a subunidade chegam com um conjunto de capacidades e necessidades que podem ou não ser plenamente compreendidas. Elas vêm em grande número de todas as partes dos EUA (muitas vezes, 20 ou mais organizações separadas). Não é incomum que uma tropa valor pelotão ou companhia sediada em uma costa apoie uma BCT baseada na costa oposta, a milhares de quilômetros de distância. Além disso, elas são provenientes de todos os componentes da Força. Como 75% dos capacitadores do Exército dos EUA pertencem à reserva ou Guarda Nacional, é provável que a força-tarefa BCT participe de uma ação decisiva com elementos oriundos de todos os componentes da Força[1].

Embora os comandantes das BCT sejam, normalmente, notificados sobre os capacitadores que receberão com até seis meses de antecedência, vários fatores se conjugam para fazer com que uma integração significativa na BCT seja, na melhor das hipóteses, incompleta. Com os elementos capacitadores dispersos por todo o país, não há oportunidades para que eles treinem juntos. O máximo que se consegue, muitas vezes, é a realização de teleconferências para acompanhar os cronogramas de movimentação e manutenção e talvez uma oportunidade de planejamento compartilhado antes do rodízio propriamente dito. Como as tropas da ativa, Guarda Nacional e reserva do Exército que participam juntas do rodízio provavelmente não têm nenhuma relação habitual entre si ou com a BCT apoiada, pode ser um desafio reconhecer todos os rostos e nomes dos comandantes durante as fases de recepção, concentração, movimento para as linhas de frente e integração no CTC.

> "Por serem treinados e certificados quanto às suas capacidades especializadas separadamente das formações de manobra, os capacitadores dos escalões acima de brigada desconhecem, muitas vezes, os procedimentos operacionais padrão da BCT apoiada, não tendo tido, provavelmente, a oportunidade de se integrarem a um elemento de manobra."

A experiência é igualmente desconcertante para os capacitadores incorporados. Por serem treinados e certificados quanto às suas capacidades especializadas separadamente das formações de manobra, os capacitadores EAB desconhecem, muitas vezes, os procedimentos operacionais padrão (POP) da BCT apoiada, não tendo tido, provavelmente, a oportunidade de se integrarem a um elemento de manobra. Têm

[N. do T.:
**Segundo a Publicação Doutrinária do Exército 3-0, *Operações* (ADP 3-0, *Operations*), a ação decisiva consiste na "execução contínua e simultânea de operações ofensivas, defensivas e de estabilização ou de apoio defensivo de tarefas de autoridades civis". Veja Army Doctrine Publication (ADP) 3-0, *Operations* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 2019), 3-1, https://armypubs.army.mil/epubs/DR_pubs/DR_a/pdf/web/ARN18010_ADP%203-0%20FINAL%20WEB.pdf.
***Comando de Missão é a abordagem do Exército dos EUA para a função de combate Comando e Controle.]

Integrante da 44ª Companhia DQBRNE borrifa água em outro soldado, que foi exposto a um agente químico simulado em um posto de descontaminação durante um rodízio de treinamento no Centro Nacional de Treinamento, Forte Irwin, Califórnia, 13 Mar 2019. (Foto de Clemens Gaines, Com Soc, 20º Comando DQBRNE)

equipamentos e sistemas de comunicação diferentes dos utilizados na BCT à qual serão integrados e, dependendo de sua sequência de treinamentos, podem estar em um nível inferior de prontidão que a grande unidade apoiada. As seções de estado-maior da BCT não têm experiência em planejar a utilização de elementos capacitadores, e seus pelotões, companhias e batalhões de manobra têm pouca ou nenhuma experiência em seu emprego. Além disso, os requisitos de manutenção e apoio relacionados aos equipamentos dos capacitadores, como a viatura blindada de transporte de pessoal *M113* e a viatura blindada lançadora de ponte, são, muitas vezes, completamente diferentes dos requisitos da BCT que eles possam ser incumbidos de apoiar. No entanto, a manutenção e o apoio são de responsabilidade da BCT.

O batalhão de engenharia de brigada (*brigade engineer battalion — BEB*) é a unidade encarregada de integrar e assegurar a utilização adequada dos capacitadores que são introduzidos na BCT. Embora os comandantes de BEB e seus estados-maiores entendam que a integração e a utilização eficaz de capacitadores consistem em sua operação decisiva, essas unidades já são responsáveis por garantir que os capacitadores orgânicos da brigada sejam utilizados adequadamente. Considerando o fato de que o BEB mais do que dobra de tamanho durante um rodízio no CTC, transformando-se, geralmente, em uma força-tarefa de 1.000 a 1.200 integrantes e pelo menos 20 unidades subordinadas, manter o controle sobre todos os capacitadores na área de operações da BCT já passa a ser um desafio considerável, quanto mais administrar a integração eficaz de capacitadores em elementos com os quais eles nunca tenham treinado.

Embora o sucesso na integração e utilização de capacitadores varie dependendo da organização, é possível identificar uma série de problemas sistêmicos, conforme registrados por equipes de

observadores-controladores em rodízios no CTC, os quais afetam o desempenho da BCT:

- Os estados-maiores de brigada e batalhão de manobra têm dificuldades para planejar a utilização de capacitadores devido à falta de conhecimento de suas capacidades e limitações.
- Com frequência, os capacitadores são empregados indevidamente ou deixados na área de retaguarda pelos elementos de manobra, devido, em grande parte, à falta de conhecimento de como devem ser empregados e à inexistência de relacionamentos pessoais entre os comandantes de manobra e os capacitadores que os apoiam.
- Quiçá mais importante, os elementos de manobra muitas vezes esgotam sua capacidade para continuar sua forma de operação antes de cumprirem as missões que lhes foram atribuídas, porque os capacitadores corretos (seja engenharia, defesa química, inteligência militar, polícia do Exército, comunicações ou assuntos civis) não estavam presentes ou não foram utilizados de modo eficaz em um ponto decisivo da operação.

Embora essas lições sejam registradas em análises pós-ação e a integração de capacitadores seja inserida nos POP pós-CTC em todos os escalões, quando os trens são recarregados, a BCT retorna à sua sede e os capacitadores às suas bases de origem, espalhadas por todo o país. A prontidão compartilhada, adquirida por meio do treinamento de uma BCT com os capacitadores recebidos e de seu aprendizado com eles no CTC, se dilui, e as organizações retomam suas sequências de treinamento compartimentadas.

Os Impactos

A inclusão de elementos capacitadores na formação da BCT será ineficaz, a menos que suas capacidades sejam compreendidas pelos decisores responsáveis por seu emprego, ou seja, os comandantes e planejadores de manobra nos escalões companhia a brigada. Por exemplo, os rodízios de ação decisiva no Centro Nacional de Treinamento (*National Training Center — NTC*) incluem, regularmente, ataques químicos com agentes persistentes ou não persistentes, os quais requerem o estabelecimento de um posto de descontaminação

Integrantes da Companhia A, 23º Batalhão de Engenharia de Brigada, cavam um fosso anticarro para desviar as forças embarcadas inimigas para a principal área de engajamento defensivo, Forte Irwin, Califórnia, 20 Abr 2018. (Foto do Centro Nacional de Treinamento, Grupo de Operações, Equipe de Treinamento de Apoio à Manobra)

completa. As BCT podem ter até quatro tipos de pelotões de defesa química incorporados para executar essa missão. No entanto, a BCT, normalmente, só tem experiência de treinamento com, no máximo, um desses tipos de formação durante a fase de preparação na sede. Assim, os planejadores de manobra e especialistas em logística não sabem bem quanto tempo leva uma missão de descontaminação ou quais recursos devem estar disponíveis para executá-la.

Como os relacionamentos entre os capacitadores EAB e as BCT são informais no âmbito da sede, a inclusão dos primeiros nos treinamentos destas últimas é ocasional, dependendo, muitas vezes, da iniciativa das pessoas envolvidas. Para um grupo de comandantes, a integração de capacitadores EAB pode ser uma prioridade, enquanto outros podem ter uma abordagem diferente. O resultado da falta de formalidade quanto aos relacionamentos no âmbito da sede é que os elementos orgânicos costumam treinar de modo integrado, enquanto os elementos EAB o fazem em seus respectivos "compartimentos" EAB. Eles não treinam, realmente, da forma que lutariam em um CTC ou em combate até que participem de um rodízio.

Embora os elementos capacitadores e as BCT se beneficiem de treinarem juntos no CTC, existe um custo de oportunidade quando a construção de relacionamentos com capacitadores consiste em uma experiência intensa de treinamento, como a realizada no NTC, seguida da dissolução da equipe. Além disso, como as BCT costumam treinar com seus componentes orgânicos na sede, há uma curva de aprendizagem acentuada nos CTC, que priva os batalhões de manobra, BEB e estado-maior da brigada de oportunidades de treinamento para aprimorar a forma pela qual eles integram e empregam os capacitadores.

Quiçá mais importante, há um deficiência de longo prazo em termos da consciência da BCT e da força de manobra quanto aos requisitos e limitações dos capacitadores EAB. Como eles não treinam juntos, a diferença em capacidades como mobilidade, comunicações e treinamento simplesmente não é priorizada nas diretrizes de treinamento das divisões e corpos de exército para as BCT. Os comandantes de BCT notam que há um problema quando estão em um CTC, mas isso passa rapidamente para um segundo plano após a desmobilização para a sede, quando se retoma o foco no adestramento orgânico.

Desafios para a Integração de Capacitadores

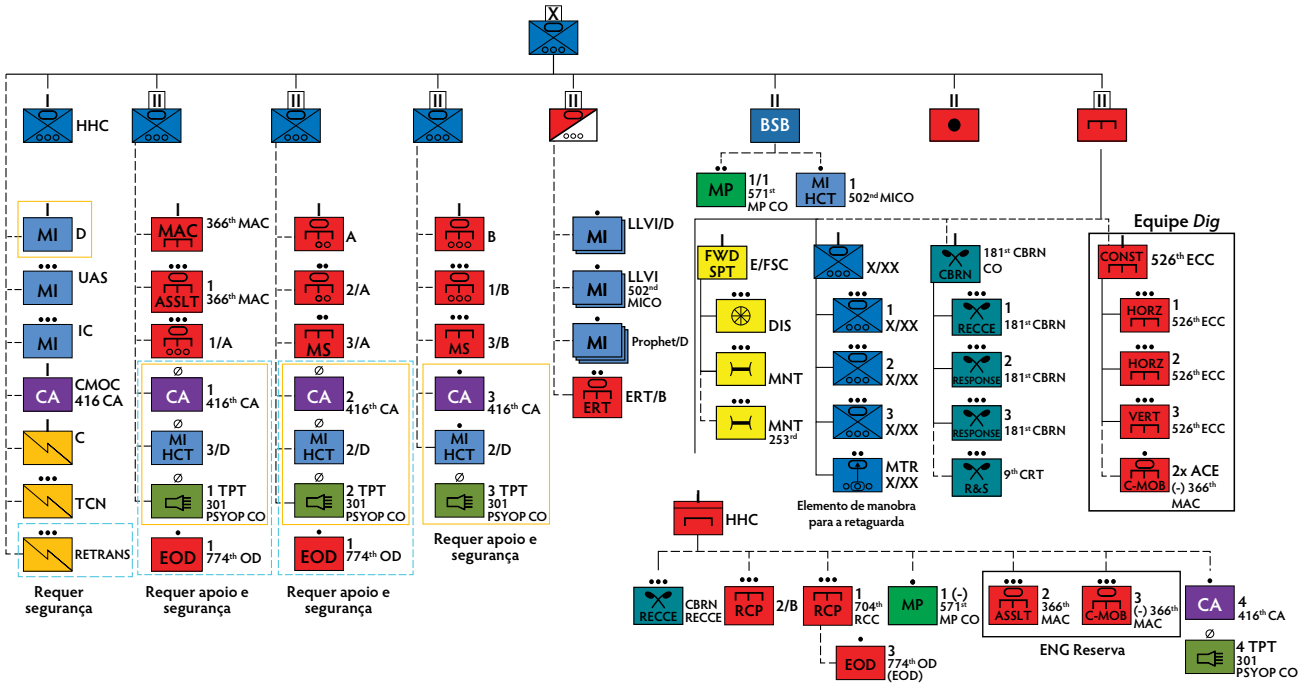
Se a integração de capacitadores representa tamanho problema, por que eles já não estão habitualmente alinhados com as BCT? Essa é uma boa pergunta, considerando os desafios descritos anteriormente, que gira em torno de por que o Exército dos EUA continua a administrar os capacitadores da mesma maneira.

A primeira parte da resposta está relacionada à abordagem do Exército dos EUA quanto à formação de elementos disponíveis para o desdobramento que sejam adaptados para atender aos requisitos de uma determinada crise ou contingência. Treinar os capacitadores separadamente e incorporá-los às BCT antes de um rodízio em CTC ou do emprego em combate têm por objetivo: (1) garantir que capacitadores menos comuns sejam treinados de forma eficaz na sede; (2) permitir a distribuição flexível de capacidades EAB às BCT com base nos requisitos da missão; e (3) facilitar a integração de elementos da reserva e da Guarda Nacional nas BCT em conformidade com a Política de "Força Total", ou seja de todos os componentes do Exército[2].

Ao contrário da estrutura divisionária que o precedeu, o conceito de força modular do Exército dos EUA depende da capacidade das BCT para receber, integrar e utilizar capacitadores. Mesmo com a decisão do Exército dos EUA de reestruturar a força (BCT 2020) para incluir um terceiro batalhão de manobra e estabelecer BEB com capacidades adicionais, a concepção de força para as BCT não incluiu, propositadamente, todas as capacidades que seriam necessárias em uma ação decisiva[3].

A segunda parte da resposta está ligada à disponibilidade dos próprios

O Ten Cel Nicholas Melin, Exército dos EUA, comanda o 5º Batalhão, 1ª Brigada de Assistência a Forças de Segurança. Concluiu o bacharelado pela Academia Militar dos EUA, o mestrado em Artes e Ciências Militares pelo U.S. Army Command and General Staff College, e o doutorado pela Oxford University. Comandou, anteriormente, o 23º Batalhão de Engenharia de Brigada, 1-2 BCT *Stryker*, na Base Conjunta de Lewis-McChord. Também serviu como assistente especial do 18º e 19º Chefes do Estado-Maior Conjunto, no Grupo de Estudos Estratégicos do Comandante do Exército dos EUA e como subcomandante operacional da 3ª Brigada, 1ª Divisão Blindada.



Considerações especiais

Equipe *Exploit*

Orgânico

Incorporado: Unidade apoiada pode efetuar a organização por tarefas das forças para fins específicos, sendo obrigada a fornecer apoio logístico para as Classes I, III, V; apoio médico e de manutenção

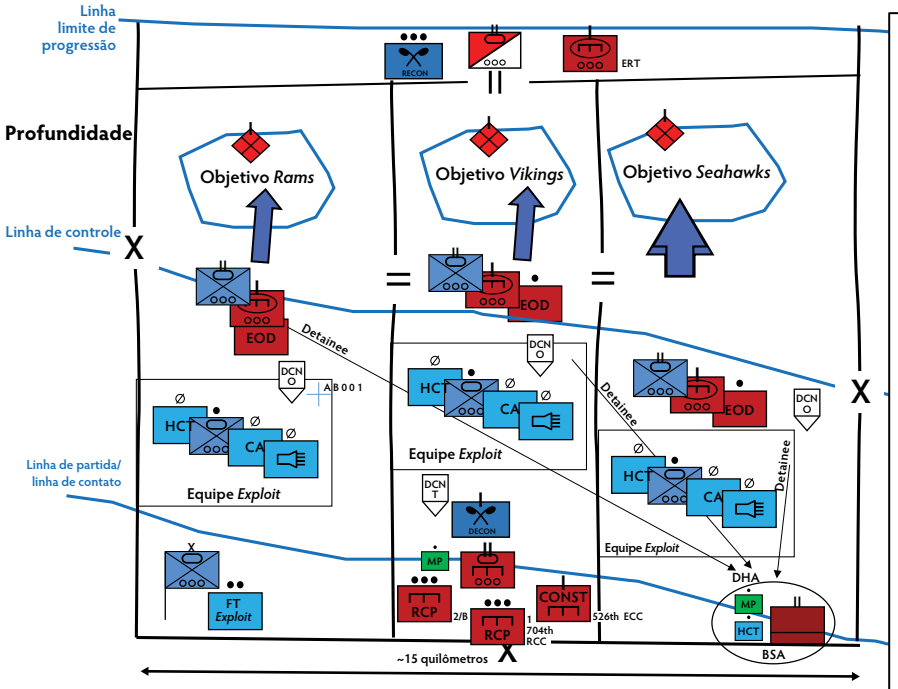
LEGENDA:

ACE - Viatura Blindada de Terraplanagem
ASSLT - Assalto
BSB - Batalhão de Apoio de Brigada
CA - Assuntos Civis
CBRN - QBRN
CMOC - Centro de Operações Civis-Militares
CONST - Construção
EOD - Remoção de Artefatos Explosivos
ERT - Equipe de Reconhecimento de Engenharia
FSC - Companhia de Apoio Avançado
FWD SPT - Apoio Avançado
HCT - Equipe de Busca de Inteligência de Fontes Humanas
HHC - Comando e Companhia de Comando
HORZ - Horizontal
IC - Busca de Inteligência
LLVI - Interceptação de Voz de Baixo Volume
MAC - Companhia de Reforço de Mobilidade
MI - Inteligência Militar
MNT - Manutenção
MP - Polícia do Exército
MS - Apoio de Mobilidade
MTR - Regimento de Transporte Motorizado
Prophet - Sistemas *Prophet* (Inteligência de Sinais)
R&S - Reconhecimento e Segurança
RCP - Pacote de Abertura de Brecha
RECCE - Reconhecimento
RESPONSE - Resposta
RETRANS - Retransmissão
TCN - Nó de Comunicações Táticas
TPT - Equipe de Op Psc Tática
UAS - Sistemas Aéreos Não Tripulados
VERT - Vertical
9th CRT - 9ª Equipe de Resposta QBRNE
181st CBRN - 181ª Companhia QBRN
301 PSYOP CO - 301ª Companhia de Operações Psicológicas
366th MAC - 366ª Companhia de Reforço de Mobilidade
416 CA - 416º Batalhão de Assuntos Civis
502nd MICO - 502ª Companhia de Inteligência Militar
526th ECC - 526ª Companhia de Engenharia de Construção
571st MP CO - 571ª Companhia de Polícia do Exército
704th RCC - 704ª Companhia de Engenharia (Abertura de Brecha)
774th OD - 774ª Companhia de Remoção de Artefatos Explosivos

(Figura cedida pelo 23º Batalhão de Engenharia de Brigada,1-2 BCT *Stryker*, Base Conjunta de Lewis-McChord)

Figura 1. Exemplo de Organização por Tarefas de Capacitadores

capacitadores e a seus cronogramas de aprestamento. Considerando que 75% das unidades capacitadoras do Exército dos EUA — sejam de apoio à manobra ou sustentação logística — pertencem à reserva ou à Guarda Nacional, elas estão fisicamente dispersas por todo o país. Além disso, as unidades da reserva e da Guarda Nacional executam o aprestamento com base em um modelo quinquenal, com a realização do rodízio em um CTC e desdobramento subsequente no quarto ou quinto ano de seu respectivo ciclo de prontidão. Isso significa que, do total de capacitadores de todos os componentes da Força, apenas uma parcela dos existentes na reserva ou Guarda Nacional está disponível em um dado momento.



LEGENDA:

BSA - Área de Apoio de Brigada
CONST - Construção
DCN - Posto de Descontaminação
DECON - Descontaminação
Detainee - Prisioneiro de Guerra
DHA - Área de Detenção Provisória
EOD - Remoção de Artefatos Explosivos
ERT - Equipe de Reconhecimento de Engenharia
MP - Polícia do Exército
RCP - Pacote de Abertura de Brecha
RECON - Reconhecimento
HCT - Equipe de Busca de Inteligência de Fontes Humanas
526th ECC - 526ª Companhia de Engenharia de Construção
704th RCC - 704ª Companhia de Engenharia (Abertura de Brecha)

[N. do T.: A maioria das siglas constantes da figura foi mantida conforme o original em inglês.]

A Força-Tarefa *Spearhead* recebe meios de escalões acima de brigada (EAB) de controle operacional (OPCON) e fornece capacidade de controle tático (TACON), desativação de artefatos explosivos (EOD) e reconhecimento químico, biológico, radiológico e nuclear (CBRN) para forças-tarefas de manobra/elemento avançado.

A Força-Tarefa *Exploit* fornece capacidades de busca de inteligência de fontes humanas (HCT), assuntos civis (CA) e operações psicológicas (PSYOP) integradas às forças-tarefas de manobra com uma relação de apoio direto (veja documento Task Force Exploit DOCTEMP).

A Equipe *Dig* (capacidades de escavação horizontal) é mantida com a Força-Tarefa *Spearhead* na área de retaguarda, com a capacidade de avançar rapidamente e fornecer maior capacidade de escavação e comando de missão para a defesa.

Avengers fornecem apoio a Q36/Q37 e à área de apoio de brigada (BSA) de acordo com a lista de meios críticos (CAL) e a lista de meios defendidos (DAL) expedidas pela brigada. São distribuídos em três equipes com dois meios cada por toda a área de operações *Ghost* para aumentar a capacidade de sobrevivência.

Locais de Descontaminação Operacional - Forças-tarefas de manobra possuem meios orgânicos *M26* para a descontaminação operacional (DECON), criam equipes orgânicas DECON e têm a responsabilidade de identificar rotas liberadas/contaminadas em sua área de operações.

A Companhia CBRN EAB fornece a capacidade de estabelecer **DECON completa** conforme necessário e exploração sensível para locais da lista de armas, munições e sensores (WMSL). Caso seja necessário um local de **DECON completa**, a brigada determinará as rotas liberadas/contaminadas de entrada e saída do local.

A Polícia do Exército (MP) guarnecerá a área de detenção provisória (juntamente com a HCT na BSA). As forças-tarefas são responsáveis pelo requisito de transportar os prisioneiros de guerra para a área de detenção provisória no prazo de seis horas após a captura.

A área de detenção provisória (DHA) é estabelecida na BSA pelo batalhão de apoio de brigada (BSB) (recebe TACON das seções de MP e HCT). O BSB é responsável por reforçar a segurança geral para a DHA à medida que aumenta o número de prisioneiros de guerra.

(Figura cedida pelo 23º Batalhão de Engenharia de Brigada,1-2 BCT *Stryker*, Base Conjunta de Lewis-McChord)

Figura 2. Exemplo de Modelo Doutrinário

Outro fator que dificulta o estabelecimento de um alinhamento habitual é o desafio de prever o nível de prontidão e a disponibilidade de uma multiplicidade de elementos capacitadores pequenos, aptos a serem desdobrados. Diferentemente das BCT, os elementos EAB podem ser desdobrados até os níveis de companhia, pelotão e, muitas vezes, esquadra. Como eles são desdobrados de forma independente, dentro de um único batalhão EAB, pode haver vários elementos com diferentes níveis de prontidão.

A forma pela qual os planejadores do Comando de Forças (*Forces Command — FORSCOM*) e dos CTC criam os rodízios também afeta o problema. Os CTC, geralmente, identificam os requisitos relativos a capacitadores para um determinado rodízio cerca de dois anos antes da execução. Nem o CTC nem o FORSCOM estão sujeitos, atualmente, a uma exigência de alinhar regionalmente os capacitadores com as BCT e, por isso, não o fazem. Quando se acrescentam requisitos imprevistos nos CTC, como um rodízio focado em ataques químicos que requeira a incorporação de mais elementos de defesa química a uma BCT no último momento, a identificação de fontes de capacitadores para o adestramento se transforma em um "jogo dos copos". Nesse caso, são designados elementos disponíveis e prontos, em lugar de outros que talvez pudessem participar de treinamentos com uma BCT na sede ou ser desdobrados com elas em uma operação de contingência.

O fator final e quiçá mais importante é a inércia. Como os capacitadores não estão habitualmente alinhados e só são designados para os CTC e desdobrados com

base em sua prontidão em um dado momento, os ciclos de aprestamento das tropas em uma determinada área também não estão alinhados. A adoção de uma nova abordagem exigiria um investimento prolongado de energia institucional e a realização de uma previsão com anos de antecedência à execução do rodízio no CTC no caso de elementos da reserva e da Guarda Nacional. Esse tipo de mudança demandaria grande esforço e o apoio do comando, e seria necessário começar pelos comandantes de manobra nos escalões brigada, divisão e corpo de exército, que direcionam o diálogo sobre prontidão da Força.

O Que se Pode Fazer Hoje para Melhorar a Integração de Capacitadores

As BCT e seus batalhões subordinados precisam reconhecer que eles combaterão como uma força-tarefa, na qual existirão capacitadores EAB em sua composição de meios, seja em um rodízio de CTC ou em combate. Esses elementos capacitadores não são complementos de última hora. Eles fornecem capacidades que o elemento de manobra não tem organicamente e que são necessárias para a consecução da missão.

Os comandantes, entendendo esse fato, devem exigir que seus estados-maiores e comandos subordinados se instruam quanto às capacidades, limitações e requisitos de apoio dos capacitadores. As unidades devem planejar o uso de capacitadores durante os exercícios de estado-maior e de posto de comando em todos os escalões. A elaboração de uma organização por tarefas padronizada de capacitadores para a ofensiva e defensiva (veja a figura 1), a criação de modelos doutrinários para seu emprego (veja a figura 2) e a realização de condutas de combate para operações com uso intensivo de capacitadores são medidas importantes que as BCT podem tomar para desenvolver a proficiência junto a eles, acelerar o planejamento e possibilitar um entendimento compartilhado com as unidades subordinadas.

Os comandantes de manobra, do escalão pelotão a brigada, precisam de práticas repetidas tanto no planejamento quanto na utilização de capacitadores antes de chegarem a um CTC. O momento errado para começar a descobrir como usar capacitadores como engenharia, defesa química, assuntos civis e desativação de artefatos explosivos é quando eles chegam, imediatamente antes da execução da missão. O que é importante, o BEB também precisa de práticas repetidas em integrar e, em seguida, fornecer comando de missão para capacitadores vindos de fora da BCT — quanto maior o número de práticas, melhor.

Dada a realidade de que as BCT e seus batalhões subordinados provavelmente não conseguirão treinar com os capacitadores que os apoiarão antes de serem enviados para um CTC ou durante o combate, deve haver um sistema planejado para estabelecer relacionamentos com estes últimos e integrá-los na formação. Embora listas de conferência possam ser ferramentas úteis, as unidades devem tratar a integração de capacitadores como uma tarefa tática que precisa ser praticada durante o treinamento na sede. As BCT devem estabelecer contato com as unidades capacitadoras em suas respectivas sedes, estabelecer relacionamentos e integrar seus elementos de forma deliberada na sequência de treinamentos de manobra.

As BCT também precisam assumir os desafios de prontidão relacionados aos elementos capacitadores que elas receberão com relativamente pouca antecedência e se preparar para requisitos de apoio adicionais quando eles chegarem. Os equipamentos, capacidades de comunicação e prontidão em termos de treinamento de cada um deles serão diferentes. Em muitos casos, isso significa que haverá diferentes requisitos de manutenção e suprimento, que não serão facilmente resolvidos nos últimos dias antes da execução da missão. Para minimizar a fricção causada pela chegada de várias unidades com requisitos de apoio e estados de prontidão discrepantes, as BCT devem estabelecer contato cedo e com frequência com seus capacitadores para resolver problemas bem antes da organização por tarefas formal. Essa é uma melhor prática já recomendada pelos CTC.

Recomendações para a Mudança Institucional

Embora necessárias, as medidas imediatas destacadas acima são insuficientes. Há uma necessidade predominante de gerar uma prontidão contínua e de todos os componentes da Força no âmbito das BCT. As recomendações institucionais apresentadas adiante podem ser implementadas gradualmente, mas devem ser instituídas formalmente, vinculadas aos

rodízios nos CTC e transmitidas pelo alto-comando do Exército para realmente terem impacto.

Identificar o conjunto disponível de capacitadores EAB da ativa e da reserva em uma região específica e alinhá-los formalmente com as BCT para os rodízios nos CTC e desdobramentos. Dentro de uma região específica (Pacífico-Noroeste, por exemplo), há, normalmente, suficientes unidades capacitadoras da ativa, Guarda Nacional e reserva para apoiar o treinamento das BCT, rodízios nos CTC e desdobramentos com o objetivo de atender a requisitos de planos de contingência. O problema é que não há relacionamentos formais para levá-los a alinhar suas sequências de treinamentos. Os estados-maiores nos escalões divisão e corpo de exército podem e vão alinhar o treinamento para ajudar as BCT a integrarem essas capacidades-chave, se dispuserem da autoridade e de recursos financeiros. Deveria ser uma exigência que os planejadores do FORSCOM e dos CTC levassem em conta o alinhamento regional ao efetuarem o planejamento tanto para os rodízios de treinamento quanto para contingências. O FORSCOM também deve considerar, seriamente, a possibilidade de exigir que os capacitadores participem dos exercícios de certificação pré-CTC das BCT às quais eles estejam alinhados.

Integrar capacitadores de forma planejada no treinamento orgânico na sede da BCT. Considerando o componente da ativa apenas, há, geralmente, capacitadores suficientes para permitir que as BCT incluam sua utilização em várias práticas. Isso acontece, às vezes, de modo informal, mas raramente resulta de uma diretriz advinda de comandos superiores. Como os elementos EAB consistem, normalmente, em meios de corpo de exército, diretrizes formais de treinamento, que determinassem a integração de capacitadores no treinamento de sede, precisariam vir desse escalão. Isso poderia ser padronizado na forma de relacionamentos habituais.

Alinhar a construção de dados cronológicos de forças e desdobramento** (*time-phased force and deployment data —TPFDD*) para os planos de operações em relação ao conjunto regional de forças da ativa e reserva.** Uma vez que conjuntos regionais de forças fossem gerados e as unidades estivessem mantendo a prontidão no nível das BCT, a etapa lógica seguinte seria alinhar as BCT e os capacitadores com base nos planos de operações. Isso também consolidaria ainda mais e formalizaria os relacionamentos entre as BCT e os capacitadores regionalmente.

Redirecionar o foco da parceria entre a ativa e a reserva para a força-tarefa da BCT na ação decisiva. Relacionamentos mais formais entre BCT e unidades capacitadoras oferecem uma oportunidade significativa. Atualmente, as parcerias entre ativa e reserva se concentram, predominantemente, nos níveis de BCT ou de EAB. Embora seja útil estabelecer relacionamentos com uma possível unidade adjacente, é, provavelmente, mais importante que uma BCT integre os capacitadores da reserva que serão incluídos em sua força-tarefa em combate.

Formalizar o relacionamento entre os BEB dentro de cada BCT e unidades em parcerias habituais. O BEB pode e deve continuar a ser o foco da integração de capacitadores na BCT, podendo assumir a liderança na implementação do programa de parceria entre todos os componentes da Força até os escalões mais baixos. Os comandantes de BEB devem ser responsáveis por manter relacionamentos com as unidades da reserva com as quais eles serão enviados para um rodízio em CTC ou para o combate, além de coordenar sua integração no treinamento da BCT.

Inserir capacitadores nas estratégias de modernização das BCT. Conforme o Exército dos EUA se moderniza, vigorosamente, para enfrentar o desafio representado por adversários com poder de combate quase equiparado, as BCT devem executar seu treinamento e modernização *com os capacitadores que as apoiarão*. Já existe uma diferença significativa entre as BCT e formações capacitadoras em relação a equipamentos, a qual só aumentará, caso não seja abordada durante o processo de modernização do Exército. O desempenho geral de uma BCT em combate não deve ser prejudicado porque seus capacitadores estão operando em sistemas antiquados de comando de missão e se movimentando em sistemas

[N. do T.:
**** O termo *Time-Phased Force and Deployment Data* (TPFDD) se refere aos "dados ao longo do tempo sobre a força, cargas externas às unidades e pessoal combinados com os dados de movimentação para o plano de operações, ordem de operações ou rodízio de forças em curso". Veja Office of the Joint Chiefs of Staff, *DOD Dictionary of Military and Associated Terms* (Washington, DC: U.S. GPO, Jun. 2020), p. 218, https://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Doctrine/pubs/dictionary.pdf.]

incapazes de acompanhar o ritmo das operações de combate. Alinhar o treinamento e modernização das BCT e capacitadores incorporados seria coerente com a doutrina do Exército, que afirma que "as unidades treinam para combater e vencer como equipes coesas e eficazes" em "condições desafiadoras e realistas, que reproduzem de perto um ambiente operacional"[4].

Conclusão

O Exército treina e certifica unidades de manobra em todos os escalões por reconhecer que, fundamentalmente, o todo é mais do que a soma de suas partes. Uma BCT treinada é mais do que simplesmente um grupo de batalhões treinados. Em lugar disso, é uma equipe integrada, capaz de se organizar por tarefas para fins específicos e executar missões previstas e imprevistas com eficiência.

Da mesma forma, uma BCT treinada e pronta para a ação decisiva é mais do que uma grande unidade orgânica treinada com um bando de capacitadores organizados por tarefas que foram adestrados separadamente e nela incorporados imediatamente antes da execução da missão. Para que todos os elementos da equipe operem juntos de forma eficaz, ela deve ser capaz de organizar tarefas como uma unidade completa e incorporar capacitadores ao longo de toda a sequência de treinamentos.

Manter a abordagem atual em relação à integração de capacitadores gera o risco de que se repitam as difíceis lições aprendidas em todo rodízio de CTC durante os primeiros dias de um conflito futuro. Se isso ocorrer, o custo será em vidas de nossos soldados, e não apenas em termos de desperdício de tempo e de deficiências de treinamento. Com o estabelecimento de relacionamentos formais e regionais entre BCT e capacitadores, atrelados aos rodízios de CTC, o Exército dos EUA poderá desenvolver a prontidão constante de todos os componentes da Força, focada no BCT. Vale a pena o esforço. ■

Referências

1. A análise destes dados estatísticos foi realizada pelo Centro de Excelência de Apoio à Manobra, no Forte Leonard Wood, Missouri. Considerando somente a engenharia, com base nas atualizações dos quadros de organização e dotação efetuadas em 2019, 50% da estrutura de força da engenharia pertence à Guarda Nacional, com 25% na reserva do Exército dos EUA e apenas 25% na ativa. Para muitas capacidades de apoio à manobra, a porcentagem é ainda maior. Por exemplo, 82% das unidades de assuntos civis e de operações de apoio à informação pertencem à reserva do Exército.

2. John M. McHugh, Memorandum to Principal Officials of Headquarters, Department of the Army, "Army Directive 2012-08 (Army Total Force Policy)", 4 Sept. 2012, acesso em 25 out. 2019, https://armypubs.army.mil/epubs/DR_pubs/DR_a/pdf/web/ad2012_08.pdf.

3. Mark F. Cancian, "U.S. Military Forces in FY 2020" (relatório, Washington, DC: Center for Strategic and International Studies, Oct. 2019), acesso em 25 out. 2019, https://www.csis.org/analysis/us-military-forces-fy-2020-army.

4. Army Doctrinal Publication 7-0, *Training* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office, Aug. 2012 [obsoleto]), par. 1-4 e 1-5.

Integrante da 4ª Brigada de Combate de Infantaria (Aeroterrestre), 25ª Divisão de Infantaria, Exército dos EUA no Alasca, demonstra técnicas de agarramento do Programa Moderno de Instrução de CCC do Exército dos EUA, na Base Conjunta de Elmendorf-Richardson, no Alasca, 6 Fev 2020. (Foto de Justin Connaher, Força Aérea dos EUA)

Arma Letal

Treinamento de Combate Corpo a Corpo e Habilidades Mentais para Assegurar a Superioridade no Combate a Curta Distância

Ten Cel (Res) Peter R. Jensen, Exército dos EUA
Ten Cel Andy Riise, Exército dos EUA

Precisamos melhorar o desempenho e a tomada de decisões humanos mediante a ampliação do treinamento e da avaliação, começando pelo nível do soldado.

—Chefe do Estado-Maior do Exército dos EUA* General Mark A. Milley e Secretário Interino do Exército dos EUA Ryan D. McCarthy

Com a diminuição de sua vantagem competitiva sobre adversários com poder de combate quase equiparado, o Exército dos EUA está revisando as prioridades de modernização em conformidade com a Força-Tarefa de Letalidade no Combate Aproximado (*Close Combat Lethality Task Force*), do Departamento de Defesa, a fim de restabelecer a superioridade no campo de batalha. Quanto ao papel do soldado no combate aproximado, cabe à Equipe Multifuncional de Letalidade do Soldado (*Soldier Lethality Cross Functional Team*) o desenvolvimento da capacidade para aprimorar as habilidades fundamentais de luta e o desempenho humano geral com o objetivo de obter a superioridade no campo de batalha. A colaboração entre o Programa Moderno de Instrução de Combate Corpo a Corpo do Exército dos EUA (*Modern Army Combatives Program — MACP*) e os centros de desempenho "Pronto e Resiliente" (*Ready and Resilient — R2*) oferece uma solução para aumentar a letalidade e capacidade de sobrevivência dos soldados em confrontos a curta distância. Além de cultivar as competências relevantes de lutas, a parceria entre o MACP e especialistas em desempenho R2 acelera o desenvolvimento de atributos fundamentais para vencer no combate aproximado: coragem, autoconfiança, foco, compostura e capacidade de tomada de decisões. A expansão de exemplos de colaborações desse tipo oferece uma abordagem para integrar os recursos existentes no Exército, a fim de alcançar os objetivos imediatos da prioridade de letalidade.

Priorizando a Superioridade no Combate Aproximado

Uma grande preocupação para a liderança do Exército dos EUA é a diminuição da vantagem competitiva de longa data que a Força detém em relação aos seus prováveis adversários[1]. Essa vantagem competitiva, ou superioridade, vem diminuindo em vários domínios de combate. A expectativa é de que essa redução exerça maior impacto sobre as forças de combate aproximado que lutarão no ambiente operacional urbano das futuras megacidades[2]. Caracterizado como um enfrentamento terrestre por formações a pé valor grupo de combate contra um inimigo na linha de visada, a violência extrema do combate aproximado faz dele a área de desempenho mais desafiadora para um soldado física e mentalmente[3]. O desenvolvimento da superioridade para os soldados no combate aproximado deve incluir o aprimoramento dos atributos físicos e mentais necessários para vencer nessa área, que é uma das mais difíceis da guerra.

A resposta do Exército dos EUA à redução da vantagem competitiva foi o estabelecimento do Comando de Futuros do Exército (*Army Futures Command — AFC*), que sincroniza seis prioridades de modernização: fogos de precisão de longo alcance, viatura de combate da próxima geração (*Next-Generation Combat Vehicle — NGCV*), helicópteros da série Future Vertical Lift, rede do Exército, defesa antiaérea e antimísseis e *letalidade do soldado*[4]. A prioridade da letalidade leva a investimentos em avanços para o soldado individual, como exoesqueletos com capacidade de suporte de carga e equipamentos de comunicação. A letalidade do soldado também inclui a otimização do desempenho e tomada de decisões humanos por meio de um treinamento aprimorado, que possibilite ao militar alcançar sua capacidade física e mental ideal. Considerando as exigências do combate aproximado, a prioridade da letalidade, com ênfase na otimização do desempenho humano, é a mais relevante para que o militar envolvido nessa modalidade de confronto vença futuros conflitos. A prioridade da letalidade pode ter maior impacto sobre o desenvolvimento do desempenho humano por meio do programa existente de instrução de combate corpo a corpo (CCC) do Exército dos EUA, o MACP. O MACP se destaca pelo condicionamento físico e pelo desenvolvimento das habilidades de combate relevantes. Além disso, mais do que qualquer outra experiência de treinamento do Exército dos EUA, o MACP desenvolve a coragem, a autoconfiança para superar reveses, o foco em meio a distrações, a compostura em circunstâncias extremas e a capacidade de tomada de decisões sob restrições de tempo — todos os quais são essenciais para o desempenho e para a vitória no combate a curta distância.

[*Equivalente a Comandante do Exército, no Brasil — N. do T.]

Desenvolvendo Atributos para o Combate Aproximado

A utilização do treinamento de CCC para desenvolver atributos para confrontos a curta distância tem uma longa história na guerra, mas ele foi reintroduzido com vigor na Primeira Guerra Mundial. Chocados com as demandas da guerra de trincheiras, os líderes introduziram o boxe e a luta agarrada (*grappling*) para não só dotar os soldados de habilidades de luta corporal, mas também despertar o espírito de combate em cada um deles[5]. Acreditavam que um soldado que pudesse controlar o medo e permanecer alerta durante os aspectos competitivos da instrução de CCC provavelmente seria capaz de fazer o mesmo no combate a curta distância da guerra de trincheiras. Embora o CCC não tenha sido uma característica integrada do treinamento do Exército dos EUA durante a maior parte do século XX, outros grandes conflitos, como a Segunda Guerra Mundial e a Guerra da Coreia, levaram ao ressurgimento de programas para desenvolver as habilidades físicas e mentais que forjam os atributos necessários para o combate aproximado.

Instrutores famosos, como William Fairbairn, das Operações Especiais Aliadas na Segunda Guerra Mundial, e John Styers, do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA na Guerra da Coreia, enfatizaram que a instrução de CCC se destinava ao desenvolvimento tanto dos atributos necessários para confrontos a curta distância quanto das habilidades de luta corporal[6]. O CCC readquiriu força institucional na doutrina do Exército dos EUA na última metade do século XX. A partir de 1971 e continuando com as revisões efetuadas no século XXI, os manuais de campanha do Exército dos EUA observaram que a instrução de CCC desenvolve uma gama de atributos desejáveis no combate a curta distância, destinados a manter o equilíbrio mental durante um confronto e "não permitir que o medo ou raiva superem a capacidade de se concentrar ou reagir instintivamente"[7].

As surpreendentes demandas de luta corporal e combate a curta distância na Operação *Iraqi Freedom* e Operação *Enduring Freedom* (Afeganistão), à semelhança, talvez, da Primeira Guerra Mundial, provavelmente ajudaram a renovar a ênfase na instrução de CCC no Exército dos EUA. Vários relatórios indicam que um em cada cinco soldados (19% a 22%) das brigadas de combate (*brigade combat teams — BCT*) de infantaria vivenciou situações de luta corporal durante os primeiros anos da Operação *Iraqi Freedom*[8]. Além disso, os comandantes reconheceram a necessidade de fomentar as qualidades mentais para vencer no combate a curta distância. O General Peter Schoomaker, ex-Chefe do Estado-Maior do Exército dos EUA, bem como Comandantes do Centro de Excelência de Manobra defenderam a ampliação da instrução de CCC[9]. Estudos realizados junto a comandantes e soldados por todo o Exército dos EUA corroboram, ainda mais, a crença de que o CCC desenvolve os atributos mentais necessários para o combate aproximado.

Em uma pesquisa realizada junto a 50 oficiais superiores (19 responderam), a maioria (82%) afirmou acreditar que o CCC é útil no desenvolvimento da autoconfiança do soldado e espírito de corpo da tropa[10]. Para complementar a pesquisa junto aos oficiais, uma entrevista coletiva realizada com um grupo de graduados em treinamento confirmou, ainda mais, o valor do MACP como um mecanismo para que os militares desenvolvam a autoconfiança e aprendam a lidar com o medo de serem atingidos (ou seja, de serem golpeados por um oponente).

O Ten Cel Peter Jensen, da reserva remunerada do Exército dos EUA, é Ph.D. em Cinesiologia pela University of Tennessee, com especialização em Psicologia Esportiva e Comportamento Motor. Foi designado como Chefe do Human Performance Program, do Comando de Operações Especiais dos EUA, e Diretor do Center for Enhanced Performance, da Academia Militar dos EUA. Serviu, anteriormente, em missões no Iraque e no Afeganistão como oficial das Forças Especiais.

O Ten Cel Andy Riise, do Exército dos EUA, é Diretor da Divisão de Integração de Armas Combinadas no Centro de Excelência de Manobra, no Forte Benning, Geórgia. É mestre em Psicologia do Exercício Físico, com especialização em Esporte e Desempenho. Serviu em várias funções de comando e estado-maior, do escalão pelotão a corpo de exército; como instrutor no Center for Enhanced Performance, da Academia Militar dos EUA; como instrutor convidado na Academia da Força Aérea dos EUA; em duas missões em unidades das Forças Especiais dos EUA; e em múltiplas missões no Iraque e no Afeganistão como oficial de artilharia de campanha e controlador aéreo avançado.

Outro estudo incluiu entrevistas em profundidade com 17 militares sobre suas experiências pessoais de luta corporal durante a guerra. Ao falarem de seu treinamento, esses soldados enfatizaram que a instrução de CCC havia sido fundamental não apenas para desenvolver as habilidades técnicas de luta que lhes salvaram a vida, mas também para promover a autoconfiança em geral e uma mentalidade de guerreiro[11].

O estudo mais extenso sobre o valor da instrução de CCC para desenvolver as habilidades mentais para o combate aproximado foi uma pesquisa feita junto a mais de 3 mil militares formados pela Academia Militar dos EUA sobre a disciplina obrigatória de boxe no primeiro ano[12]. Formados entre 1963 e 2001, os participantes da pesquisa indicaram que a aula de boxe contribuiu para o desenvolvimento de qualidades importantes para integrantes das forças de combate aproximado. A tabela resume os resultados do estudo, revelando as diversas qualidades que, segundo os participantes, haviam melhorado com a disciplina obrigatória. Dadas as semelhanças entre o boxe e o MACP (por exemplo, aspecto competitivo, um companheiro de treino ativamente resistente, contato físico agressivo), esse estudo é especialmente relevante para este último, destacando-se pelo fato de que um grande número de oficiais do Exército considera seu treinamento como um aspecto valioso para o desenvolvimento dos atributos necessários para o combate aproximado.

Tabela. Perspectivas dos Concludentes da Academia Militar dos EUA sobre o Curso de Boxe do Primeiro Ano

O boxe ajudou a aumentar…	**Em grau "elevado" ou "muito elevado"**
Coragem física	73,1%
Autoconfiança	72,8%
Capacidade de lutar em momentos difíceis	69%
Capacidade de manter a compostura sob pressão	65,2%
Capacidade de controlar meu medo	60%

(Tabela dos autores)

Ninguém examinou, especificamente, como a instrução de CCC desenvolve atributos para o combate aproximado, mas, diferentemente de qualquer outro tipo de treinamento no Exército dos EUA, ela é singular por desafiar a coragem física de um soldado em confronto direto com um adversário. Embora as marchas a pé sejam fisicamente árduas e os exercícios de tiro real ou sob estresse incluam um elevado grau de tensão, esses treinamentos não reproduzem o medo, desafio e consequências ligados ao enfrentamento de um adversário obstinado em uma disputa imediata e instintiva, quando o fracasso e a derrota são resultados bastante possíveis. A instrução de CCC, mais do que qualquer outro ambiente de treinamento, oferece um cenário no qual os soldados podem realmente ser desafiados a exibir os comportamentos associados às qualidades de coragem, autoconfiança, foco, compostura e capacidade de tomada de decisões. Para os militares das forças de combate aproximado, que vencem ao se aproximarem de um inimigo e lutarem em situações de extrema violência, tal treinamento e as qualidades mentais nele desenvolvidas são especialmente relevantes. O desafio, no caso de qualquer treinamento no Exército, é garantir que ele receba a ênfase adequada.

A Equipe Multifuncional de Letalidade do Soldado busca a otimização do desempenho humano por meios inovadores. Com recursos limitados — um desafio permanente para qualquer prioridade de modernização do Exército —, o estabelecimento de parcerias entre os recursos existentes na Força é uma possível abordagem para buscar os objetivos da prioridade de letalidade. A colaboração entre o MACP de escalão divisão e os centros de desempenho R2 oferece um exemplo de

Comandos (*rangers*) do Exército dos EUA praticam luta livre e combate desarmado em uma instalação dos comandos britânicos na Inglaterra, durante a Segunda Guerra Mundial, 20 Ago 1942. (Foto da Associated Press)

recursos já existentes. Em vez de se apoiar na experiência inerente de CCC para desenvolver atributos para o combate aproximado, o MACP se uniu aos centros de desempenho R2 para promover uma abordagem mais planejada quanto à formação das habilidades de luta e qualidades de desempenho humano mais necessárias para vencer o combate a curta distância.

Colaborando para Desenvolver Atributos para o Combate Aproximado

Os centros de desempenho R2 (conhecidos, anteriormente, como centros de higidez total de soldados e familiares) representam uma integração de iniciativas do Exército dos EUA que fortalece os soldados, otimiza o desempenho, aumenta a resiliência e mantém a prontidão pessoal em 26 instalações da Força por todo o mundo. Esses centros são operados por especialistas terceirizados, contratados pelo Departamento de Defesa, com formação avançada em psicologia esportiva e do desempenho e em outras áreas da ciência comportamental aplicada. Esses especialistas em desempenho apoiam, diretamente, as unidades locais, fornecendo educação e treinamento em habilidades mentais voltados ao aumento da autoconsciência e do autocontrole, com base na forma pela qual a mente afeta o comportamento e o desempenho. Os especialistas em desempenho R2 ensinam técnicas mentais específicas, que podem ser aplicadas individualmente e, com a prática ao longo do tempo, transmitidas a outros. O treinamento de habilidades mentais proporciona uma linguagem comum para os soldados, instrutores e especialistas em desempenho, a qual desmistifica as respostas ao estresse e normaliza as dificuldades na execução de tarefas do combate a curta distância. À medida que as habilidades mentais são inculcadas por meio de repetidas práticas, os soldados vão desenvolvendo a

autoconfiança, compostura, concentração e resiliência que se aplicam ao desempenho em uma ampla gama de áreas pessoais e profissionais. Uma parte importante de qualquer treinamento de habilidades mentais é sua prática dentro de cenários desafiadores e estressantes. Felizmente, a instrução de CCC oferece uma ampla gama de situações, que incluem níveis apropriados de desafio e estresse para os soldados.

Os dois cursos principais oferecidos pelo MACP no nível de divisão são o Curso de Combate Corpo a Corpo Básico (*Basic Combatives Course — BCC*) e o Curso de Combate Corpo a Corpo Tático (*Tactical Combatives Course — TCC*). O BCC (Instrução de Nível I, anteriormente) é um curso de 40 horas, realizado em cinco dias, que introduz habilidades de luta fundamentais ao soldado individual e o expõe à luta contra um oponente agressivo. O TCC (Instrução de Nível II, anteriormente) é um curso de 80 horas, realizado em dez dias, que desenvolve o conteúdo aprendido durante o BCC, ensinando aos soldados técnicas adicionais de luta, bem como treinamento em um cenário de combate no nível de esquadra de tiro, com tarefas como limpar uma sala de forças oponentes. O TCC expõe os soldados ao mesmo grau de dor, agressão e estresse do BCC, mas o amplifica com a dinâmica de equipe e ambientes de tomada de decisões, que desenvolvem atributos para o combate aproximado que são mais aplicáveis a situações reais. Nos últimos anos, os especialistas em desempenho R2 estabeleceram parcerias com programas de CCC no escalão divisão para integrar o treinamento de habilidades mentais no BCC e TCC.

No Forte Drum, no Estado de Nova York, os especialistas trabalharam com os instrutores de CCC de nível de divisão para otimizar o desempenho nas condições de estresse e desafio oferecidas pelos cursos[13]. Os instrutores de CCC do Forte Drum acreditavam que a força mental era, muitas vezes, tão importante quanto a força física durante o combate a curta distância e para obter o êxito durante os desafios dos cursos de CCC. Por exemplo, um instrutor comentou que "os obstáculos mais difíceis para os soldados superarem são, normalmente, o medo do desconhecido e a capacidade de implementar o treinamento que eles recebem"[14]. Para lidar com esse medo, a abordagem dos especialistas em desempenho R2 incluiu, explicitamente, ensinar e treinar os soldados a desenvolver a autoconfiança, manter a mente focada na tarefa em questão e controlar sua energia. Após a fase de ensino, os soldados praticaram a demonstração dessas qualidades mentais nas condições de estresse e desafio inerentes ao BCC e TCC. Os instrutores consideraram o treinamento de habilidades mentais como uma contribuição valiosa, e um deles afirmou que a colaboração com os especialistas em desempenho R2 "resultou em uma grande melhora na forma pela qual os soldados lidam com os cenários caóticos nos quais os inserimos. Os soldados estão aprendendo como se aperfeiçoar no treinamento de higidez total de soldados e familiares [*comprehensive soldier and family fitness — CSF2*], como, por exemplo, visualizar resultados, usar palavras-chave para alterar emoções e saber como colocar suas emoções sob controle quando os cenários terminam"[15]. Esses comentários destacam o valor da colaboração entre os especialistas em desempenho R2 e os instrutores do MACP para, especificamente, identificar e forjar importantes atributos para o combate a curta distância.

Uma segunda iniciativa de colaboração entre instrutores do MACP de escalão divisão do Forte Drum e especialistas em desempenho R2 incluiu o uso de gravações de vídeo do desempenho dos soldados durante os treinamentos[16]. O fornecimento de *feedback* por meio de vídeos é um método consagrado para melhorar o aprendizado em uma variedade de cenários de desempenho. Com os vídeos, os especialistas apontaram para comportamentos específicos que demonstravam falhas não apenas no desempenho, mas também na resiliência mental ou no uso adequado de habilidades mentais (como a ocorrência da "visão em túnel", em vez de permanecer ágil no controle da atenção). Os vídeos dos alunos também ajudam os instrutores a garantir a objetividade nas avaliações de desempenho e a manter um arquivo de filmagens para aprimorar os cursos.

À semelhança da iniciativa no Forte Drum, os especialistas em desempenho R2 no Forte Carson, Colorado, foram convidados pelos instrutores do

Próxima página, foto de cima: Integrante da Companhia A-2 (à esquerda) lança um *jab* contra integrante da Companhia A-1 durante disputa pelo título masculino na categoria meio-médio de boxe, na Academia Militar dos EUA em West Point, Nova York, 21 Fev 2020. (Foto de Eric Bartelt)

Próxima página, foto de baixo: A Sgt Teshae McCullough obtém domínio lateral sobre o 2º Sgt William Chandler durante treinamento no Joint Tactical Combatives Course, Base Aérea de Chièvres, Bélgica, 9 Mar 2018. (Foto de Pierre-Etienne Courtejoie, Exército dos EUA)

RINGSIDE
RINGSIDE

Grupo de soldados do 210º Batalhão Logístico da 2ª Brigada de Combate, 10ª Divisão de Montanha (Inf L), tenta empilhar porcas de parafuso durante uma atividade que testa a concentração e a comunicação da equipe, desenvolvida pelo pessoal do Ready and Resilient Performance Center, Forte Drum, Nova York, 6 Fev 2018. (Foto de Michael Strasser, Com Soc, Forte Drum)

MACP no escalão divisão a desenvolver e aplicar o treinamento de habilidades mentais, com o objetivo de aprimorar o desempenho durante o BCC e o TCC[17]. No Forte Carson, a colaboração entre instrutores do MACP e especialistas em desempenho R2 resultou em um objetivo principal de aumentar a capacidade de um participante para manter o raciocínio complexo ao atuar no cenário difícil e volátil apresentado no TCC. Os especialistas em desempenho forneceram treinamento de habilidades mentais para melhorar as competências dos alunos por meio de uma integração perfeita com o programa existente de TCC. As habilidades identificadas entre os especialistas de desempenho R2 e os instrutores do MACP se basearam na avaliação de que o êxito no ambiente de CCC tático exigia que os soldados se comunicassem com seus colegas de equipe, permanecessem flexíveis na tomada de decisões e controlassem suas reações físicas ao estresse. As situações desafiadoras no treinamento do MACP geraram um nível de estresse e medo que, às vezes, sobrepujou a capacidade de desempenho de um soldado. No combate aproximado, esse tipo de colapso no desempenho representa um custo inaceitável tanto para o indivíduo quanto para a tropa. Quando essas falhas ocorreram durante o TCC, os especialistas em desempenho normalizaram esse tipo de resposta ao estresse e utilizaram as ocorrências como uma oportunidade para reforçar as habilidades mentais que poderiam mitigar o risco de se deixar paralisar sob pressão. Os instrutores do MACP do Forte Carson ficaram tão impressionados com a colaboração com os especialistas de desempenho R2 que eles expressaram interesse em transmitir sua abordagem para outras organizações no Exército dos EUA.

Recomendações

Os exemplos do Forte Drum e Forte Carson de integrar o treinamento BCC e TCC com especialistas em desempenho R2 da instalação oferecem um modelo ao Exército para como aumentar a letalidade dos soldados e a vantagem competitiva no combate a curta distância. Uma recomendação imediata é a coordenação entre líderes de R2 e as seções de operações de divisão de

modo que eles designem, especificamente, um mínimo de dois especialistas em desempenho em centros adicionais de R2, incumbindo-os, como sua atribuição principal, de apoiar centros de instrução de CCC no escalão divisão. O objetivo seria testar ainda mais a colaboração na integração do treinamento de habilidades mentais com o BCC e TCC, para melhorar o desenvolvimento de atributos para o combate aproximado. Os especialistas em desempenho de outras bases poderiam, inicialmente, tomar como referência os modelos do Forte Drum e Forte Carson, mas eles e os instrutores de CCC locais têm *expertise* suficiente para desenvolver sua própria abordagem em relação a um treinamento de habilidades mentais que otimize o desenvolvimento de atributos para o combate a curta distância. Uma diretriz mais centralizada sobre as habilidades mentais exatas e o protocolo de engajamento com a instrução de CCC pode ser formulada no futuro, mas, inicialmente, cada instalação deve explorar e promover suas próprias melhores práticas.

Além disso, a Equipe Multifuncional de Ambiente de Treinamento Sintético (*Synthetic Training Environment Cross Functional Team*) pode melhorar a colaboração entre MACP e R2 com a tecnologia de simulação virtual, para reproduzir com maior precisão as condições do combate a curta distância, mergulhando os soldados em um ambiente de treinamento mais complexo e diversificado. As repetições nesse tipo de treinamento desenvolvem a *expertise* e as qualidades necessárias para manter a primazia no combate a curta distância. Essa recomendação apoia a visão do Departamento de Defesa, segundo a qual os soldados do combate aproximado devem participar de 25 batalhas simuladas durante o treinamento, antes de enfrentarem operações reais desse tipo[18]. Além disso, os recursos da prioridade de letalidade poderiam apoiar avanços adicionais em relação ao *feedback* com base em vídeos, como no exemplo do Forte Drum.

A tecnologia de vídeo concebida para aprimorar o treinamento, aprendizado, avaliação do aluno e *feedback* do instrutor para cenários táticos pode melhorar as colaborações entre MACP e R2. Programas de *software* que operam em dispositivos móveis (por exemplo, *tablets* ou *smartphones*) gravam o desempenho do soldado durante o treinamento, permitindo, ao mesmo tempo, que os instrutores façam anotações, marquem comportamentos e classifiquem ações específicas, para servirem de base para o *feedback* e análises pós-ação[19]. Esses recursos fornecem aos instrutores ferramentas para avaliações rigorosas sobre o desempenho do soldado, que possibilitam a análise de tendências sobre o indivíduo, e sobre a tropa, bem como informações úteis sobre as diferentes capacidades dentro do curso de treinamento. Além disso, as tecnologias de *software* de vídeo podem ajudar a identificar comportamentos relacionados a um desempenho eficaz e aos atributos do combate a curta distância que, normalmente, podem passar despercebidos nos exercícios de treinamento do MACP. Alguns exemplos em que essas tecnologias foram utilizadas para melhorar o treinamento e apoiar a avaliação dos alunos pelos instrutores no Exército incluem o Army Reconnaissance Course, Master Leader Course e os treinamentos de aviação do Exército baseados em simulação[20]. Outras recomendações incluem o aproveitamento de instituições de análise pós-ação do Exército para avaliar, analisar e comunicar as melhores práticas de cada instalação, que poderão ser incorporadas em uma diretriz centralizada para iniciativas de colaboração entre centros de instrução de CCC e locais de R2. Por fim, o Exército deve investir em especialistas de desempenho adicionais para apoiar a instrução de CCC em instituições de treinamento abaixo do nível de divisão. À medida que os concludentes do BCC e TCC desenvolverem programas de instrução de CCC em escalões mais baixos, mais especialistas em desempenho estariam disponíveis para aprimorar o treinamento e otimizar o desenvolvimento de atributos para o combate a curta distância.

Conclusão

A instrução de CCC oferece um microcosmo do combate a curta distância. O caos, a velocidade, o contato físico e a ameaça imediata de um inimigo estão sempre presentes, ainda que não seja no mesmo grau do combate real. A instrução de CCC testa, repetidamente, o desempenho e a capacidade de trabalho em equipe do soldado sob pressão em um grande número de cenários. Ela representa um dos poucos ambientes de treinamento que gera, tão intensamente, as respostas ao estresse em um soldado. A colaboração de treinamento entre MACP e R2 confere oportunidades para mitigar riscos para o desempenho decorrentes da resposta ao estresse, proporcionando as ferramentas para que os soldados atuem de modo ideal. Tal colaboração é uma melhor prática para garantir que

os soldados tenham os atributos necessários para o combate a curta distância. Em vez de dois requisitos separados, a combinação dos dois programas melhora tanto a qualidade quanto a eficiência do treinamento. O Exército dos EUA tem programas bem estabelecidos de instrução de CCC e habilidades mentais. Os comandantes só precisam determinar a colaboração entre esses recursos existentes para reforçar a letalidade e a prontidão para as inevitáveis demandas que os soldados do combate aproximado enfrentarão. ■

Referências

Epígrafe. Chief of Staff of the U.S. Army and Acting Secretary of the U.S. Army Memorandum, "Modernization Priorities for the United States Army", 3 Oct. 2017, acesso em 10 jan. 2020, https://admin.govexec.com/media/untitled.pdf.

1. Acting Secretary of the U.S. Army, Memorandum for the Deputy Under Secretary of the U.S. Army, "Science and Technology Portfolio Realignment", 29 Sept. 2017.

2. Meghann Myers, "Milley: In Future Wars, Creature Comforts Are Out and Disobeying Orders Is In", *Army Times* (*site*), 4 May 2017, acesso em 13 jan. 2020, https://www.armytimes.com/news/your-army/2017/05/04/milley-in-future-wars-creature-comforts-are-out-and--disobeying-orders-is-in/.

3. Daniel S. Roper, *Regaining Tactical Overmatch: The Close Combat Lethality Task Force* (Arlington, VA: Institute of Land Warfare, Association of the United States Army, 2 April 2018), acesso em 13 jan. 2020, https://www.ausa.org/publications/regaining-tactical-overmatch-close-combat-lethality-task-force.

4. Army Futures Command Task Force, "Army Futures Command", Army.mil, 28 Mar. 2018, acesso em 29 out. 2019, https://www.army.mil/standto/2018-03-28.

5. A. E. Marriott, prefácio de *Hand-to-Hand Fighting: A System of Personal Defense for the Soldier* (New York: Macmillan, 1918).

6. William E. Fairbairn, *Get Tough! How to Win in Hand-to-Hand Fighting as Taught to the British Commandos and the U.S. Armed Forces* (Boulder, CO: Paladin Press, 1979), p. v; John Styers, *Cold Steel* (Washington, DC: Leatherneck Association, 1952), p. iii.

7. Field Manual (FM) 21-150, *Combatives* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 1971 [obsoleto]); FM 21-150, *Combatives* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 1992 [obsoleto]), 1-2; FM 3-25-150, *Combatives* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 2002 [obsoleto]), 1-1.

8. Charles W. Hoge et al., "Combat Duty in Iraq and Afghanistan, Mental Health Problems, and Barriers to Care", *The New England Journal of Medicine* 351, no. 1 (2004): p. 13-22; Peter R. Jensen, *Hand-to-Hand Combat and the Use of Combatives Skills: An Analysis of United States Army Post-Combat Surveys from 2004-2008* (West Point, NY: U.S. Military Academy, 2014); Paul Y. Kim et al., T*echnical Report: Land Combat Study of an Army Infantry Division 2003-2009* (Silver Spring, MD: Walter Reed Army Institute of Research, 2012).

9. Philip Grey, "Controversy Over 'Combatives' Tamped-Down Army-Wide", *Leaf-Chronicle* (*site*), 16 Sept. 2013, acesso em 29 out. 2018, https://theleafchronicle.newspapers.com/search/#query=combatives&dr_year=2013-2013; Vince Little, "More Than 300 Soldiers Take to Mat in Combatives", Army.mil, 24 Sept. 2009, acesso em 29 out. 2019, https://www.army.mil/article/28240/more_than_300_soldiers_take_to_mat_in_combatives; Walter Wojdakowski, "Combatives and Conditioning: Winning the Close Fight", *Infantry* 96, no. 3 (May-June 2007): p. 1.

10. James F. Blanton, "Hand to Hand Combatives in the US Army" (dissertação de mestrado, Command and General Staff College, 2008), p. 69-70.

11. Peter R. Jensen e Greg Young, "Soldiers' Experiences of Training for Emergency Performance Situations", *Journal of Sport and Human Performance* 4, no. 2 (Aug. 2016): p. 1-15.

12. Renard Barone, "An Assessment of Freshmen Boxing at the United States Military Academy from the Perspective of Graduates" (tese de doutorado em Educação, U.S. Army Military History Institute, Columbia University, 2004).

13. Michelle Kennedy, "Soldiers, Trainers Use CSF2 Skills to Reinforce Tough Combatives Training", Army.mil, 7 Aug. 2014, acesso em 10 mar. 2018, https://www.army.mil/article/131416/soldiers_trainers_use_csf2_skills_to_reinforce_tough_combatives_training.

14. Ibid.

15. Ibid.

16. Melody Everly, "Soldiers Use Biometric Feedback to Improve Performance, Conserve Energy", Army.mil, 4 Feb. 2016, acesso em 25 set. 2019, https://www.army.mil/article/161859/soldiers_use_biometric_feedback_to_improve_performance_conserve_energy.

17. Steve DeWiggins et al., "Keep your Brain in the Fight: An Intervention Designed to Enhance Adaptive Thinking, Attentional Shifting, and Management of Energy in a Tactical Environment" (apresentação, Association for Applied Sport Psychology Annual Conference, Orlando, FL, 20 Oct. 2017).

18. Jeff Schogol, "Combat Troops Have Been Complaining about the M4 and M16 for Years. Now the Pentagon Is Doing Something about It", Task & Purpose, 28 Feb. 2018, acesso em 15 abr. 2018, https://taskandpurpose.com/pentagon-is-doing-something-about--the-m16-and-m4/.

19. Jean MacMillan et al., "Measuring Team Performance in Complex and Dynamic Military Environments: The SPOTLITE Method", *Military Psychology* 25, no. 3 (2013): p. 266-79.

20. Martin L. Bink et al., *Validation and Evaluation of Army Aviation Collective Performance Measures* (Woburn, MA: Aptima, 2014); Courtney R. Dean et al., *Development and Evaluation of a Mobile Assessment Tool for the Master Leader Course* (Fort Belvoir, VA: U.S. Army Research Institute for the Behavioral and Social Sciences, 2018); Krista L. Ratwani et al., *Measuring Leader Attributes in the Army Reconnaissance Course* (Woburn, MA: Aptima, 2016).

O Secretário de Defesa dos EUA, Robert McNamara, aponta para um mapa do Vietnã durante uma coletiva de imprensa em Washington, D.C., 26 Abr 1965. O planejamento estratégico e operacional para a condução da Guerra do Vietnã não descreveu, suficientemente, um estado final exequível, que levasse em consideração a história ou as condições sociais e geoeconômicas predominantes na nação dividida. (Foto da Biblioteca do Congresso dos EUA)

Mantenha o Foco no Objetivo Final

A Importância das Operações de Estabilização

Cel (Res) George F. Oliver, Exército dos EUA

"Você sabe que nunca nos derrotou no campo de batalha", disse o coronel norte-americano.
O coronel norte-vietnamita ponderou essa observação por um momento. "Pode ser", retrucou, "mas isso também é irrelevante".

—Conversa em Hanói, abril de 1975

Essa epígrafe foi explicada de forma mais breve e direta por muitos em relação à Guerra do Vietnã: os Estados Unidos da América (EUA) venceram todas as batalhas, mas perderam a guerra. Muitos líderes militares hoje comparam as experiências dos EUA no Vietnã com os conflitos mais recentes no Iraque e no

Afeganistão, ponderando como os estrategistas e planejadores operacionais militares podem garantir que a árdua guerra, que custou vidas e dinheiro, não seja perdida.

É preciso tempo antes que se possa realizar uma análise aprofundada das guerras no Iraque e no Afeganistão. Por exemplo, o livro de Harry Summers, *On Strategy* ("Sobre a Estratégia", em tradução livre, fonte da epígrafe), foi escrito em 1982, quase uma década depois que os EUA perderam a guerra no Vietnã. Com o tempo, os estudiosos farão o mesmo em relação ao Afeganistão e ao Iraque. No entanto, como na perspectiva citada, muitos acreditam que os EUA venceram todas as batalhas no Afeganistão e no Iraque, mas perderam ambas as guerras. Isso levanta a questão de saber se os EUA mantiveram o foco no objetivo: o estado final desejado. No caso da Operação *Iraqi Freedom*, pelo menos, a resposta pode ser "sim". Conforme essa terrível guerra se desenrola, é possível que a coalizão que derrubou Saddam Hussein tenha obtido o êxito. Afinal, embora ainda seja instável, imaturo e propenso à corrupção generalizada, pode-se dizer que o Iraque tem uma democracia em funcionamento. O tempo dirá se ela vai se estabilizar e arraigar permanentemente. O resultado final no Afeganistão é bem mais duvidoso quanto à possibilidade de que o objetivo de tempo de guerra de estabelecer um governo democrático se concretize.

Ambos os conflitos dão o que pensar aos observadores. As guerras bem-sucedidas geralmente terminam em decorrência de algum tipo de operação de estabilização. É a qualidade de tal operação que realmente determina o sucesso ou fracasso final de uma guerra. Assim, entender o caráter e o escopo de que tipo de operação de estabilização pode ser executada é fundamental para alcançar a vitória final em qualquer guerra. Mais do que no combate de encontro, as operações de estabilização são assoladas por problemas complexos, que vão muito além do simples emprego de força. Tendo, de modo geral, esquecido ou ignorado as lições das operações de estabilização da Segunda Guerra Mundial e de outras guerras anteriores, as Forças Armadas dos EUA tiveram de reaprender muita coisa com base em suas experiências no Afeganistão e no Iraque. A Publicação Conjunta 3-07, *Estabilidade* (JP 3-07, *Stability*), de 2016, resultante, em grande parte, de nossa experiência recente com a guerra, é muito boa, e a recém-lançada Publicação Doutrinária do Exército 3-07 (ADP 3-07), também intitulada *Estabilidade* (*Stability*), é ainda melhor[1]. No entanto, há uma lição que precisa de uma ênfase bem maior: fazer com que a vitória após a guerra se conclua com a tomada de medidas firmes e decisivas para conquistar a paz por meio de operações de estabilização.

Infelizmente, conforme a prática tem demonstrado, desenvolver uma compreensão de como se pode alcançar um estado final aceitável no início de uma guerra é muito mais difícil do que parece. Os líderes políticos muitas vezes não querem fazer essa previsão porque as guerras e as operações de estabilização são situações mutáveis, assim como o ambiente em que elas têm de ser executadas. Contudo, uma guerra prolongada, que foge a um esforço de identificar e definir objetivos, frequentemente indica que os líderes políticos não realizaram uma análise completa de fins, métodos e meios antes de iniciar o conflito. Por conseguinte, independentemente do tipo de guerra, é imperioso que os estrategistas militares e civis e os planejadores no nível operacional mantenham o foco no estado final desejado — ou seja, como os líderes do escalão mais elevado acham que o ambiente operacional pós-conflito deve ser quando a guerra terminar, mesmo que seja algo um pouco abstrato inicialmente.

A Arte Operacional e o Estado Final

A arte operacional está no cerne do planejamento para a guerra e as operações de combate subsequentes. A doutrina militar inclui muitas ideias de teóricos militares que podem ajudar os planejadores a conceber operações de grande porte e campanhas para alcançar a vitória na guerra. Tal doutrina é ensinada em programas de ensino profissional militar para permitir que futuros

O Cel George F. Oliver, Ph.D., da reserva remunerada do Exército dos EUA, aposentou-se, recentemente, como professor do U.S. Naval War College. No Exército, serviu em várias unidades de infantaria leve, *Ranger* e Forças Especiais. Nos últimos anos de sua carreira, foi Assessor Militar do Embaixador dos EUA na Organização das Nações Unidas e Diretor do U.S. Army Peacekeeping and Stability Operations Institute. Como professor do U.S. Naval War College, foi responsável pelas lições sobre operações de estabilização e lecionou uma disciplina eletiva sobre o entendimento e resolução de conflitos. Concluiu dois mestrados e um doutorado pela George Mason University School of Conflict Analysis and Resolution. É, ainda, o autor de um curso *on-line* sobre construção de paz no Peace Operations Training Institute.

planejadores criem abordagens eficazes em relação a futuras operações militares. O estudo da história é um bom apoio para a doutrina. Os líderes e estrategistas militares em todos os escalões devem refletir sobre a história dos conflitos armados e das operações de estabilização, para ajudar a evitar os erros do passado e aprender com as boas práticas. Cabe enfatizar que aprender com atividades pós-guerra de conflitos anteriores é tão importante quanto aprender com operações de combate históricas.

dá início a uma guerra — ou melhor, ninguém em sã consciência deveria fazê-lo — sem ter primeiro claro em sua mente o que pretende obter através dela"[5]. Para aumentar a probabilidade do êxito final, os líderes devem ser claros quanto às linhas gerais do que pretendem alcançar antes de iniciarem operações militares. Deve haver alguma visão de um estado final, embora, obviamente, as aspirações dentro dela possam ter de ser modificadas, conforme as circunstâncias relacionadas a uma guerra evoluam.

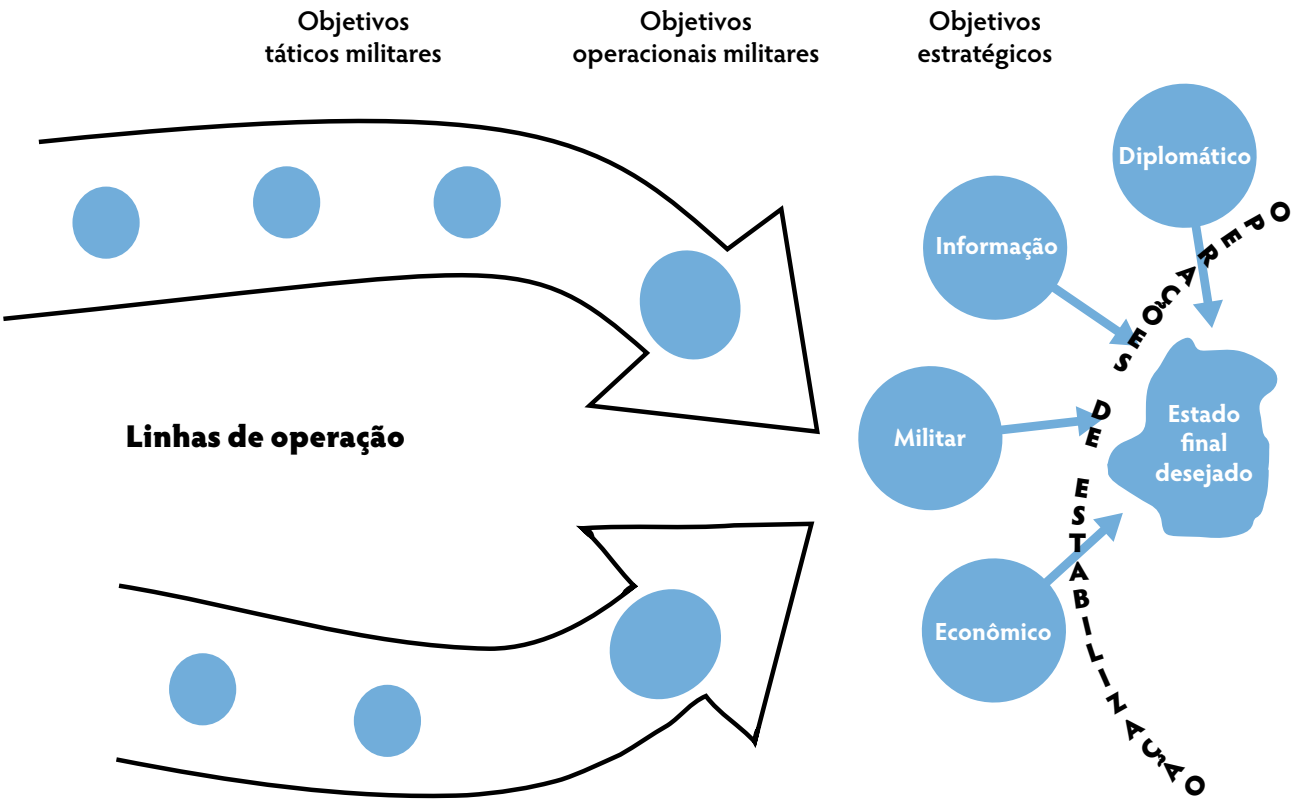
> Uma guerra prolongada, que foge a um esforço de identificar e definir objetivos, frequentemente indica que os líderes políticos não realizaram uma análise completa de fins, métodos e meios antes de iniciar o conflito.

Além disso, todo artigo sobre arte operacional deve prestar tributo aos seus pioneiros, Sun Tzu e Carl von Clausewitz. Os breves ditos de Sun Tzu sobre a arte da guerra abordam, claramente, o que os comandantes devem considerar após um conflito armado. Em seu capítulo sobre a ofensiva, Sun Tzu afirma: "Em uma guerra, o melhor é sempre tomar o reino inimigo sem destruí-lo; aniquilá-lo não lhe servirá de nada"[2]. Em outro capítulo, ele escreve: "Dito isso, o que se valoriza em uma guerra é a vitória, não o prolongamento das operações. O general que compreender como utilizar suas tropas se tornará dono do destino do povo e o árbitro que definirá o destino da nação"[3]. Nessas duas breves observações sobre a guerra, ele está claramente focado no que acontece após o combate. O povo da nação derrotada é a chave para o sucesso na guerra, e qualquer comandante que evite a destruição total da sociedade e proteja a população aumentará, significativamente, a probabilidade de alcançar a vitória final.

Clausewitz tem várias máximas relacionadas a como proceder na guerra. Uma máxima sua que é frequentemente citada — "a guerra não é meramente um ato de política, mas um verdadeiro instrumento político, uma continuação das relações políticas realizada com outros meios" — deveria impelir os líderes políticos a pensar nas ramificações de longo prazo de suas políticas[4]. Em outro capítulo, Clausewitz se concentra no estado final, ao declarar: "Ninguém

B. H. Liddell Hart, historiador e teórico militar britânico, é um tanto crítico quanto à abordagem de Clausewitz sobre estratégia e política. Liddell Hart coloca as políticas em um patamar mais elevado, no nível dos governos. Em seu livro *Strategy* ["Estratégia", publicado pela BIBLIEx no Brasil — N. do T.], Liddell Hart critica o termo "objetivo" utilizado por Clausewitz, afirmando: "O termo objetivo, embora de uso comum, não é, na realidade, um bom termo. Tem um sentido físico e geográfico e, portanto, tende a confundir o pensamento. Seria melhor falar do 'objeto' ao lidar com o propósito de uma política"[6]. Ele se aprofunda, em outro capítulo:

> O objeto, na guerra, é um melhor estado de paz, mesmo que apenas de seu próprio ponto de vista. Por isso, é essencial conduzir a guerra considerando, constantemente, a paz que se deseja. Essa é a verdade subjacente à definição de guerra de Clausewitz como uma 'continuação da política por outros meios'— o prolongamento dessa política por meio da guerra para a paz subsequente deve ser sempre levada em consideração. Caso se concentre exclusivamente na vitória, sem pensar no efeito posterior, poderá estar esgotado demais para tirar proveito da paz, enquanto é quase certo que ela será uma paz ruim, que contém as sementes de uma outra guerra. Essa é uma lição corroborada por muitas experiências[7].



(Figura do U.S. Naval War College. Este diagrama é frequentemente utilizado por instrutores do Departamento de Operações Militares Conjuntas do U.S. Naval War College para mostrar a relação entre os objetivos táticos, operacionais e estratégicos e o estado final desejado.)

Figura 1. Relação entre Objetivos e Estado Final Desejado

A teoria da guerra evoluiu ao longo dos séculos. Nem Sun Tzu nem Clausewitz abordaram, diretamente, um estado final desejado promulgado por líderes políticos antes do início de uma guerra. Liddell Hart foi mais preciso quanto ao papel dos líderes políticos ao tratar da política, ou do "objeto" da guerra. Entretanto, Clausewitz foi inflexível quanto a manter o foco no objetivo. Isso significa que o objeto, conforme propõe Liddell Hart, é uma paz melhor? É mais provável que ele esteja falando de um estado final claramente definido.

Por mais de 30 anos, Milan Vego, da Escola de Guerra Naval dos EUA (U.S. Naval War College), estudou, traduziu e escreveu extensivamente sobre a arte operacional. Seu livro *Joint Operational Warfare: Theory and Practice* ("Combate Operacional Conjunto: Teoria e Prática", em tradução livre) é, provavelmente, o mais abrangente sobre o assunto. O capítulo introdutório, "On Operational Art" ("Sobre a Arte Operacional", em tradução livre), aborda a necessidade de que os dirigentes políticos considerem um estado final desejado para qualquer operação ou campanha militar[8]. No capítulo intitulado "Policy-Strategy-Operational Art Nexus" ("Nexo Política-Estratégia-Arte Operacional", em tradução livre), Vego afirma: "O estado final desejado engloba as considerações políticas, diplomáticas, militares, econômicas, sociais, étnicas, humanitárias e de outra natureza — ou, em palavras simples, 'o panorama' — que a mais alta liderança política quer que existam ou sejam criadas após o fim das hostilidades". Afirma, ainda: "Definir o estado final desejado requer muito debate entre líderes políticos e militares. Quando bem definido e compreendido, o estado final estratégico desejado é um pré-requisito fundamental para determinar o método, duração e intensidade do emprego dos recursos disponíveis do poder militar e não militar, para atingir um determinado objetivo militar ou estratégico do teatro de operações"[9].

Vego enfatiza a necessidade de que os dirigentes políticos e os líderes do planejamento estratégico militar definam o estado final desejado. Isso confere foco e direção aos planejadores operacionais. A figura 1 ilustra esse relacionamento. Na arte operacional, os objetivos são alinhados. Os objetivos táticos apoiam o cumprimento

dos objetivos operacionais, que, por sua vez, apoiam a consecução dos objetivos estratégicos. A realização dos objetivos estratégicos deve levar (em teoria) ao estado final desejado. As linhas convergentes em direção ao estado final desejado mostram a abordagem de governo como um todo (*whole-of-government*) necessária para o êxito nas operações de estabilização. Ao longo de sua obra *Da Guerra*, Clausewitz se concentra no objetivo, que pode ser tático ou operacional. Como todos os objetivos apoiam a realização de um objetivo em um nível mais elevado, eles levam a um estado final. De modo ideal, o estado final idealizado deve estar claro para todos os comandantes ao longo da cadeia de comando.

No entanto, obter uma visão clara de um estado final desejado, conforme escreve Vego, é muito difícil. Os estados finais evoluem e mudam ao longo da guerra e, muitas vezes, os líderes políticos adiam a descrição de que cenário querem obter no mundo, região ou país após o combate cessar. Não obstante, Vego afirma que, na guerra, definir o estado final é difícil, mas necessário. É por isso que o estado final desejado é ilustrado, na figura 1, como uma curva aberta: uma ideia geral do que ele deve ser. Vego descreve vários exemplos históricos. Os aliados tinham apenas uma ideia vaga do cenário que queriam para a Europa quando deram início à Operação *Overlord*. Esse também foi o caso nas Operações *Desert Storm*, *Allied Force* e *Enduring Freedom*[10]. No entanto, a título de esclarecer a afirmação de Vego, os líderes políticos em todas essas guerras formularam estados finais mais claramente definidos à medida que elas se desenrolaram.

Para ser justo, conforme Vego descreve, é difícil prever o resultado na guerra. É por isso que Helmuth von Moltke, o Velho, afirmou: "Nenhum plano de operações se estende com qualquer tipo de certeza além do primeiro contato com a principal força hostil"[11]. Também pode ser a razão pela qual o General Dwight Eisenhower repetiu, em várias ocasiões, esta citação de um soldado anônimo: "Os planos são inúteis, mas o planejamento é indispensável"[12]. As duas citações são frequentemente utilizadas por estudiosos e líderes militares. Ambas se aplicam à guerra, mas também são adequadas para as operações de estabilização. A névoa e a fricção de Clausewitz na guerra resultam em mudanças inesperadas. Tanto Moltke quanto Eisenhower estavam dizendo, em essência, o mesmo. Ou seja, um planejamento minucioso permite que o comandante altere seus planos para enfrentar mudanças imprevistas. Também possibilita que ele se mantenha concentrado no verdadeiro objetivo e não se distraia com outros mais interessantes, que possam não estar alinhados com as linhas de esforço iniciais.

Os dirigentes políticos e comandantes militares mais antigos também podem extrapolar, facilmente, essa noção para as operações de estabilização: nenhum plano sobrevive aos diálogos iniciais com a nação anfitriã. Na execução de operações de estabilização, a nação anfitriã precisa ser envolvida nos debates sobre um estado final. Isso evoca a ideia de Sun Tzu de que os comandantes se tornam donos do destino do povo.

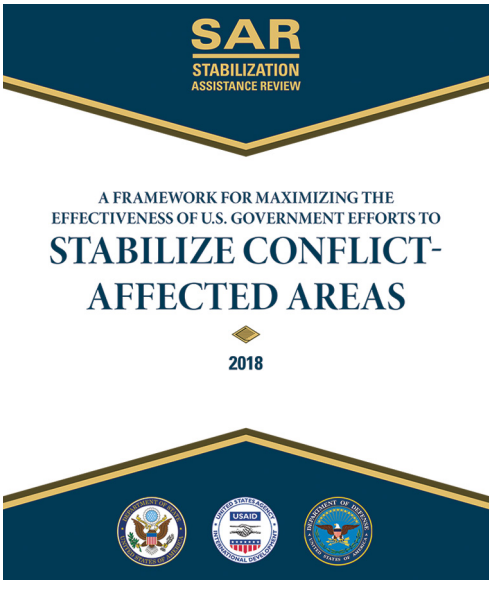
Os dirigentes políticos também devem refletir profundamente sobre suas políticas e estratégias antes que as guerras tenham início. Essa foi a tese do livro do General Tony Zinni, *Before the First Shots are Fired* ("Antes que os Primeiros Tiros sejam Disparados", em tradução livre): "Poucos norte-americanos compreendem quantas peças essenciais precisam se encaixar antes que 'Johnny' saia para a guerra ou até que ponto essas peças levam ao sucesso ou fracasso depois de ele ser enviado 'para lá'"[13].

O planejamento antecipado para o estado final desejado mantém as forças militares e as agências civis (quando chegar a hora certa) concentradas em sua tarefa ou, como afirma Liddell Hart, no objeto (estado final). Além disso, devido à natureza mutável das operações militares, é ainda mais provável que o estado final também o seja. Assim, conforme a guerra se desenrolar, será necessário que o mesmo aconteça com o estado final desejado. Esse foi, seguramente, o caso durante a Segunda Guerra Mundial e a Guerra do Vietnã.

Outro fator que envolve a previsão de um estado final para os comandantes militares é a interação com outros aliados. Ao longo da história, os EUA raramente combateram sozinhos em uma guerra. Cada nação aliada terá uma perspectiva diferente sobre como ela quer que seja o ambiente futuro. Isso exige que os aliados colaborem e criem uma visão comum. Foi o que aconteceu durante a Segunda Guerra Mundial. Conferências Aliadas em Québec, Casablanca e Yalta produziram uma visão quase comum sobre o rumo da guerra, ainda que não se tratasse de um estado final desejado — isso veio bem mais tarde.

Se os planejadores militares estiverem elaborando potenciais planos de guerra para seus dirigentes políticos, devem perguntar, então, que cenário estes últimos querem para o Estado, região, etc. quando o combate cessar. Em outras palavras, qual será o cenário da

vitória? Se os líderes políticos não delinearem, de um modo quantificável, o que eles idealizam como cenário futuro, então os líderes e planejadores militares devem propor as características de um estado final desejado. Ignorar esse elemento essencial do planejamento, de descrever um estado final desejado antes do início da guerra, pode levar a que se vençam todas as batalhas, mas se perca a guerra. O velho ditado vem à mente: "Se não souber para onde vai, qualquer estrada o levará até lá". De fato, o General Zinni usou esse mesmo ditado em seu livro. Ele enfatiza que os dirigentes políticos devem refletir sobre os fins, métodos e meios para alcançarem um objetivo político[14]. Caso contrário, isso não só levará a um desperdício de recursos, em pessoal e dinheiro, como também ao próprio fracasso.



Para visualizar o documento aprovado pelo Departamento de Defesa, Departamento de Estado e Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional, *A Framework for Maximizing the Effectiveness of the U.S. Government Efforts to Stabilize Conflict Affected Areas*, visite https://media.defense.gov/2018/Jun/13/2001931133/-1/-1/1/stabilization-assistance-review.pdf.

As guerras são situações mutáveis, e o inimigo é um fator de influência. No caso das operações de estabilização, a população local é um fator de influência. As operações de estabilização são problemas mal estruturados e sistemas adaptativos complexos, em que as interações humanas fazem com que a situação mude. Deixar de considerar esse ponto pode levar a uma insurgência ou a uma guerra prolongada. Assim, à medida que as operações em um determinado país se desenrolem, os líderes estratégicos devem rever seu estado final desejado e alterá-lo conforme o necessário. Esse foi, seguramente, o caso da visão para a Europa entre 1942 e 1946. O mesmo ocorreu no Iraque entre 2003 e 2011.

A Doutrina Militar sobre Estabilização

A atual doutrina militar dos EUA se apoia nos conceitos dos teóricos citados anteriormente, incorporando-se a noção de entender o estado final nas doutrinas de combate e de estabilização. As publicações conjuntas e do Exército adotaram, ao longo das últimas três décadas, os conceitos da arte operacional. No entanto, mais recentemente, a inclusão de um estado final desejado antes de acontecerem os primeiros disparos tem recebido nova atenção.

Os atentados do 11 de Setembro de 2001 levaram as Forças Armadas dos EUA a intervir primeiro no Afeganistão e, em seguida, no Iraque. Segundo a opinião geral, o planejamento para a fase pós-conflito da Operação *Iraqi Freedom* foi falho[15]. O planejamento inadequado e as premissas falhas estimularam, consequentemente, vários estudos dentro do governo dos EUA. O primeiro relatório foi o *Defense Science Board 2004 Summer Study on Transition to and from Hostilities* ("Estudo sobre a Transição de Entrada e Saída de Hostilidades, Verão de 2004, Conselho de Ciência de Defesa")[16]. Esse estudo resultou em uma diretriz do Departamento de Defesa, que afirmou: "As operações de estabilização constituem uma missão militar central dos EUA, que o Departamento de Defesa deve estar preparado para executar e apoiar"[17].

Com as atividades no Iraque diariamente nas manchetes e essa nova diretriz do Departamento de Defesa, multiplicaram-se os artigos, livros e estudos sobre as operações de estabilização. Essas ideias rapidamente ganharam força e se transformaram em uma série de ideias viáveis, que logo se tornaram parte da doutrina militar. A Publicação Conjunta 3-07, *Operações de Estabilização* (JP 3-07, *Stability Operations*), foi publicada pela primeira vez em 2011, com uma versão revisada intitulada *Stability (Estabilidade)* publicada em 2016. Junto com os esforços internacionais de construção da paz (um sinônimo de operações de estabilização), surgiram excelentes conceitos para ajudar Estados frágeis e falidos a evitar a guerra ou ajudar nações a se recuperarem dela. A abordagem em relação à estabilização, conforme descrita na mais recente doutrina do

Exército dos EUA, inclui "um ambiente seguro, Estado de Direito estabelecido, bem-estar social, um governo estável e uma economia sustentável"[18]. Essas cinco linhas de esforço ganharam reconhecimento internacional como formas de ajudar Estados frágeis ou falidos.

Ao se concentrar em um estado final, a versão atual da JP 3-07 afirma: "Durante ações de estabilização, os comandantes alcançam a unidade de esforços nos setores de estabilização focando todas as atividades em direção a um entendimento comum do estado final desejado. O estado final se concentra nas condições necessárias para apoiar uma paz duradoura e segura: uma economia viável e um governo legítimo da nação anfitriã, capaz de manter sua legitimidade por meio do atendimento às expectativas de seus cidadãos e proteção de sua população e território"[19].

A ADP 3-07 aborda o estado final desejado com certa clareza: "Em operações em que predominam as tarefas ofensivas e defensivas, o estado final é, geralmente, quantificável e bem definido em termos das forças inimigas e tempo. A estabilização é um esforço de longo prazo e só pode ser alcançada por meio da integração das ações coletivas de todos os instrumentos do poder nacional, e não por um único instrumento, empregado de maneira isolada"[20].

À medida que as novas ideias se desenvolveram em relação às operações de estabilização, a doutrina militar e os conceitos em outras agências e departamentos do governo dos EUA demonstraram um entendimento claro de que elas poderiam ser realizadas ao longo do amplo espectro dos conflitos — na paz, na guerra e no pós-guerra[21]. Para integrar, plenamente, todos os instrumentos do poder nacional e incorporar todas as agências e departamentos relevantes dos EUA no planejamento e atividades das operações de estabilização, em 2017 e 2018, o Departamento de Estado, a Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e o Departamento de Defesa concluíram uma análise de assistência de estabilização (*stabilization assistance review — SAR*). A SAR incluiu uma avaliação de artigos e relatórios, examinando oito enfrentamentos atuais e passados dos EUA em países afetados por conflitos, além de entrevistas com especialistas. A análise também incluiu o envio de questionários aos seis comandos geográficos conjuntos do Departamento de Defesa. O resultado foi um novo documento aprovado pelo Departamento de Defesa, Departamento de Estado e USAID denominado *A Framework for Maximizing the Effectiveness of the U.S. Government Efforts to Stabilize Conflict Affected Areas* ("Um Modelo para Maximizar a Eficácia dos Esforços do Governo dos EUA para Estabilizar as Áreas Afetadas por Conflitos", em tradução livre)[22].

O relatório reconhece: "Os EUA têm fortes interesses de segurança nacional e econômicos em reduzir o grau de violência e promover a estabilidade em áreas

Walt Whitman Rostow (à direita) mostra (da esquerda para a direita) ao Secretário de Imprensa George Christian, Presidente Lyndon B. Johnson e General Robert Ginsberg um modelo da área de Khe Sanh no Vietnã, na Sala de Situação da Casa Branca, Washington, D.C., 15 Fev 1968. (Foto do Arquivo Nacional dos EUA)

Um operário alemão remove destroços como parte dos esforços de reconstrução em Berlim Ocidental, em 1949. A placa diz "Emergency Program Berlin with the help of the Marshall Plan" ("Programa de Emergência de Berlim com a ajuda do Plano Marshall"). A ajuda do Plano Marshall para a Alemanha totalizou USD$ 1.390.600 e permitiu que o país se reerguesse das cinzas da derrota, conforme simbolizado por este trabalhador em Berlim Ocidental. Já um ano antes do final do Plano Marshall, em 1951, a Alemanha havia ultrapassado seu nível de produção industrial pré-guerra. (Foto do Arquivo Nacional dos EUA)

afetadas por conflito armado"[23]. Contudo, ele afirma, também, que os EUA não têm o "desejo de repetir esforços de reconstrução em larga escala". O relatório fornece, ainda, uma nova definição de estabilização: "Um esforço político para criar condições para que autoridades e sistemas legítimos localmente possam gerir pacificamente um conflito e prevenir um ressurgimento da violência"[24]. Cabe observar que essa assertiva retoma a noção de Clausewitz de que a guerra é uma continuação da política.

O Departamento de Estado, especificamente o Bureau of Conflict and Stabilization Operations (Escritório de Operações de Conflito e Estabilização), é responsável por liderar o planejamento do apoio norte-americano a países afetados por conflitos. A USAID é a parceira de implementação, e o Departamento de Defesa desempenha uma função de apoio. Vários princípios fundamentais delineados nesse relatório representam, em essência, lições do passado, mas se concentram mais nos ensinamentos dos últimos 18 anos de condução de operações de estabilização.

A *National Security Strategy* ("Estratégia Nacional de Segurança") e a *National Defense Strategy* ("Estratégia Nacional de Defesa"), publicadas em 2017 e 2018, respectivamente, mudaram o foco das Forças Armadas dos EUA para os rivais com poder de combate quase equiparado[25]. Na expectativa desse novo foco, o Exército publicou sua versão mais recente do Manual de Campanha 3-0, *Operações* (FM 3-0, *Operations*)[26]. Nesse novo manual de operações, o Exército dos EUA se distanciou da doutrina anterior, em que conduzia operações ofensivas, defensivas e de estabilização. Esse novo manual se concentrou na ofensiva, defensiva e consolidação de ganhos. A abordagem sobre a consolidação de ganhos confundiu muitos, e houve certa preocupação de que as ideias sobre estabilização desapareceriam.

Para esclarecer o que o Exército dos EUA quis dizer com consolidação de ganhos, o ex-Comandante do Centro de Armas Combinadas do Exército dos EUA, Gen Div Michael Lundy, e três coautores publicaram um artigo na *Military Review* intitulado "Three Perspectives on Consolidating Gains" ("Três Perspectivas sobre a Consolidação de Ganhos"). O artigo traça a história militar do Exército dos EUA nas operações de estabilização. Os autores direcionam sua discussão sobre a consolidação de ganhos para os pontos de vista tático, operacional e estratégico. Na seção "The Operational Artist's View" ("O Ponto de Vista do Especialista em Arte Operacional"), eles afirmam: "Planejar a consolidação de ganhos é essencial para o êxito no conflito armado. Qualquer

campanha em que não se considere a necessidade de consolidar ganhos é uma expedição punitiva ou que, provavelmente, resultará em uma guerra prolongada. O planejamento deve, portanto, levar em conta o estado final desejado das operações militares e ser efetuado em ordem inversa a partir disso"[27].

Foi bom ver os autores desse artigo se referirem à arte operacional e ao estado final desejado. Manter o foco militar no estado final é fundamental para o êxito em qualquer operação, especialmente nas operações de estabilização. O planejamento de modo inverso a partir do estado final é a chave para qualquer boa campanha ou operação militar de grande porte.

Recentemente, em julho de 2019, o Exército dos EUA lançou a ADP 3-07, junto com a ADP 3-0, *Operações* (ADP 3-0, *Operations*)[28]. Esses dois documentos oferecem uma abordagem mais detalhada sobre a consolidação de ganhos e sua relação com as operações de estabilização. Os novos documentos reiteram que as forças terrestres dos EUA se concentram em operações ofensivas, defensivas e de estabilização.

A ADP 3-07 é um documento sólido, que incorpora muitas das ideias aprendidas sobre operações de estabilização nos últimos 15 anos. Tanto a ADP 3-0 quanto a ADP 3-07 ajudam a concentrar o Exército em prováveis missões. As tarefas de estabilização relacionadas na figura 2 refletem os tipos de missão que o Exército talvez tenha de executar. Uma relevante lição destacada na doutrina é a de incorporar não só outras agências e departamentos do governo dos EUA, mas também atividades de entidades como a Organização das Nações Unidas, Banco Mundial, órgãos regionais e organizações não governamentais.

- Estabelecer segurança civil
- Apoiar controle civil
- Restabelecer serviços essenciais
- Apoiar governança
- Apoiar desenvolvimento econômico e de infraestrutura
- Realizar cooperação em segurança

(Figura extraída de Army Doctrine Publication 3-07, *Stability*, Jul. 2019)

Figura 2. Tarefas de Estabilização do Exército dos EUA

Além disso, a recente SAR mostra, claramente, que a estabilização é um esforço do governo como um todo. Em abril de 2019, o congressista Eliot Engel apresentou um projeto de lei chamado de Lei da Fragilidade Global. Esse projeto de lei foi aprovado na Câmara dos Representantes dos EUA e, quando da redação deste artigo, aguarda debate no Senado. De acordo com um resumo do projeto de lei, o "Departamento de Estado deverá selecionar países e regiões prioritários que estejam particularmente em risco e apresentar ao Congresso um plano decenal para cada um deles. Cada plano deverá incluir informações que compreendem descrições de metas, planos para alcançá-las e parâmetros para medir o progresso"[29]. Se convertido em lei, o projeto apoiaria, com verbas, as atividades descritas na SAR. O projeto de lei reconhece que as operações de estabilização são um esforço do governo como um todo e podem ocorrer ao longo de todo o espectro dos conflitos. No entanto, à semelhança da SAR, seu foco é prevenir confrontos violentos e apoiar Estados frágeis que estejam saindo de conflitos[30]

Exemplos Históricos

Os três exemplos a seguir — Alemanha pós-Segunda Guerra Mundial, Vietnã e Iraque — demonstram como um estado final claramente definido contribuiu para os esforços de guerra dos EUA.

Alemanha pós-Segunda Guerra Mundial. Enquanto os planejadores de Eisenhower desenvolviam planos para a invasão da Europa pela Normandia, uma seção de planejamento separada liderada pelo Gen Div Frederick Morgan, da Grã-Bretanha, começou a trabalhar nos planos pós-guerra[31]. Esses planos foram guiados por debates políticos entre os chefes de Estado das potências aliadas. Winston Churchill e Franklin Roosevelt se reuniram várias vezes durante a guerra para definir diretrizes para seus comandantes militares. Embora Josef Stalin não tenha participado dos primeiros encontros, Churchill e Roosevelt estavam em comunicação com ele. As ideias para a Europa pós-guerra surgiram dessas reuniões, que forneceram aos planejadores algumas informações para começar os preparativos, mas consistiam em uma visão incompleta de como ela seria depois da guerra. Toda vez que os chefes de Estado se reuniram, o plano para o pós-guerra mudou.

Na segunda Conferência de Québec, o Secretário do Tesouro dos EUA, Hans Morgenthau, apresentou seu parecer. Como a Alemanha se recuperou após a Primeira Guerra Mundial, Morgenthau recomendou que a obrigassem a se tornar um estado agrário, com pouca ou nenhuma capacidade industrial[32]. Esse parecer foi aceito por Churchill, mas houve grandes divergências no gabinete de Roosevelt.

O principal opositor ao Plano Morgenthau foi o Secretário de Guerra dos EUA, Henry Stimson. Depois, uma versão suavizada do Plano Morgenthau levou o Estado-Maior Conjunto (*Joint Chiefs of Staff — JCS*) a emitir a Diretriz JCS 1067 para Eisenhower em abril de 1945[33]. As ideias para a Alemanha pós-guerra foram alteradas por decisões no Conselho de Controle Aliado e na Conferência de Potsdam. Mais tarde, um ano após a capitulação da Alemanha, o Estado-Maior Conjunto emitiu uma nova diretriz, a JCS 1779. Essa nova diretriz combinou as zonas de ocupação da França, Grã-Bretanha e EUA e foi a base para a Alemanha Ocidental[34].

A recuperação total da Europa só viria a ocorrer quando o Secretário de Estado George C. Marshall delineou suas ideias no âmbito do Plano Marshall, em um discurso de 1947. No entanto, até mesmo o Plano Marshall evoluiu no decorrer de sua implementação. Não obstante, o plano era um esforço do governo como um todo para reconstruir a Europa Ocidental. Alguns estudiosos consideram o Plano Marshall como a mais importante iniciativa de política externa dos EUA no século XX. Por exemplo, o ex-Secretário de Estado Henry Kissinger afirmou:

> Toda geração requer uma visão antes que ela possa construir sua própria realidade. Contudo, nenhuma geração pode dormir sobre os louros da vitória de seus antecessores. Cada uma precisa fazer um novo esforço, adaptado às suas próprias condições. Na Europa, o Plano Marshall ajudou a consolidar nações cuja legitimidade política havia evoluído ao longo de séculos. Uma vez estabilizadas, essas nações poderiam passar a criar uma ordem mais inclusiva e cooperativa[35].

Em essência, a Alemanha pós-guerra não seguiu a teoria sobre como proceder para ajudar uma nação a se recuperar da guerra por meio de operações de estabilização. Inicialmente, apenas a destruição da *Wehrmacht* (as forças armadas alemãs) estava prevista. As complexas ideias de um estado final para a Alemanha e para a Europa levaram muito mais tempo para serem desenvolvidas. Não obstante, foi necessário que os líderes políticos criassem uma visão para que o governo como um todo pudesse prosseguir para a vitória total.

Vietnã. A diretriz política é mais essencial em guerras limitadas, e a Guerra do Vietnã representou um exemplo clássico desse tipo de guerra. Os EUA queriam deter a expansão comunista e, assim, demarcaram um limite entre o Vietnã do Norte e o Vietnã do Sul. O Presidente Lyndon Johnson queria, no final das contas, derrotar o inimigo e forçá-lo a retornar para o Vietnã do Norte.

Tanto o Presidente Johnson quanto o Presidente Richard Nixon enxergavam a pacificação e o fortalecimento das forças militares vietnamitas como uma forma de vencer a guerra. No entanto, nenhum desses objetivos estratégicos representava uma visão de um estado final. Johnson não descreveu, publicamente, um estado final para a guerra no Vietnã[36]. No entanto, em conversas com Robert Komer, que, em 1966, serviu brevemente como seu assessor de segurança nacional, Johnson "queria fazer do Vietnã um exemplo de desenvolvimento econômico, social e político na Ásia"[37]. Isso se aproximava mais de um estado final.

Johnson nomeou Komer como responsável pela pacificação na primeira metade de 1966. Isso significava que Komer enfrentaria a outra guerra no Vietnã: a luta contra os vietcongues para unir todo o país sob a liderança do governo sul-vietnamita. Após deixar o Conselho de Segurança Nacional, Komer foi para o Vietnã, a fim de administrar o programa de pacificação denominado Apoio às Operações Civis e Desenvolvimento Revolucionário (*Civil Operations and Revolutionary Development Support — CORDS*). O CORDS era uma abordagem do governo como um todo para restabelecer o controle e legitimidade nas aldeias rurais em todo o Vietnã. Johnson selecionou Komer por ele ser conhecido por sua capacidade de executar tarefas. Ele era conhecido, informalmente, como "Blowtorch Bob" ("Bob Maçarico"). Em 1970, segundo Richard Stewart, por causa do programa CORDS, de Komer, "93% da população sul-vietnamita vivia em cidades e aldeias 'relativamente seguras,' um aumento de 20% em relação a meados de 1968"[38].

Embora dados estatísticos possam ser enganosos, muitos estudos mostraram que o CORDS foi

bem-sucedido e, verdadeiramente, um esforço do governo norte-americano como um todo. O programa também teve forte apoio do governo sul-vietnamita. No programa CORDS, os civis representavam 20% das 8 mil funções, enquanto o Departamento de Defesa fornecia o restante. No entanto, os civis detinham 50% das principais funções de liderança[39].

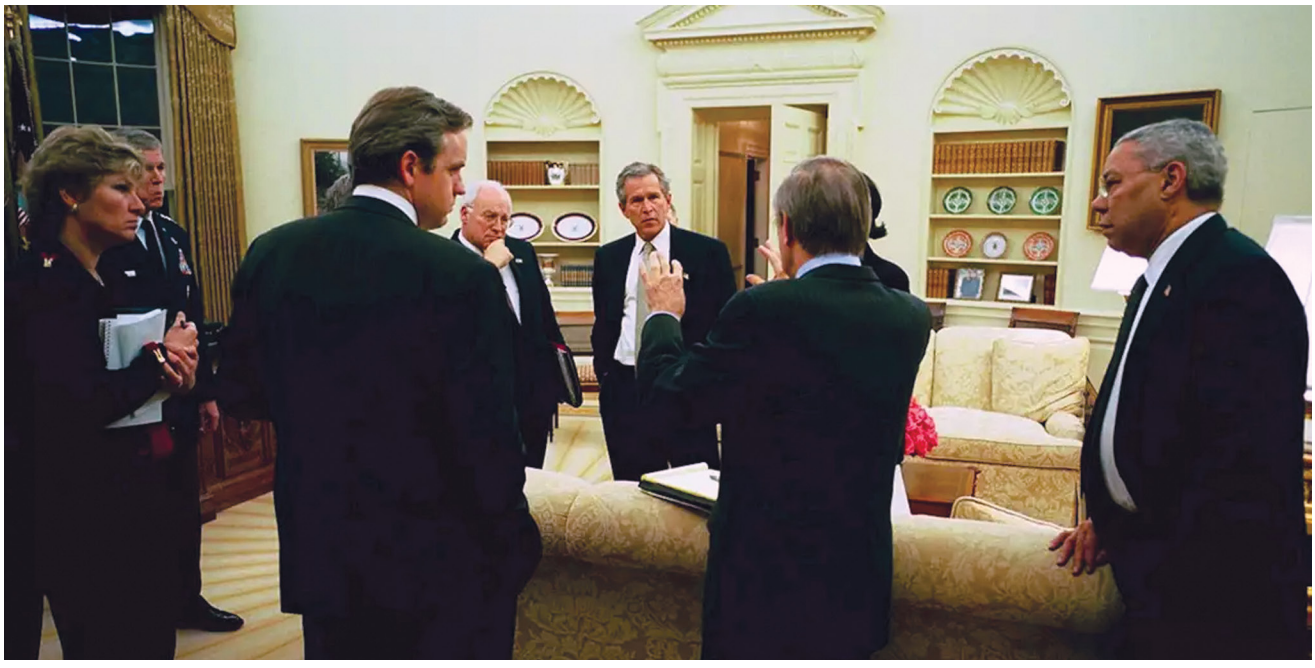
Quando Nixon assumiu a Presidência, sua equipe de segurança nacional se reuniu em julho de 1969 para debater a guerra. Segundo Henry Kissinger, assessor de segurança nacional na época, o governo elaborou um novo enunciado de missão para o General Creighton Abrams Jr., Comandante do Comando de Assistência Militar–Vietnã: "O novo enunciado de missão (que entrou em vigor em 15 de agosto) concentrava-se na prestação de 'máxima assistência' aos sul-vietnamitas para fortalecer suas forças, apoiar esforços de pacificação e reduzir o fluxo de suprimentos para o inimigo"[40]. Mais uma vez, esse não era um estado final particularmente bom.

Em uma análise de vários livros — incluindo *The White House Years* ("Os Anos de Casa Branca", em tradução livre), de Kissinger; *On Strategy: A Critical Analysis of the Vietnam War* ("Sobre Estratégia: Uma Análise Crítica da Guerra do Vietnã", em tradução livre), de Harry Summers; e *Presidential Decisions for War: Korea, Vietnam and Persian Gulf* ("Decisões Presidenciais para a Guerra: Coreia, Vietnã e Golfo Pérsico", em tradução livre), de Gary Hess —, não se constatou nenhuma informação sobre um estado final desejado para o Vietnã após a guerra. Nem mesmo uma análise dos memorandos de ações de segurança nacional de Johnson revelou um estado final claro. Não obstante, como Komer tinha um relacionamento pessoal com Presidente Johnson, ele entendeu sua visão de um estado final e se empenhou em executá-la.

O Vietnã tinha outros problemas que talvez tenham levado os EUA a perderem a guerra. No entanto, como principal líder responsável pelo programa de

Foto de cima: Bill Graham (à direita) aborda um projeto para reabrir o canal da aldeia de Thạnh Phú, no Distrito de Châu Thành, Vietnã, em janeiro de 1970. A dragagem para o Acampamento Base de Đồng Tâm, da 9ª Divisão dos EUA, havia enchido o canal, e o Exército se recusou a ajudar a escavá-lo. A ajuda fornecida por meio do programa CORDS, incluindo dinheiro em espécie e produtos alimentícios excedentes, foi usada para compensar os moradores da aldeia por removerem o sedimento. O canal tinha quase um quilômetro de extensão e foram necessários cerca de três meses para concluir a tarefa. (Foto da American Foreign Service Association/*The Foreign Service Journal*, http://afsa.org/sites/default/files/flipping_book/0415/files/assets/basic-html/page-1.html)

Foto de baixo: Foto sem data de um escritório do CORDS em Châu Đốc, Vietnã. (Foto da Coleção James Nelson Tull, The Vietnam Center and Sam Johnson Vietnam Archive, Texas Tech University, VA067961)



O Presidente George W. Bush se reúne com seus assessores de segurança nacional e comunicações após autorizar operações militares contra o Iraque, 19 Mar 2003. Estavam presentes (da esquerda para a direita) Steve Hadley, Vice-Assessor de Segurança Nacional; Karen Hughes, Assessora Especial do Presidente; Chefe do Estado-Maior Conjunto Richard B. Myers; Dan Bartlett, Diretor de Comunicações; Vice-Presidente Dick Cheney; Secretário de Defesa Donald Rumsfeld; Assessora de Segurança Nacional Condoleezza Rice; e Secretário de Estado Colin Powell. (Foto de Eric Draper, Arquivos Oficiais da Casa Branca)

pacificação no Vietnã, Komer manteve seu foco no objetivo: um governo democrático, em que os habitantes das aldeias pudessem viver livremente, sem a ameaça dos vietcongues.

Iraque. A Operação *Iraqi Freedom* é outro exemplo histórico no qual talvez um estado final claramente definido tenha ajudado o esforço de guerra. Há inúmeros livros, artigos e *blogs* sobre o fracasso dos EUA na operação. No entanto, ao examinar estados finais, talvez os EUA tenham se saído melhor do que muitos pensam.

Em outubro de 2002, cinco meses antes do início da guerra contra Saddam Hussein, o Presidente George W. Bush divulgou um documento elaborado por sua então assessora de segurança nacional Condoleezza Rice e intitulado "Principals Committee Review of Iraq Policy Paper" ("Documento de Análise do Comitê de Alto Nível sobre a Política no Iraque"). Nesse documento, os objetivos dos EUA foram descritos como um Iraque que atue da seguinte forma:

- "não ameace seus vizinhos;
- renuncie ao apoio e ao patrocínio do terrorismo internacional;
- continue a ser um único estado unitário;
- esteja livre de armas de destruição em massa, de seus meios de lançamento e dos programas relacionados;
- não mais oprima ou tiranize seu povo;
- respeite os direitos fundamentais de todos os iraquianos, incluindo mulheres e minorias;
- respeite o Estado de Direito e os direitos humanos fundamentais, incluindo a liberdade de expressão e de crença; e
- incentive a construção de instituições democráticas"[41].

À primeira vista, parece ser um estado final bem elaborado. É, claramente, uma visão de como o Presidente Bush queria que fosse o Iraque quando a guerra terminasse. Como muitos sabem o que aconteceu no Iraque, os leitores podem tirar suas próprias conclusões quanto a esse estado final ter sido ou não alcançado. Contudo, em minha opinião, quase todos esses objetivos foram atingidos.

Estados Finais de Tempo de Paz

As operações de estabilização, segundo a doutrina militar dos EUA, também acontecem em tempo de paz. As unidades militares que executam atividades

de cooperação em segurança em nações que apoiem os interesses da política dos EUA ou estejam em competição com outros rivais com poder de combate quase equiparado podem ter programas militares, de assistência e de desenvolvimento organizados pelos embaixadores norte-americanos nesses países. Esses programas ou exercícios militares são concebidos para atingir os objetivos de longo prazo dos EUA.

Em tempo de paz, provavelmente haverá diretrizes estratégicas limitadas sobre um país específico. No entanto, o embaixador dos EUA em tal país normalmente tem uma visão do que ele quer realizar publicada na "Estratégia Integrada de País" da embaixada. De acordo com o *site* do Departamento de Estado, os embaixadores são incumbidos de conduzir uma avaliação dentro do país, examinar *a Estratégia Nacional de Segurança*, reunir-se com o chefe do escritório regional do Departamento de Estado e elaborar seu próprio plano estratégico[42]. Por exemplo, o plano do embaixador dos EUA para a Ucrânia oferece um bom estado final:

> Uma Ucrânia forte, resiliente e engajada diplomaticamente, com forças armadas, agências de segurança e guardas de fronteira fortes, em parceria com os EUA para contribuir para a estabilidade regional, resistir à agressão multidimensional russa e responder eficazmente a ameaças nacionais e globais transnacionais, tais como a migração ilícita e as pandemias, protegendo, assim, os norte-americanos na Ucrânia e no território dos EUA e mantendo a ameaça russa mais distante das fronteiras da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)[43].

Esse excelente estado final permite que os departamentos e agências dos EUA formulem planos para alcançar essa visão.

Faz sentido que os líderes que estejam executando programas de cooperação em segurança no teatro de operações de um país específico examinem sua "Estratégia Integrada" do embaixador. O mesmo se aplica a representantes da USAID ou de quaisquer outras agências governamentais dos EUA que atuem em um determinado país. Para serem eficazes em termos de custo e adequados à *Estratégia Nacional de Segurança*, os programas em um país específico devem estar em conformidade com o estado final do embaixador.

Conclusão

Para que as Forças Armadas dos EUA sejam vitoriosas na guerra e não apenas vençam batalhas, os líderes desde o âmbito nacional até pelo menos o nível operacional da guerra devem seguir o conselho de Clausewitz: não começar ou se envolver em uma guerra, a menos que se saiba o que se quer alcançar até o final dela. Isso significa que os líderes do alto escalão, civis ou militares, devem fornecer algum tipo de visão sobre como deve ser o ambiente operacional quando o combate terminar. É extremamente provável que esse estado final mude durante a condução da guerra, mas é essencial que seja dada alguma orientação inicial com respeito aos objetivos a serem alcançados antes que os primeiros tiros sejam disparados.

Mesmo em guerras limitadas, um estado final desejado mantém os comandantes militares e as agências civis focadas e reduz o emprego de recursos para alcançar a vitória. Uma reflexão e debate sérios, tanto por parte dos dirigentes políticos quanto dos comandantes militares mais antigos, são necessários para a elaboração de um estado final claro. Se os dirigentes políticos não fornecerem tal raciocínio sobre um estado final, os comandantes militares devem solicitá-lo ou, caso não lhes seja fornecido, tomar a iniciativa de elaborá-lo e enviá-lo a seus superiores para aprovação. Esse estado final será muito importante, conforme o conflito passar do término do confronto armado para a fase mais árdua, de operação de estabilização.

Em tempo de paz, ter uma noção vaga de uma visão do que deve ser realizado é algo bom, mas, após o início das hostilidades, é preciso dar o segundo passo e descrever em mais detalhes as características desejadas de um estado final. Isso permitirá que todos os elementos do poder nacional compartilhem uma intenção comum e façam bom uso de recursos limitados. A cooperação em segurança é uma forma de operação de estabilização que pode contribuir para a consecução de um estado final desejado.

Durante qualquer esforço interagências, em guerra ou paz, os planejadores devem manter o foco no objetivo: o estado final desejado. Em resumo, as ideias doutrinárias sobre o papel das Forças Armadas nas operações de estabilização evoluíram para um conjunto viável e eficaz, assim como a política do governo dos EUA. Cabe agora às Forças Armadas assegurar que a importância de que o planejamento de operações de estabilização advenha de uma concordância sobre os detalhes de estados finais seja infundida em seus integrantes como um elemento essencial para alcançar a vitória definitiva na guerra. ■

Referências

Epígrafe. Harry Summers, *On Strategy: A Critical Analysis of the Vietnam War* (Novato, CA: Presidio Press, 1982), p. 11.

1. Joint Publication (JP) 3-07, *Stability* (Washington, DC: U.S. Government Publishing Office [GPO], 2016); Army Doctrine Publication (ADP) 3-07, *Stability* (Washington, DC: U.S. GPO, 2019).
2. Sun Tzu, *The Art of War*, trad. Samuel B. Griffith (Oxford, UK: Oxford University Press, 1963), p. 77. [Os trechos da obra *A Arte da Guerra de Sun Tzu* foram extraídos da tradução de Sally Tilelli, a partir da versão em inglês de Yuan Shibing (São Paulo: Editora Gente) — N. do T.]
3. Ibid., p. 76.
4. Carl von Clausewitz, *On War*, ed. e trad. Michael Howard e Peter Paret (Princeton, NJ: Princeton University Press, 1976), p. 87. [Os trechos da obra *Da Guerra* foram extraídos da tradução para o português do CMG (RRm) Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle, a partir da versão em inglês de Michael Howard e Peter Paret. — N. do T.]
5. Ibid., p. 579.
6. B. H. Liddell Hart, *Strategy*, 2nd ed. (New York: Meridian, 1967), p. 338.
7. Ibid., p. 353.
8. Milan Vego, "On Operational Art", in *Joint Operational Warfare: Theory and Practice* (Newport, RI: U.S. Naval War College, 2009), I-3 a I-14.
9. Ibid., I-44 a I-45.
10. Ibid., I-45.
11. Helmuth von Moltke, *Moltke on the Art of War: Selected Writings*, ed. e trad. Daniel J. Hughes (New York: Ballantine Books, 1993), p. 92.
12. "Dwight Eisenhower to Hamilton Fish Armstrong, 31 December 1950", in *The Papers of Dwight David Eisenhower, Volume XI: Columbia University*, ed. Louis Galambos et al. (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1984), p. 1516.
13. Tony Zinni e Tony Koltz, prefácio de *Before the First Shots are Fired: How America Can Win or Lose off the Battlefield* (New York: St. Martin's Griffin, 2015).
14. Ibid., p. 94.
15. Há várias referências que demonstram que o planejamento das operações de estabilização no Iraque não funcionou bem. Elas incluem Michael Gordon e Bernard Trainor, *Cobra II: The Inside Story of the Invasion and Occupation of Iraq* (New York: Vintage Books, 2006); Tom Ricks, *Fiasco: The American Military Adventure in Iraq, 2003 to 2005* (New York: Penguin Books, 2006); Special Inspector General for Iraq Reconstruction, *Hard Lessons: The Iraq Reconstruction Experience* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 2009).
16. Department of Defense, *Defense Science Board 2004 Study on Transition to and from Hostilities* (Washington, DC: Office of the Under Secretary of Defense for Acquisition, Technology, and Logistics, 2004), acesso em 18 fev. 2020, https://apps.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a430116.pdf.
17. Department of Defense Directive 3000.05, *Military Support for Stability, Security, Transition, and Reconstruction (SSTR) Operations* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 28 Nov. 2005), p. 2.
18. ADP 3-07, *Stability*, 1-10.
19. JP 3-07, *Stability*, II-1.
20. ADP 3-07, *Stability*, 4-4.
21. JP 3-0, *Joint Operations* (Washington, DC: U.S. GPO, 17 Jan. 2017), V-8 a V-15.
22. *A Framework for Maximizing the Effectiveness of the U.S. Government Efforts to Stabilize Conflict Affected Areas* (Washington, DC: Department of State, U.S. Agency for International Development, and Department of Defense, 2018), acesso em 18 fev. 2020, https://www.state.gov/wp-content/uploads/2019/06/SAR-Final.pdf.
23. Ibid., p. 1.
24. Ibid., p. 4.
25. The White House, *National Security Strategy of the United States of America* (Washington, DC: The White House, December 2017); Office of the Secretary of Defense, *Summary of the 2018 National Defense Strategy of the United States of America* (Washington, DC: Department of Defense, 2018), acesso em 18 fev. 2020, https://www.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/2018-National-Defense-Strategy-Summary.pdf.
26. Field Manual 3-0, *Operations* (Washington, DC: U.S. GPO, Oct. 2017).
27. Michael Lundy et al., "Three Perspectives on Consolidating Gains", *Military Review* 99, no. 5 (Sept.-Oct. 2019): p. 16-29, acesso em 21 abr. 2020, https://www.armyupress.army.mil/Journals/Military-Review/English-Edition-Archives/September-October-2019/Lundy-Three-Perspectives/.
28. ADP 3-0, *Operations* (Washington, DC: U.S. GPO, Jul. 2019).
29. Congressional Research Service (CRS), "H.R.2116 – Global Fragility Act", Congress.gov, acesso em 18 fev. 2020, https://www.congress.gov/bill/116th-congress/house-bill/2116.
30. Ibid.; CRS, "S.727 – Global Fragility Act of 2019", Congress.gov, acesso em 18 fev. 2020, https://www.congress.gov/bill/116th-congress/senate-bill/727.
31. Kenneth McCreedy, "Planning the Peace: Operation Eclipse and the Occupation of Germany", *Journal of Military History* 65, no. 3 (July 2001): p. 713-35.
32. Earl F. Ziemke, *The U.S. Army in the Occupation of Germany, 1944–1946* (Washington, DC: U.S. Army Center of Military History, 1975), p. 103.
33. Ibid., p. 104. A Diretriz 1067 do Estado-Maior Conjunto (*Joint Chiefs of Staff—JCS*) se intitulava "Directive to Commander in Chief of U.S. Forces of Occupation Regarding the Military Government of Germany in the Period Immediately Following the Cessation of Organized Resistance" ("Diretriz ao Comandante em Chefe das Forças de Ocupação Norte-Americanas Quanto ao Governo Militar da Alemanha no Período Imediatamente Após a Cessação da Resistência Organizada", em tradução livre).
34. JCS, "1947 Directive to the Commander in Chief U.S. Forces of Occupation (JCS 1779)", in U.S. Department of State, *Germany 1947–1949: The Story in Documents* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office, March 1950), article II.
35. Henry Kissinger, "Reflections on the Marshall Plan", *Harvard Gazette*, 22 May 2015, acesso em 19 fev. 2020, https://news.harvard.edu/gazette/story/2015/05/reflections-on-the-marshall-plan/.
36. "National Security Action Memorandums (NSAMs) [Johnson

Administration, 1963-69]", Federation of American Scientists, acesso em 19 fev. 2020, https://fas.org/irp/offdocs/nsam-lbj/index.html; Gary R. Hess, *Presidential Decisions for War: Korea, Vietnam, and the Persian Gulf* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001). Em uma análise dos memorandos de ações de segurança nacional do governo Johnson e do livro de Hess, não encontrei referências a um estado final desejado no Vietnã.

37. Frank L. Jones, *Blowtorch: Robert Komer, Vietnam, and American Cold War Strategy* (Annapolis, MD: Naval Institute Press, 2013), p. 99.

38. Richard W. Stewart, ed., *American Military History, Volume II: The United States Army in a Global Era, 1917–2003*, 2nd ed. (Washington, DC: U.S. Army Center of Military History, 2010), p. 348.

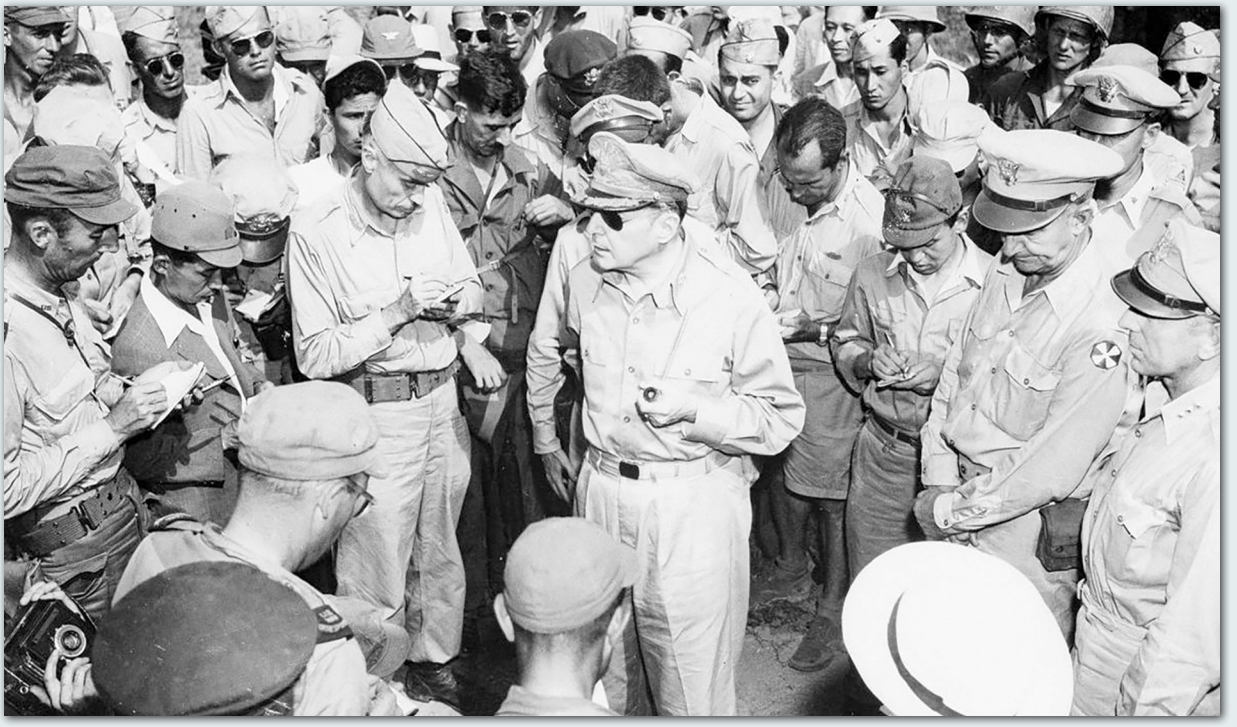
39. Thomas Scoville, *Reorganizing for Pacification Support* (Washington, DC: U.S. Army Center for Military History, 1982), acesso em 19 fev. 2020, https://history.army.mil/books/Pacification_Spt/index.htm.

40. Henry Kissinger, *The White House Years* (Boston: Little, Brown, 1979), p. 276.

41. Condoleezza Rice, "Principals' Committee Review of Iraq Policy Paper" (Washington, DC: The White House, 29 Oct. 2002), acesso em 19 fev. 2020, http://library.rumsfeld.com/doclib/sp/4136/2002-10-29%20From%20Condoleezza%20Rice%20re%20Principals%27%20Committee%20Review%20of%20Iraq%20Policy%20Paper.pdf.

42. "Integrated Country Strategies", U.S. Department of State, acesso em 19 fev. 2020, https://www.state.gov/integrated-country-strategies/.

43. "Integrated Country Strategy: Ukraine", U.S. Department of State, acesso em 19 fev. 2020, https://www.state.gov/wp-content/uploads/2019/01/ICS_Ukraine_UNCLASS_508.pdf.



O General Douglas MacArthur (centro), acompanhado do Gen Div Robert L. Eichelberger (à direita, com as mãos entrelaçadas na frente do corpo), responde a perguntas de repórteres, logo após sua chegada ao Campo de Pouso de Atsugi, no Japão, 30 Ago 1945. (Foto do Arquivo Nacional dos EUA)

Operação *Blacklist*

Reconhecendo que o conflito entre os EUA e o Japão poderia ser reativado caso um programa eficaz de pacificação não fosse conduzido rapidamente após a capitulação oficial japonesa em 1945, o General Douglas MacArthur elaborou e supervisionou a Operação *Blacklist*, um plano detalhado e abrangente de desenvolvimento econômico e engenharia social, que incorporou o envolvimento direto do imperador e de outros respeitados líderes japoneses. As prioridades centrais do General MacArthur para o plano de ocupação e pacificação incluíam o estabelecimento de uma imprensa livre, um livre movimento trabalhista e a separação de Igreja e Estado. Para visualizar o relatório pessoal completo do General MacArthur, *MacArthur in Japan, The Occupation: Military Phase*, visite https://history.army.mil/books/wwii/MacArthur%20Reports/MacArthur%20V1%20Sup/.

Para Mudar um Exército: Vencendo Amanhã

Gen Div Eric J. Wesley, Exército dos EUA
CW5 Jon Bates, Exército dos EUA

Nota do editor: Em março de 1983, o General Donn A. Starry redigiu um artigo para a Military Review *intitulado "To Change an Army"* ("Para Mudar um Exército", em tradução livre)*, que descrevia o processo de modernização para desenvolver um Exército em conformidade com a doutrina Batalha Ar-Terra. Boa parte de sua abordagem é utilizada pelo Comando de Futuros do Exército (*Army Futures Command — AFC*) dos Estados Unidos da América (EUA) atualmente.*

Na segunda metade de 2008, as forças armadas russas realizaram uma incursão no antigo Estado soviético da Geórgia. Apesar de terem derrotado as forças georgianas, que eram menos capazes, o desempenho das forças armadas russas durante essa operação foi fraco, segundo a opinião geral. Sua capacidade para executar operações de inteligência, logística e combate terrestre, bem como integrar forças aéreas e terrestres, foi, na melhor das hipóteses, questionável[1]. Depois de se retirar e reconhecer as consideráveis deficiências de suas forças de segurança, a Rússia deu início à modernização de suas forças armadas. Em março de 2014, apenas seis anos mais tarde, a Rússia anexou a Crimeia sem travar combate. Oito meses depois da anexação, realizou uma incursão no leste da Ucrânia e revelou ao mundo que os problemas demonstrados em 2008 haviam sido, de modo geral, corrigidos. Para aqueles que possam achar que essas melhorias só teriam implicações para conflitos pequenos e isolados nas proximidades da Rússia, cabe observar que, em 2015, apenas um ano mais tarde, ela executou operações expedicionárias na Síria, demonstrando que poderia, simultaneamente, sustentar operações tanto em seu exterior próximo (Ucrânia) quanto no final de extensas linhas de comunicação (Síria)[2]. Paralelamente a essas operações, os russos realizaram exercícios anuais de larga escala, como os agressivos Exercícios *Zapad*, em Belarus[3]. Em novembro de 2018, há pouco mais de 18 meses, a marinha russa capturou várias embarcações e marinheiros ucranianos no Mar de Azov, logo ao norte do Estreito de Kerch[4]. Embora o mundo tenha assistido, pouco foi feito em relação a isso. Portanto, deveríamos nos perguntar se a Rússia acaba de anexar o Mar de Azov também. E quanto ao Mar Negro? Em caso afirmativo, há algo que devamos ou possamos fazer em relação a isso?

Esses comportamentos não se restringem apenas à Rússia. A China também está sinalizando sua intenção estratégica de ampliar sua influência política e econômica por meio de sua Iniciativa do Cinturão e Rota, na qual Pequim (Beijing) emprega práticas comerciais tributárias para exercer influência sobre aqueles que possam ser beneficiários de seus investimentos[5]. Essa iniciativa se estende até a Europa e — chegando bem perto dos EUA — até a América Central. O desenvolvimento, investimento e presumível anexação, por parte da China, de ilhas artificiais — patrulhadas por frotas de pesca "ocultas" que servem como uma marinha privada de fato, enquanto disfarçam suas verdadeiras intenções — são uma tentativa levemente velada de estender suas águas nacionais no Mar do Sul da China[6]. Ela não para por aí. A China continua a roubar, sem o menor constrangimento, a tecnologia comercial e militar dos EUA e de seus aliados, expandindo uma lista já longa de atividades duvidosas para exercer e reforçar a sua influência mundial, com consequências calculadas.

(Foto de David McNally, Shutterstock-Exército dos EUA)

O crescimento econômico sem precedentes da China ao longo dos últimos 30 anos permitiu sua expansão. Ela se beneficiou de uma taxa média de crescimento anual do produto interno bruto (PIB) de 9,46% em 30 anos, a qual, em seu ponto mais baixo, no quarto trimestre de 1990, ainda era de 3,80%[7]. Esse é, sem dúvida, um crescimento econômico vigoroso e sem precedentes! Para fins de comparação, os EUA estão prosperando, atualmente, com uma taxa de crescimento do PIB de 2,3%[8]. Foi isso que elevou a China à condição de uma das maiores economias do mundo em apenas 20 a 30 anos. A China provavelmente ultrapassará a Rússia nos próximos cinco a dez anos como principal concorrente militar dos EUA. De fato, a China declarou, publicamente, sua intenção de ser uma superpotência global até 2049, e os analistas creem que ela esteja bem adiantada em sua busca do "grande rejuvenescimento da nação chinesa"[9].

Uma preocupação que só fica atrás da expansão global e rápido avanço tecnológico da Rússia e da China consiste na aquisição de capacidades sofisticadas por parte de atores malignos, como o Irã e a Coreia do Norte, que ameaçam, cada vez mais, utilizá-las contra os EUA e seus aliados. Vale considerar os incidentes de 14 Set 2019, quando um grupo de veículos aéreos não tripulados (VANT) — de procedência inicialmente desconhecida, sem aviso prévio e de modo dúbio — executou um ataque cinético contra as instalações petrolíferas do Reino da Arábia Saudita, que se caracterizou como um dos maiores efetuados contra a indústria de combustíveis fósseis da história daquele país. Embora rebeldes iemenitas houthis apoiados pelo Irã tenham se responsabilizado a princípio, não está claro se eles o iniciaram ou se, na verdade, ele foi originado por seus patrocinadores iranianos. Ainda assim, a comunidade internacional continua a questionar e debater até hoje se e até que ponto o Irã teve um papel nele[10]. Treze semanas após esse ataque sorrateiro, os iranianos organizaram o das Forças de Mobilização Popular contra a embaixada dos EUA em Bagdá, no Iraque. Dentro de uma semana, o General Qasem Soleimani, infame Comandante da Força de Elite Quds, do Irã, foi morto em um ataque executado pelos EUA, sobre o qual o Secretário de Defesa Mark Esper observou posteriormente: "O jogo mudou"[11].

O Jogo Mudou

De fato, o jogo mudou. Na verdade, o mundo mudou e continua a mudar com um ritmo cada vez mais acelerado. Esta é uma nova era de competição entre grandes potências. Se não houver nenhuma mudança, adversários capazes e motivados alcançarão, em poucos anos, paridade com a força militar dos EUA. Além disso, em algumas áreas, eles poderão até mesmo superar as atuais capacidades norte-americanas. Os EUA se veem diante de desafios significativos e, conforme observado, recentemente, pelo General James McConville, 40º Chefe do Estado-Maior do Exército dos EUA [equivalente ao Comandante do Exército, no Brasil — N. do T], a "competição entre grandes potências não significa, necessariamente, que haja um conflito entre grandes potências, mas pode vir a ser o caso, se não tivermos forças armadas poderosas"[12]. E ele está certo. Após estar envolvido em operações de contrainsurgência durante quase duas décadas, o Exército dos EUA hoje enfrenta o enorme desafio de ter de se reorientar e modernizar para o combate em larga escala e, o que é igualmente importante, de se preparar para a competição antes do nível de conflito. Por isso, os EUA devem se modernizar. Para isso, deve haver um entendimento comum da visão do Secretário e do Chefe do Estado-Maior do Exército. Além disso, deve haver um entendimento comum e a aplicação da liderança ao esforço de modernização.

Entretanto, como é que se moderniza um Exército? Aqueles que vestem a farda atualmente têm pouca experiência nesse tipo de esforço em uma escala institucional. Ao contrário, os EUA desfrutaram do luxo de ter um Exército que não teve de se modernizar radicalmente em mais de 40 anos, com exceção de avanços graduais em tecnologias avançadas. O incontestado diferencial de poder após a Guerra Fria produziu uma geração de líderes capazes de se concentrar na tarefa à mão — dissuasão e contrainsurgência —, mas que perderam a memória "motora" necessária para uma modernização institucional em larga escala. Assim, do mesmo modo que qualquer bom aluno de história, é preciso buscar lições paralelas do passado como um guia para contornar os problemas previstos para o futuro. Felizmente, existem exemplos históricos que não são tão diferentes da situação atual.

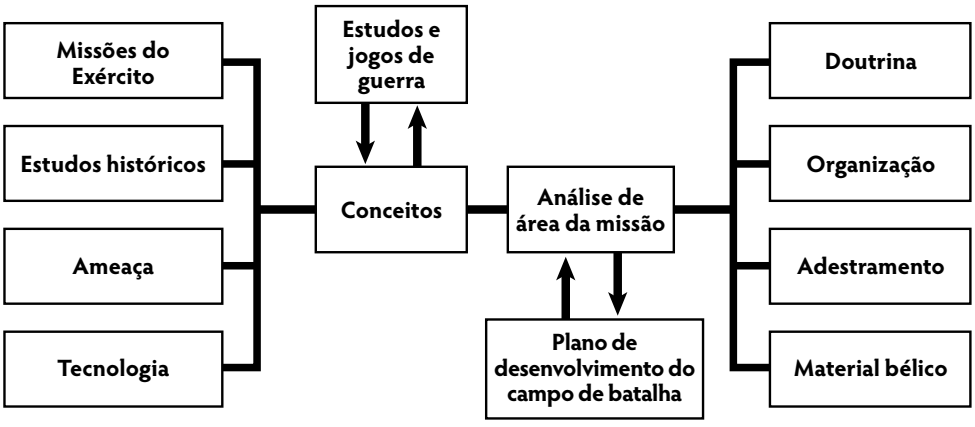
A era pós-Vietnã serve como um período em que o Exército dos EUA demonstrou as atividades de uma modernização institucional radical. No final dos anos 70, a União Soviética ameaçava ultrapassar os EUA, com enormes investimentos em suas forças convencionais no Leste Europeu, enquanto estes últimos estavam empenhados no combate contra uma insurgência no Sudeste Asiático. Depois da guerra, os EUA se viram consumidos pelo ódio partidário e politicamente esgotados com os gastos de defesa. Hoje, o aumento dos gastos militares da Rússia e da China, a pressão no sentido de reduzir os gastos de defesa dos EUA, a polarização política em Washington, o fato de a nação estar cansada da guerra e um Exército que reflete duas décadas de combate representam, todos eles, semelhanças reconhecíveis em relação ao ambiente e desafios que o país enfrentou naquela época.

Durante os anos 70 e 80, o General Donn A. Starry, segundo Comandante do Comando de Instrução e Doutrina (*Training and Doctrine Command — TRADOC*) do Exército dos EUA, enfrentou desafios e uma dinâmica institucional semelhantes aos que

O Gen Div Eric J. Wesley, do Exército dos EUA, é o Diretor do Futures and Concepts Center, U.S. Army Futures Command, organização responsável pela formulação do atual conceito operativo da Força, *The U.S. Army in Multi-Domain Operations 2028*. É mestre em Segurança Nacional e Estudos Estratégicos pelo National War College e em Relações Internacionais pela Troy State University. Serviu, anteriormente, como Comandante do Centro de Excelência de Manobra do Exército dos EUA, no Forte Benning, Geórgia. O General Wesley também serviu, durante dois anos, no Conselho de Segurança Nacional, na Casa Branca, como Diretor da Política Afeganistão-Paquistão, e no Afeganistão, onde foi Diretor de Planos Futuros para a Força Internacional de Assistência à Segurança, Comando Conjunto.

O *Chief Warrant Officer 5* Jon M. Bates, do Exército dos EUA, é o Vice-Chefe do Grupo de Iniciativas Estratégicas, no Futures and Concepts Center, U.S. Army Futures Command. É bacharel em História pela University of Maryland United Colleges e mestre em Administração de Empresas pela Grantham University. O *CW5* Bates é oficial técnico de material bélico, tendo servido em diversas missões de combate e participado do Grupo de Estudos Estratégicos do Chefe do Estado-Maior do Exército dos EUA.

vivemos hoje. Os esforços de sua geração de líderes resultaram no conceito de Batalha Ar-Terra e marcaram o início de uma modernização radical de toda a instituição. Com efeito, o atual "DNA" da estrutura organizacional, capacidades em material bélico, doutrina e cultura do Exército dos EUA remonta a esse período. No entanto, diferentemente daquela época, o Exército hoje enfrenta não apenas uma, mas duas ameaças, que requerem entendimento e liderança para se desenvolver e executar uma estratégia transformadora de modernização.



(Figura cedida por Brownlee e Mullen, *Changing an Army: An Oral History of General William E. DePuy, USA Retired*)

Figura 1. Sistema de Requisitos Baseados em Conceito

Estrutura de Modernização e Elaboração de um Novo Conceito Operativo

Em 1973, o General Creighton Abrams, Chefe do Estado-Maior do Exército, determinou que o então Gen Bda Starry, que era o Chefe de Blindados na época, fosse a Israel e estudasse a Guerra do Yom Kippur entre aquele país e Estados árabes, equipados pelos soviéticos (Egito e Síria). O General Abrams incumbiu o General Starry de voltar com um resumo das principais lições da guerra, a fim de entender o que os EUA teriam de enfrentar e examinar o impacto dessas lições sobre as táticas, doutrina, treinamento e desenvolvimento de material bélico do Exército dos EUA. Seus resultados foram publicados no que se tornou conhecido como "Estudo de Starry", que detalhava a abordagem que os países satélites da União Soviética estavam utilizando, bem como problemas específicos que os EUA precisavam resolver[13]. A primeira solução criada pelo TRADOC em resposta ao seu trabalho foi um conceito denominado "Defesa Ativa".

Ao servir, mais tarde, como Comandante do V Corpo de Exército na Europa, o General Starry conduziu exercícios, jogos de guerra e análises do conceito de Defesa Ativa do Exército e determinou que ele não era suficiente para a quantidade e o escalonamento da artilharia e dos blindados existentes nas forças soviéticas que o Exército dos EUA teria de enfrentar no Leste Europeu. O General Starry foi, posteriormente, selecionado para ser o Comandante do TRADOC. Munido com as lições aprendidas na Europa e auxiliado por um grupo excepcional dos mais brilhantes pensadores e escritores do Exército, desenvolveu e publicou um novo conceito, a Batalha Ar-Terra, em 1981[14]. A Batalha Ar-Terra se tornou o documento fundamental para impelir o Exército para o futuro. Durante os anos seguintes no TRADOC, o General Starry continuou a desenvolver e aprimorar o Plano de Desenvolvimento do Campo de Batalha (*Battlefield Development Plan — BDP*), que proporcionou o rigor e as tarefas específicas da modernização ao longo do tempo. Assim, o Exército dos anos 80 foi capaz de desenvolver e integrar, progressivamente, os sistemas de armas conhecidos como "Big 5", publicar a Batalha Ar-Terra como sua doutrina, mudar o sistema de ensino profissional militar, aprimorar seu paradigma de treinamento e ajustar processos de gestão de pessoal, para citar apenas algumas mudanças — alterando, para sempre, o "DNA" do Exército dos EUA[15].

Em resumo, o General Starry avaliou um futuro ambiente operacional previsto (ameaça), elaborou uma descrição de como o Exército deveria combater para enfrentá-la (conceito), analisou os requisitos de capacidades e formulou uma estratégia para modernizar o Exército (estratégia de modernização). O General Starry denominou isso de "Sistema de Requisitos Baseados em Conceito" (veja a figura 1)[16].

Não coincidentemente, uma das primeiras atividades realizadas pelo recém-criado AFC após sua ativação foi codificar sua abordagem em relação à modernização.

O General John (Mike) Murray, primeiro Comandante do AFC, validou a "Estrutura de Modernização do Exército" — o modelo que direciona a atividade militar dos EUA atualmente (veja a figura 2).

O Futuro Ambiente Operacional: o Fundamento

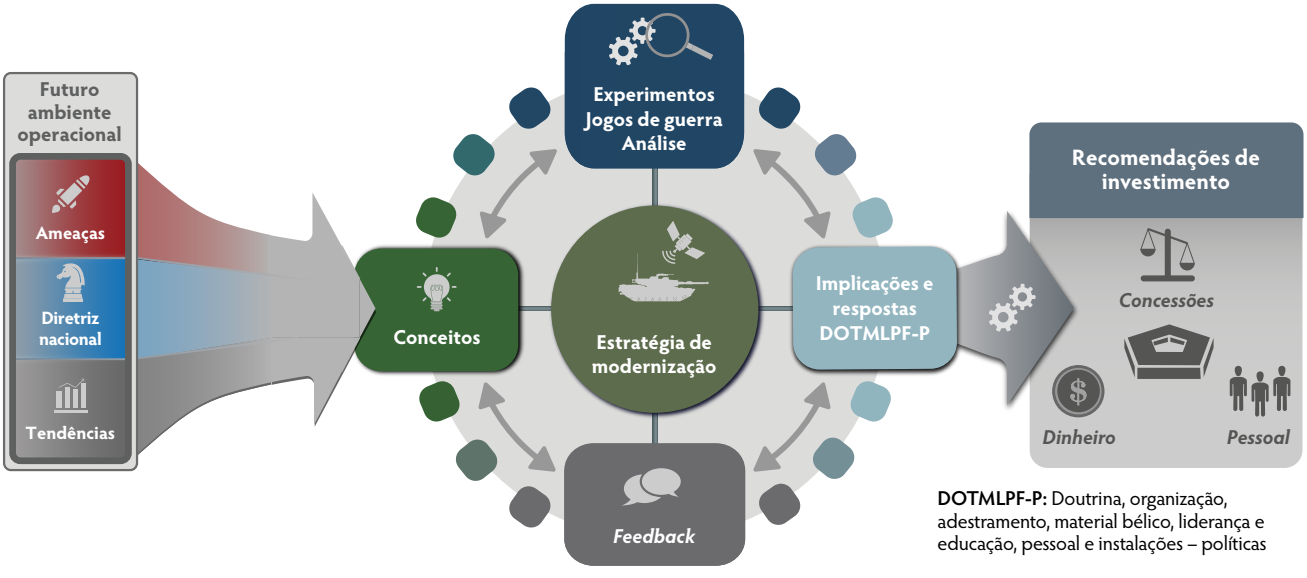
Como no caso de qualquer esforço de estudo, tivemos de começar com o ambiente. Como a maioria de vocês sabe, nos últimos anos, a União Soviética aumentou, significativamente, sua capacidade de combate. Nossa inferioridade numérica está em evidência há algum tempo. Um agressivo programa de pesquisa e desenvolvimento soviético já reduziu a vantagem qualitativa que tínhamos antes. Os soviéticos estão equiparados ou à nossa frente em termos da qualidade da maioria dos sistemas de combate terrestre implementados.

—General Donn A. Starry, setembro de 1980[17]

O futuro ambiente operacional (*future operational environment — FOE*) é uma combinação das condições, circunstâncias e influências previstas que afetam a elaboração de conceitos e capacidades e são relevantes para as decisões de nossos líderes[18]. O FOE inclui análises de tendências socioeconômicas e tecnológicas; ameaças/adversários correntes e previstos; e as estratégias nacionais existentes que guiam as operações do Exército.

Da mesma forma que a introdução de velozes carros de combate e viaturas blindadas levou à substituição dos cavalos como principal meio de mobilidade e assalto no campo de batalha, é preciso reconhecer que avanços tecnológicos estão produzindo uma mudança fundamental da forma pela qual as guerras serão conduzidas no futuro. À medida que novas tecnologias forem surgindo e suas aplicações militares forem se tornando mais claras, seu impacto fará, inevitavelmente, com que os campos de batalha sejam diferentes de tudo o que foi visto antes. Portanto, é essencial que haja um reconhecimento institucional por todo o Exército de que novas tecnologias estão moldando os futuros conflitos de uma forma que requer criatividade e pesquisa aprofundada para visualizar. Entretanto, não se trata apenas de tecnologia.

Para mudar um Exército, é preciso começar de modo mais amplo, com a ameaça corrente. Tal ameaça fornece ao Exército um arquétipo contra o qual ele pode formular soluções. Ela representa a referência para identificar quais são os problemas e o que deve ser corrigido. Em contrapartida, nos últimos 30 anos — desde o final da Guerra Fria — o Exército dos EUA foi baseado em capacidades. No entanto, hoje enfrentamos não apenas uma, mas duas ameaças: uma Rússia revanchista e uma China revisionista. A Rússia já mostrou sua capacidade expedicionária, conforme demonstrada por suas operações na Ucrânia e na Síria. A China continua a aumentar suas capacidades e alcance militares



(Figura de Bates, Krueger e Fliesen)

Figura 2. Estrutura de Modernização do Exército

com um ritmo cada vez mais acelerado. Além disso, diferentemente dos EUA, tanto a Rússia quanto a China perseguem suas ambições globais por meio de esforços coordenados da nação como um todo, sem fazer distinções legalistas entre governo e empresa privada, ou guerra e paz, no que eles já declaram publicamente ser um conflito global com os EUA. Portanto, o "comportamento" dessas ameaças se torna igualmente importante.

Conceitos: a Visão

Um conceito é uma ideia, um pensamento, uma noção geral. Em seu sentido mais amplo, um conceito descreve o que deve ser feito; em seu sentido mais específico, pode ser utilizado para descrever como algo é feito. Também deve ser dinâmico, mudando conforme as percepções e as circunstâncias mudam.

—General Donn A. Starry, fevereiro de 1979[21]

> O estudo determinou que as atuais capacidades e doutrina de combate do Exército dos EUA eram inadequadas para derrotar uma Rússia ressurgente em um grande conflito.

À semelhança da diretriz dada pelo General Abrams ao General Starry de estudar a Guerra do Yom Kippur, o então Comandante do TRADOC, General David Perkins, incumbiu uma equipe de estudar o que estava sendo denominado "Guerra de Nova Geração russa" (*Russian New Generation Warfare* — *RNGW*). Sob a direção do Chefe de Infantaria, General Peter Jones, o estudo da RNGW elaborado em 2016 buscou analisar como as forças russas e seus aliados (*proxies*) empregam tecnologias disruptivas na condução da guerra moderna, identificar capacidades russas aprimoradas e suas implicações para o Exército dos EUA e recomendar ações que a Força deveria tomar para ultrapassar as capacidades da Rússia[19]. A equipe de estudo da RNGW visitou vários países europeus, realizou mais de 90 entrevistas e analisou mais de 700 relatórios. O estudo determinou que as atuais capacidades e doutrina de combate do Exército dos EUA eram inadequadas para derrotar uma Rússia ressurgente em um grande conflito e que "a menos que o Exército se adapte às novas realidades do campo de batalha moderno, as futuras forças conjuntas dos EUA poderão enfrentar a derrota operacional e tática na guerra"[20]. Ele e outros estudos semelhantes reforçam a análise contínua de ameaças e tendências socioeconômicas/tecnológicas, oferecendo uma representação mais clara do FOE. Isso forneceu aos comandantes do Exército o "sinal de demanda" necessário, servindo como ponto de partida para a concepção de uma nova forma de guerra: um novo conceito operativo denominado operações em múltiplos domínios (*multi-domain operations* — *MDO*).

Não é necessário, provavelmente, aprimorar a descrição do General Starry sobre o que é um *conceito*. Para reiterar, porém, ele "descreve o que deve ser feito" que os EUA ainda não podem fazer hoje. Um conceito operativo consiste em uma análise e descrição de como os EUA devem combater com base nas mudanças esperadas no caráter da guerra[22]. Algo essencial em um bom conceito é que ele deve resolver os problemas fundamentais que as ameaças representam atualmente e no futuro — aqueles esforços que sejam inviáveis hoje. E para que seja digno de iniciar uma mudança, deve ser um objetivo final ambicioso, que moldará o desenvolvimento das capacidades e ajudará a levar a força atual para o futuro — e não apenas uma descrição dos programas existentes.

O Panfleto 525-3-1, *O Exército dos EUA nas Operações em Múltiplos Domínios 2028* (TP 525-3-1, *The U.S. Army in Multi-Domain Operations 2028*), do TRADOC, conhecido simplesmente como "Conceito de MDO", é o conceito operativo do Exército dos EUA[23]. Foi elaborado, em parte, em resposta ao estudo sobre a RNGW, mas também incorporou uma infinidade de dados da comunidade de inteligência e da experimentação. Começa com uma descrição do FOE e uma avaliação das implicações da *Estratégia Nacional de Defesa*[24]. Em seguida, examina as implicações militares das tendências socioeconômicas e tecnológicas e avalia as ameaças que os potenciais adversários dos EUA representam para o futuro ambiente de segurança. O que é importante, a análise do FOE das MDO, apoiada pelas conclusões do estudo sobre a RNGW, postula que a Rússia e a China são diferentes; contudo,

são suficientemente semelhantes para servir de base para a elaboração de um conceito unificado. A Rússia (a ameaça corrente dos EUA) e a China (uma ameaça emergente bem mais perigosa) apresentam três desafios comuns para os interesses norte-americanos. Primeiro, ambos os países desafiam os EUA e seus aliados em todos os domínios: terrestre, marítimo, aéreo, espacial e cibernético. Segundo, eles criam vários níveis de impasse físico e político, destinados a criar uma separação entre a força conjunta e os parceiros e aliados dos EUA e entre o povo norte-americano. Terceiro, eles exploram o espaço de competição para alcançar objetivos operacionais e estratégicos sem ultrapassar o limiar de um conflito armado com os EUA. O resultado de cada um desses problemas é uma diluição da dissuasão e, se não houver nenhuma mudança, a influência global dos EUA diminuirá e a ordem internacional e estabilidade global sofrerão.

O conceito de MDO busca resolver esses problemas, gerando uma capacidade maior de dissuasão. Descreve como as "forças do Exército, como um componente da Força Conjunta, conduzem as Operações em Múltiplos Domínios para prevalecerem na competição; quando necessário, as forças do Exército penetram e desintegram os sistemas antiacesso e de negação de área do inimigo e exploram a resultante liberdade de manobra para alcançar objetivos estratégicos (vencer) e forçar um retorno à competição em termos favoráveis"[25].

Atualmente, o Exército não é capaz de executar muitas das tarefas descritas no conceito de MDO. Ainda assim, para cumprir a missão, o Exército *precisa* executá-las. Dessa forma, o conceito cria o objetivo final necessário ao proporcionar o ponto de visada para alinhar e moldar o desenvolvimento de capacidades correspondente. É por isso que o conceito de MDO é tão importante, não apenas para o AFC, mas para toda a instituição.

No entanto, um conceito, por si só, é insuficiente. Ele deve ser acompanhado de algo para transformar as ideias em ação. Caso contrário, se deixado por conta própria, ele será visto apenas como um relatório técnico, sem grande efeito. Embora um conceito forneça a descrição (ou retrato) do futuro, o Exército ainda precisa de uma diretriz estratégica específica: um documento que integre todas as partes da organização e alinhe os recursos às prioridades. Deve haver uma estratégia de modernização concomitante.

Um Caminho para o Futuro: a Estratégia de Modernização

O Plano de Desenvolvimento do Campo de Batalha (ou BDP), publicado pela primeira vez em novembro de 1978, foi concebido para ser utilizado como um roteiro para o futuro. Ele define prioridades e questões que requerem a atenção do Exército. O BDP se baseia em uma avaliação de programas selecionados de prontidão da força no curto prazo e de modernização da força no médio prazo. Relaciona os requisitos necessários para o aprimoramento dos programas. Uma avaliação da prontidão para o combate, modernização da força, pessoal, sistemas de armas, combinações de forças, tecnologia, treinamento e capacidades de produção dos EUA e da União Soviética também consta do BDP. Os efeitos da tecnologia sobre o Exército dos anos 80 são descritos, assim como problemas de treinamento, aquisição de pessoal e custos crescentes.

—General Donn A. Starry, setembro de 1980[26]

No início dos anos 80, o TRADOC elaborou, testou e aprimorou um "roteiro para o futuro", que o General Starry denominou "Plano de Desenvolvimento do Campo de Batalha" (ou BDP, conforme indicado anteriormente). Inicialmente, o BDP foi um produto do setor de inteligência (G-2) do Exército, compilado anualmente, que direcionou os esforços de modernização da Força em resposta à ameaça soviética. Quando a Guerra Fria entre os EUA e a União Soviética terminou, o mesmo ocorreu em relação à utilidade do BDP, levando à sua descontinuação. Hoje, o Centro de Futuros e Conceitos do AFC revitalizou o BDP, a fim de examinar se o atual conceito operativo — operações em múltiplos domínios — está à altura das ameaças representadas pelos previstos adversários com poder de combate quase equiparado. O BDP examina como o Exército dos EUA, como parte da força conjunta, executa as MDO para dissuadir ou, quando a dissuasão falhar, para derrotar uma ameaça com poder de combate quase equiparado ou outro adversário. Trata-se de um exame e análise das capacidades, sistemas e estrutura de força previstos do Exército dos EUA, empregados contra seus adversários em cenários específicos, servindo como uma estimativa corrente para servir de base para decisões sobre programas e investimento, rumo a uma força capaz de MDO.

O BDP representa o rigor intelectual e analítico essencial para uma estratégia de modernização,

O 11º Regimento de Cavalaria Blindado e o Escritório de Gestão de Sistemas de Ameaças enviaram um enxame de 40 *drones* para a cidade durante a batalha de Razish, no Centro Nacional de Treinamento, Forte Irwin, Califórnia, 8 Mai 2019. O uso de VANT é apenas um exemplo das diversas ameaças tecnologicamente avançadas que as forças dos EUA poderão enfrentar no ambiente operacional moderno. (Foto do Sd James Newsome, Exército dos EUA)

empregando princípios descritos no conceito de MDO. Valendo-se dessa base, a estratégia de modernização descreve os fins, métodos e meios para realizar a visão do futuro Exército. Define uma visão para a Força, estipula princípios centrais para mostrar o caminho a seguir, identifica prioridades e descreve os principais marcos e objetivos, estabelecendo o curso em direção ao futuro. Para ser eficaz, uma estratégia de modernização precisa obter o apoio da liderança civil e conjunta, bem como priorizar e sincronizar recursos limitados, a fim de proporcionar continuidade de visão e guiar as ações em várias esferas de alocação de recursos.

A modernização envolve mais do que apenas novo material bélico — precisa abordar a doutrina, organização, adestramento, material bélico, desenvolvimento e formação de líderes, pessoal, instalações e políticas (DOTMLPF-P, na sigla em inglês) para operacionalizar a visão do conceito [A título de comparação, veja os fatores DOAMEPI, no Exército Brasileiro, que correspondem a doutrina, organização, adestramento, material, educação, pessoal e infraestrutura — N. do T.]. Ao contrário de estratégias de modernização anteriores, que se concentraram principalmente no material bélico, a "Estratégia de Modernização do Exército" (*Army Modernization Strategy — AMS*) de 2019 é holística. Ela orienta quem somos, como e com o que combatemos, guiando, sincronizando e integrando as mudanças necessárias nos elementos DOTMLPF-P ao longo do tempo, enquanto mantém a continuidade das prioridades[27].

A AMS de 2019 se concentra na formulação da *doutrina* para operacionalizar o conceito de MDO de modo correspondente à maturidade de capacidade e dependente de um programa de aprendizado e experimentação deliberados. Ela exige que as concepções de força sejam revisadas e atualizadas para que novas *organizações* do Exército — no curto prazo, forças-tarefas de múltiplos domínios e brigadas de assistência a forças de segurança — atendam aos requisitos das tarefas de múltiplos domínios. Além disso, requer que o Exército continue a testar, experimentar e desenvolver novas formações e escalões, que não existem atualmente. A AMS demanda uma mudança completa de paradigma no *adestramento*. Para as MDO, o adestramento deve ser árduo e realista em todos os escalões, refletindo ambientes de múltiplos domínios extremamente disputados. Na década de 80, a Batalha Ar-Terra exigiu maiores áreas de treinamento para possibilitar o combate "em profundidade" simultaneamente com o "aproximado". Isso levou à criação dos centros de treinamento de combate que temos hoje. Novas capacidades, como ambientes de treinamentos e testes cibernéticos e sintéticos — sejam ao vivo, virtuais, construtivos ou

simulados — refletirão a natureza global das MDO e possibilitarão o treinamento especializado e coletivo em escalão, desde a base de origem.

A maioria das pessoas deve se lembrar dos sistemas "Big 5" característicos da doutrina Batalha Ar-Terra. A AMS de 2019 requer novas iniciativas de desenvolvimento de *material bélico* para possibilitar as MDO e gerar uma letalidade sem paralelo contra adversários com poder de combate equiparado por meio do aproveitamento de soluções desenvolvidas por equipes multifuncionais em apoio às prioridades de modernização do Exército (ou seja, fogos de precisão de longo alcance, viatura de combate da próxima geração, helicópteros "Future Vertical Lift", rede do Exército, defesa antiaérea e antimísseis e letalidade do soldado). Para utilizar, com eficácia, capacidades novas e aprimoradas, os futuros comandantes devem ser capazes de pensar, acessar e empregar ferramentas em todos os domínios, com um olhar atento a oportunidades para possibilitar seu êxito em um combate futuro. Portanto, *o desenvolvimento e formação de líderes* forjarão indivíduos capazes de produzir resultados em meio às complexidades da sinergia entre domínios e comando de missão. O Exército formará líderes capazes de *confiar*, com segurança, que seus subordinados tomem decisões quando estiverem sem contato com o comandante imediato; que aceitam *riscos* para fortalecer a capacidade dos soldados para aproveitar oportunidades fugazes; e que incutem, nos soldados, a base ética para agir, quando não houver ordens, da melhor forma para cumprir a missão. Para isso, o Exército maximizará o potencial humano de seu *pessoal* por meio da modernização de seus sistemas e políticas, conforme refletido nas iniciativas de gestão de talentos do século XXI do General McConville (por exemplo, Processo de Alinhamento de Talentos e Programa de Avaliação de Comandante de Batalhão). As *instalações* serão projetadas e/ou modificadas para apoiar os novos requisitos de adestramento, material bélico e organizações. Por fim, buscaremos mudanças nas *políticas* para capacitar, cada vez mais, o Exército e a Força Conjunta em geral na competição e tirar proveito dos domínios espacial e cibernético.

Liderança Unificada

Embora eu tenha iniciado o BDP com a ideia de que ele proporcionaria uma forma de definir nossa estratégia de desenvolvimento de combate, ele adquiriu uma aplicabilidade mais ampla. Além de definir o curso para os esforços de desenvolvimento, ele também pode estabelecer uma estratégia de treinamento e uma estratégia para sustentar o Exército. Entretanto, para que ele seja útil como uma estratégia do Exército para o futuro, deve ser decidido e acordado por seus líderes hoje.

—General Donn A. Starry, abril de 1979[28]

Para obter mais informações sobre a guerra de nova geração russa, a *Military Review* recomenda "Russian New Generation Warfare: Unclassified Summary of the U.S. Army Training and Doctrine Command Russian New Generation Warfare Study" ("Guerra de Nova Geração Russa: Resumo Não Classificado do Estudo sobre Guerra de Nova Geração Russa do Comando de Instrução e Doutrina do Exército dos EUA", em tradução livre), de 2016, encomendado pelo então Comandante do TRADOC, General David Perkins, para "analisar como as forças russas e seus aliados (*proxies*) empregam tecnologias disruptivas na condução da guerra moderna, identificar capacidades russas aprimoradas e suas implicações para o Exército dos EUA e recomendar ações que o Exército deve tomar para ultrapassar as capacidades da Rússia". Para acessar o relatório, visite https://www.armyupress.army.mil/Portals/7/online-publications/documents/RNGW-Unclassified-Summary-Report.pdf.

O Exército tem de equilibrar, constantemente, as demandas operacionais com suas necessidades concorrentes de prontidão no curto prazo e modernização no longo prazo. Muitas vezes, as demandas operacionais e a prontidão consomem, compreensivelmente, a maior parte da atenção das organizações responsáveis pela modernização, resultando

em mudanças graduais apenas. Após a Guerra do Vietnã, a liderança do Exército dos EUA reconheceu que tinha, com efeito, um problema de alcance de controle que impedia sua capacidade para priorizar a modernização. Durante anos, coube ao Comando do Exército Continental (*Continental Army Command — CONARC*) a responsabilidade de modernizar suas forças e de administrar, efetivamente, o Exército dentro dos EUA, mas a quantidade de suas atribuições cresceu muito, e o comando ficou paralisado por políticas e processos burocráticos. O Exército decidiu que a solução seria reorganizar o CONARC, dividindo-o em dois novos comandos, a serem comandados por generais de exército — o TRADOC e o Comando de Forças (*Forces Command — FORSCOM*); o primeiro administraria o desenvolvimento institucional e o segundo, a prontidão no curto prazo[29].

Atualmente, o Exército dos EUA compreende mais de um milhão de soldados e continua crescendo; mais de 195 mil funcionários civis e uma infinidade de funções de apoio preenchidas por terceirizados. Conta com um orçamento de US$ 182 bilhões e está conduzindo, ativamente, uma variedade de operações em mais de 140 países[30]. Até recentemente, as responsabilidades de modernização eram divididas entre a sede do Departamento do Exército; o TRADOC; o FORSCOM; e o Comando de Material Bélico do Exército (*Army Materiel Command — AMC*), cada um com atribuições a serem coordenadas com seus homólogos no nível do departamento, para guarnecer, aprestar, treinar e equipar a enorme organização do Exército. Para gerar a unidade de esforços e reduzir a crescente burocracia, o Exército dos EUA estabeleceu, em maio de 2018, o AFC, uma única organização responsável por descrever o futuro ambiente operacional, desenvolver conceitos e futuras concepções de força e apoiar – em colaboração com o subsecretário do Exército para aquisição, logística e tecnologia — a produção de soluções de modernização.

O AFC é um componente líder na Iniciativa de Modernização do Exército (*Army Modernization Enterprise — AME*). Está modernizando os processos de desenvolvimento de requisitos para se adaptar às novas realidades da guerra no século XXI. Além de realinhar as organizações com os principais papéis de modernização sob um único comando, o AFC está experimentando novos conceitos organizacionais, como equipes multifuncionais concebidas para apoiar uma produção mais rápida de soluções relativas a materiais bélicos para as principais prioridades do Exército. Estabeleceu outras, também, para obter uma gama mais ampla de fontes de soluções não tradicionais. O comando orienta e sincroniza, simultaneamente, as atividades de modernização de curto prazo no âmbito de toda a AME por meio da Estratégia de Modernização do Exército. Para implementar e reger essa estratégia, o AFC também publica a diretriz anual de modernização (*annual modernization guidance — AMG*), uma ordem anual de missão pela finalidade, que coordena a AME para manter ou realocar esforços em relação às prioridades — como uma forma de manter os esforços de modernização do Exército rumo à futura força de MDO. Em apenas dois anos, o alto-comando do Exército e o AFC, em colaboração com os diversos componentes da Força, produziram uma avaliação do FOE; publicaram o conceito operativo; apresentaram a "Estratégia de Modernização do Exército" à instituição, fornecendo a base analítica necessária para avaliar decisões sobre riscos na busca de uma força modernizada futura; e demonstraram um célere desenvolvimento de material por meio de equipes multifuncionais. Com efeito, o alto-comando do Exército e o AFC produziram, sistematicamente, cada componente da Estrutura de Modernização do Exército e estão fornecendo unidade de esforços rumo a uma força de MDO.

Conclusão: Vencendo o Próximo Combate

Os estudos "Exército 86" introduziram conceitos e uma estrutura de força para utilizar melhor os equipamentos já em desenvolvimento. Se a executarmos corretamente, a estratégia de aquisição baseada em conceito guiará investimentos na base tecnológica atual que resultarão em materiais bélicos adequados ao conceito de como nosso Exército deve lutar nos anos 90.

—General Donn A. Starry, 30 Jan 1981[31]

Conforme observou, recentemente, o General McConville: "Não se trata de vencer a última luta, mas sim de estar pronto para vencer a próxima"[32]. O Exército se vê diante de janelas de tempo cada vez menores para que os comandantes mais antigos afetem decisões sobre recursos essenciais e mitiguem as capacidades que estão sendo desenvolvidas por nossos

adversários, muitas das quais já estão em operação. Atualmente, o alto-comando do Exército já está ponderando decisões organizacionais que afetarão a estrutura de força de 2024-2028 e decisões sobre programas para 2023-2027. Os EUA já estão no período de decidir como o país enfrentará o futuro. Independentemente de suas perspectivas sobre a probabilidade de um conflito com nações com poder de combate equiparado, os EUA devem reconhecer que, se não houver nenhuma mudança em sua capacidade para operar dentro do FOE, o país verá que sua capacidade de dissuasão operacional será diluída e, portanto, sua influência diminuirá gradualmente nos anos subsequentes. Se devidamente aplicada, a Estrutura de Modernização do Exército oferece um roteiro para sanar as deficiências norte-americanas, mas a estrutura em si não modernizará o Exército. A liderança é um fator importante, não apenas nos postos mais elevados no Pentágono, mas em todos os escalões e por toda a organização, bem como nas outras Forças Singulares. Todos os profissionais do Exército têm, agora, a obrigação de compreender e aplicar a visão unificada e de chegar ao futuro prontos para combater e vencer. Resta pouco espaço de manobra e, portanto, os EUA não podem hesitar, demorar ou desviar o foco. Caso contrário, o próximo grande conflito decerto derrubará muitas suposições arraigadas sobre o novo caráter da guerra, levando, na melhor das hipóteses, a um comprometimento da segurança e, na pior delas, ao derramamento de sangue.

A força do trabalho sobre divisão pesada e corpo de exército no estudo "Divisão 86", na minha opinião pelo menos, advém do fato de que nós nos empenhamos na formação de consenso no desenvolvimento dessas organizações. [...] Filosoficamente, é essencial que se faça isso. [...] [N]ão importa a qualidade da organização que se possa criar [...] — ela pode ser perfeita, mas, se você não buscar formar um pouco de consenso entre as pessoas que terão de escrever sobre ela, usá-la, empregá-la, desenvolvê-la e assim por diante, em seus mínimos detalhes, ela não vai chegar muito longe.

—General Donn A. Starry, 29 Jul 1981[33]

Referências

1. Michael Kofman, "Russian Performance in the Russo-Georgian War Revisited", War on the Rocks, 4 Sept. 2018, acesso em 3 mar. 2020, https://warontherocks.com/2018/09/russian-performance-in-the-russo-georgian-war-revisited/.

2. *Russian Military Power: Building a Military to Support Great Power Aspirations* (Washington, DC: Defense Intelligence Agency, 2017), acesso em 13 mar. 2020, https://www.dia.mil/Portals/27/Documents/News/Military%20Power%20Publications/Russia%20Military%20Power%20Report%202017.pdf?ver=2017-06-28-144235-937.

3. Emily Ferris, "The True Purpose of Russia's Zapad Military Exercises: Why Moscow Wanted to Send a Message to Minsk", *Foreign Affairs* (*site*), 4 Oct. 2017, acesso em 3 mar. 2020, https://www.foreignaffairs.com/articles/russia-fsu/2017-10-04/true-purpose-russias-zapad-military-exercises.

4. Steven Pifer, "The Battle for Azov: Round 1 Goes to Russia", *Order from Chaos* (*blog*), The Brookings Institution, 3 Dec. 2018, acesso em 3 mar. 2020, https://www.brookings.edu/blog/order-from-chaos/2018/12/03/the-battle-for-azov-round-1-goes-to-russia/.

5. Andrew Chatzky e James McBride, "China's Massive Belt and Road Initiative", Council on Foreign Relations, 28 Jan. 2020, acesso em 10 mar. 2020, https://www.cfr.org/backgrounder/chinas-massive-belt-and-road-initiative.

6. Simon Denyer, "How China's Fishermen are Fighting a Covert War in the South China Sea", *Washington Post* (*site*), 12 Apr. 2016, acesso em 13 mar. 2020, https://www.washingtonpost.com/world/asia_pacific/fishing-fleet-puts-china-on-collision-course-with-neighbors-in-south-china-sea/2016/04/12/8a6a9e3c-fff3-11e5-8bb1-f124a43f84dc_story.html.

7. "China GDP Annual Growth Rate", Trading Economics, acesso em 3 mar. 2020, https://tradingeconomics.com/china/gdp-growth-annual.

8. "United States GDP Annual Growth Rate", Trading Economics, acesso em 3 mar. 2020, https://tradingeconomics.com/united-states/gdp-growth-annual.

9. Graham Allison, "What Xi Jinping Wants", *The Atlantic* (*site*), 31 May 2017, acesso em 3 mar. 2020, https://www.theatlantic.com/international/archive/2017/05/what-china-wants/528561/.

10. Humeyra Pamuk, "Exclusive: U.S. Probe of Saudi Oil Attack Shows It Came from North—Report", Reuters, 19 Dec. 2019, acesso em 6 mar. 2020, https://www.reuters.com/article/us-saudi-aramco-attacks-iran-idUSKBN1YN299.

11. Wesley Morgan, "The Game Has Changed: Defense Secretary Warns of Preemptive Strikes on Iranian Group", Politico, 2 Jan. 2020, acesso em 3 mar. 2020, https://www.politico.com/news/2020/01/02/the-game-has-changed-defense-secretary-warns-of-preemptive-strikes-on-iranian-group-092668.

12. David Vergun, "Service Chiefs Discuss Current, Future

Challenges of Great Power Competition", Department of Defense News, 8 Dec. 2019, acesso em 3 mar. 2020, https://www.defense.gov/explore/story/Article/2034749/service-chiefs-discuss-current-future-challenges-of-great-power-competition/.

13. R. Z. Alessi-Friedlander, "Learning to Win While Fighting Outnumbered: General Donn A. Starry and the Challenge of Institutional Leadership during a Period of Reform and Modernization", *Military Review* (Online Exclusive, April 2017), acesso em 4 mar. 2020, https://www.armyupress.army.mil/Journals/Military-Review/Online-Exclusive/2017-Online-Exclusive-Articles/Learning-to-Win-While-Fighting-Outnumbered/. [A versão em português, intitulada "Aprendendo a Vencer em Condições de Inferioridade Numérica: O General Donn A. Starry e o Desafio de Liderança Institucional durante um Período de Reforma e Modernização", foi publicada na *Military Review*, edição brasileira, 1º trimestre 2019, https://www.armyupress.army.mil/Journals/Edicao-Brasileira/Arquivos/Primeiro-Trimestre-2019/Aprendendo-a-Vencer-em-Condicoes-de-Inferioridade-Numerica/— N. do T.]

14. John L. Romjue, "The Evolution of the AirLand Battle Concept", *Air University Review* 35, no. 4 (May-June 1984): p. 5.

15. O carro de combate *M1 Abrams*, a viatura de combate *Bradley*, o helicóptero de ataque *AH-64 Apache*, o helicóptero utilitário *UH-60 Black Hawk* e o sistema de mísseis de defesa antiaérea *Patriot* constituíram os sistemas de armas "Big 5".

16. Figura de Romie L. Brownlee e William J. Mullen III, Center for Military History Publication 70-23, *Changing an Army: An Oral History of General William E. DePuy, USA Retired* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 1988), p. 201.

17. Donn A. Starry, "Battlefield Development Plan, British Army Convention, Washington, D.C., 24 September 1980", in Lewis Sorley e Donn A. Starry, *Press On! Selected Works of General Donn A. Starry*, vol. 1 (Fort Leavenworth, KS: Combat Studies Institute Press, Sept. 2009), p. 195.

18. O ambiente operacional é, normalmente, considerado com base em dois modelos analíticos: DIME (fatores diplomático, informacional, militar e econômico), que é mais amplamente compreendido nas Forças Armadas e comunidade interagências; e PMESII-AT (fatores político, militar, econômico, social, informação, infraestrutura, ambiente físico e tempo), que é, primordialmente, um modelo do Departamento de Defesa.

19. Peter Jones et al., *Unclassified Summary of the U.S. Army Training and Doctrine Command [TRADOC] Russian New Generation Warfare Study* (Fort Eustis, VA: TRADOC, 2016).

20. Ibid.

21. Donn A. Starry, "Operational Concepts and Doctrine, TRADOC Commander's Notes no. 3, 20 Feb 1979", in Sorley e Starry, *Press On!*, 1:338.

22. Army Doctrine Publication 1-01, *Doctrine Primer* (Washington, DC: U.S. Government Publishing Office [GPO], Jul. 2019), 4-4. Cabe observar a distinção entre "operational concept" e "operating concept". O primeiro representa uma declaração fundamental que expressa como as forças do Exército conduzem operações atualmente (ou seja, operações terrestres unificadas), enquanto o segundo descreve como as futuras forças do Exército poderão operar (ou seja, operações em múltiplos domínios). Essa distinção direciona o desenvolvimento de futuros conceitos de força para lidar com futuros problemas militares e orientar o desenvolvimento de capacidades. Os conceitos de força implementados abordam problemas atuais com capacidades existentes ou prontamente disponíveis.

23. TRADOC Pamphlet (TP) 525-3-1, *The U.S. Army in Multi-Domain Operations 2028* (Fort Eustis, VA: TRADOC, 6 Dec. 2018). Cabe observar que o conceito de MDO estava sendo elaborado e publicado durante o estabelecimento do Army Futures Command e que, embora ele seja designado como um "Panfleto" do TRADOC, a propriedade acadêmica e intelectual associada ao documento é detida pelo Army Futures Command.

24. Department of Defense, *Summary of the National Defense Strategy of the United States of America: Sharpening the American Military's Competitive Edge* (Washington, DC: U.S. GPO, 2018), p. 2, acesso em 4 mar. 2020, https://dod.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/2018-National-Defense-Strategy-Summary.pdf.

25. TP 525-3-1, *The U.S. Army in Multi-Domain Operations 2028*, p. vii.

26. Donn A. Starry, "Battlefield Development Plan, British Army Convention", 1:194.

27. Ryan D. McCarthy, James C. McConville e Michael A. Grinston, "2019 Army Modernization Strategy" (Washington DC: Department of Defense, 2019), acesso em 3 mar. 2020, https://www.army.mil/e2/downloads/rv7/2019_army_modernization_strategy_final.pdf.

28. Donn A. Starry, "Battlefield Development Plan, Letter to General Frederick J. Kroesen, Army Vice Chief of Staff, 20 April 1979", in Sorley e Starry, *Press On!*, 1:180.

29. Brownlee e Mullen, *Changing an Army*, p. 177.

30. Assistant Secretary of the Army (Financial Management and Comptroller), *FY 2020 President's Budget Highlights* (Washington, DC: Office of the Assistant Secretary of the Army [Financial Management and Comptroller], Mar. 2019), acesso em 13 mar. 2020, https://www.asafm.army.mil/Portals/72/Documents/BudgetMaterial/2020/Roll%20Out/Overview%20and%20Highlights/Army%20FY%202020%20Budget%20Highlights.pdf.

31. Donn A. Starry, "Concept-Based Requirements Strategy, Message to Multiple Addressees, 30 January 1981", in Sorley e Starry, *Press On!*, 1:528.

32. Vergun, "Service Chiefs Discuss Current, Future Challenges of Great Power Competition".

33. Donn A. Starry, "Experiences as a Commander: TRADOC Oral History Interview Conducted by Dr. Henry O. Malone Jr., Mr. Richard P. Weinert Jr., and Mr. John L. Romjue 29 July 1981", in Sorley e Starry, *Press On!*, 2:1196–7.

ÍNDICE 2020

PARTE I - TÍTULOS

TÍTULO	PÁG.	TRIMESTRE
Arma Letal **Treinamento de Combate Corpo a Corpo e Habilidades Mentais para Assegurar a Superioridade no Combate a Curta Distância** Ten Cel (Res) Peter R. Jensen, Exército dos EUA Ten Cel Andy Riise, Exército dos EUA	41	4º
Autoridade Civil em Manbij, Síria, A **Usando as Atividades de Assuntos Civis para Implementar os Esforços de Estabilização em Ambientes Não Permissivos** Ten Cel Peter S. Brau, Exército dos EUA	3	1º
China Contemporânea **Conflito, e não Competição** Timothy L. Faulkner	54	1º
Combate nas Áreas Avançadas **Modernizando o Reconhecimento e Segurança no Exército dos EUA para Conflitos entre Grandes Potências** Maj Nathan Jennings, Exército dos EUA	69	3º
Como Vencer a Disputa pela Influência Ten Cel Wilson C. Blythe Jr., Exército dos EUA Ten Cel Luke T. Calhoun, Exército dos EUA	68	1º
Conselhos Práticos para Pensar Além do Nível Tático **O Processo de Seis Passos** Maj Patrick Naughton, Reserva do Exército dos EUA	79	1º
Consolidando Ganhos no Nordeste da Síria **Uma Abordagem do Governo como um Todo para Avaliar a Autoridade Civil** Ten Cel Peter Brau, Exército dos EUA	48	3º
Desenvolvendo a Prontidão para Confiar no Uso da Inteligência Artificial dentro das Equipes de Combate Capl (Maj) Marlon W. Brown, Exército dos EUA	36	2º
Dimensões Geoeconômicas das Empresas Militares e de Segurança Privadas da Rússia, As Maj Thomas D. Arnold, Exército dos EUA	53	2º

Estamos Perdendo Oportunidades para Desenvolver a Prontidão Permanente de Todos os Componentes nas Brigadas de Combate Ten Cel Nicholas Melin, Exército dos EUA	30	4º
Expansão Além do Pacífico **O Petróleo e a Criação de um Império Chinês nos Séculos XX e XXI** Cap Philip Murray, Exército dos EUA	26	1º
Guerra Sem Fim **A Gênese e Evolução do Narcotráfico no México** Ten Cel Marcelo Neival Hillesheim de Assumpção, Exército Brasileiro	14	1º
Guerras Brasílicas do Século XXI **Soluções Táticas nas Pequenas Frações** Maj Henrique de Oliveira Mendonça, Exército Brasileiro	15	2º
Identificando Janelas de Oportunidade na Ascensão da China **Problematização da Estratégia de Cem Anos da China rumo ao *Status* de Grande Potência** Axel Dessein	39	1º
Liderança Baseada na Empatia, A **Entendendo a Dimensão Humana** Capl (Maj) John McDougall, Exército dos EUA	46	2º
Liderança Durante as Operações de Combate em Larga Escala CC Jeremy Smith, Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA	2	3º
Ligando os Pontos **Desenvolvendo Líderes Capazes de Transformar Ameaças em Oportunidades** Ten Cel (Res) Richard A. McConnell, Exército dos EUA	59	3º
Mantenha o Foco no Objetivo Final **A Importância das Operações de Estabilização** Cel (Res) George F. Oliver, Exército dos EUA	51	4º
Motivando e Instruindo a Geração do Milênio *Sergeant Major* Kanessa Trent, Exército dos EUA	68	2º
Não um Mero Exercício Intelectual **Lições da Cooperação Institucional entre os Exércitos dos EUA e de Israel, 1973-1982** Maj Ethan Orwin, Exército dos EUA	21	3º
Para Mudar um Exército: Vencendo Amanhã Gen Div Eric J. Wesley, Exército dos EUA *CW5* Jon Bates, Exército dos EUA	66	4º

Prevenindo o Colapso 33 3º
Enfrentando a Fricção após o Primeiro Contato com o Inimigo no Centro Nacional de Treinamento
Ten Cel Brian P. Schoellhorn, Exército dos EUA

Produzindo Efeitos Além de Nossas Capacidades 14 4º
As Novas Táticas de Infantaria do 2º Regimento de Cavalaria
Ten Cel Timothy Wright, Exército dos EUA
Cap Victoria Hulm, Exército dos EUA
CSM Daniel Rose, Exército dos EUA

Resgatando a Essência das Operações de Informação na Guerra Convencional 2 4º
Ten Cel Carlos Eduardo de Matos Barboza, Exército Brasileiro
Maj Luís Henrique Vighi Teixeira, Exército Brasileiro

Restaurando a Ordem a Partir do Caos 79 2º
As Atividades de Assuntos Civis do Exército dos EUA
Maj Assad A. Raza, Exército dos EUA

Segundo sua Própria Lógica 25 2º
A Arte Operacional Russa na Campanha da Síria
Ten Cel Nicholas Sinclair, Exército dos EUA

Sombras de Guerra 3 2º
A Violência ao longo da Zona Desmilitarizada Coreana
Cap Michael Anderson, Exército dos EUA

Utilizando Historiadores do Exército na Força Operacional 78 3º
Cap Michael Loveland, Reserva do Exército dos EUA

Visitas Virtuais no Estudo de Batalhas e Campanhas Históricas 10 3º
Benefícios e Metodologia
Curtis S. King

PARTE II - AUTORES

AUTOR **PÁG.** **TRIMESTRE**

Anderson, Cap Michael, Exército dos EUA
Sombras de Guerra 3 2º
A Violência ao longo da Zona Desmilitarizada Coreana

Arnold, Maj Thomas D., Exército dos EUA
Dimensões Geoeconômicas das Empresas Militares e de Segurança Privadas da Rússia, As 53 2º

Assumpção, Ten Cel Marcelo Neival Hillesheim de, Exército Brasileiro
Guerra Sem Fim — 14 — 1º
A Gênese e Evolução do Narcotráfico no México

Barboza, Ten Cel Carlos Eduardo de Matos, Exército Brasileiro
Resgatando a Essência das Operações de Informação na Guerra Convencional — 2 — 4º

Bates, *CW5* Jon, Exército dos EUA
Para Mudar um Exército: Vencendo Amanhã — 66 — 4º

Blythe Jr., Ten Cel Wilson C., Exército dos EUA
Como Vencer a Disputa pela Influência — 68 — 1º

Brau, Ten Cel Peter S., Exército dos EUA
Autoridade Civil em Manbij, Síria, A — 3 — 1º
Usando as Atividades de Assuntos Civis para Implementar os Esforços de Estabilização em Ambientes Não Permissivos

Consolidando Ganhos no Nordeste da Síria — 48 — 3º
Uma Abordagem do Governo como um Todo para Avaliar a Autoridade Civil

Brown, Capl (Maj) Marlon W., Exército dos EUA
Desenvolvendo a Prontidão para Confiar no Uso da Inteligência Artificial dentro das Equipes de Combate — 36 — 2º

Calhoun, Ten Cel Luke T., Exército dos EUA
Como Vencer a Disputa pela Influência — 68 — 1º

Dessein, Axel
Identificando Janelas de Oportunidade na Ascensão da China — 39 — 1º
Problematização da Estratégia de Cem Anos da China rumo ao *Status* de Grande Potência

Faulkner, Timothy L.
China Contemporânea — 54 — 1º
Conflito, e não Competição

Hulm, Cap Victoria, Exército dos EUA
Produzindo Efeitos Além de Nossas Capacidades — 14 — 4º
As Novas Táticas de Infantaria do 2º Regimento de Cavalaria

Jennings, Maj Nathan, Exército dos EUA
Combate nas Áreas Avançadas — 69 — 3º
Modernizando o Reconhecimento e Segurança no Exército dos EUA para Conflitos entre Grandes Potências

Jensen, Ten Cel (Res) Peter R., Exército dos EUA
Arma Letal — 41 — 4º
Treinamento de Combate Corpo a Corpo e Habilidades Mentais para Assegurar a Superioridade no Combate a Curta Distância

King, Curtis S.
Visitas Virtuais no Estudo de Batalhas e Campanhas Históricas — 10 — 3º
Benefícios e Metodologia

Loveland, Cap Michael, Reserva do Exército dos EUA
Utilizando Historiadores do Exército na Força Operacional — 78 — 3º

McConnell, Ten Cel (Res) Richard A., Exército dos EUA
Ligando os Pontos — 59 — 3º
Desenvolvendo Líderes Capazes de Transformar Ameaças em Oportunidades

McDougall, Capl (Maj) John, Exército dos EUA
Liderança Baseada na Empatia, A — 46 — 2º
Entendendo a Dimensão Humana

Melin, Ten Cel Nicholas, Exército dos EUA
Estamos Perdendo Oportunidades para Desenvolver a Prontidão Permanente de Todos os Componentes nas Brigadas de Combate — 30 — 4º

Mendonça, Maj Henrique de Oliveira, Exército Brasileiro
Guerras Brasílicas do Século XXI — 15 — 2º
Soluções Táticas nas Pequenas Frações

Murray, Cap Philip, Exército dos EUA
Expansão Além do Pacífico — 26 — 1º
O Petróleo e a Criação de um Império Chinês nos Séculos XX e XXI

Naughton, Maj Patrick, Reserva do Exército dos EUA
Conselhos Práticos para Pensar Além do Nível Tático — 79 — 1º
O Processo de Seis Passos

Oliver, Cel (Res) George F., Exército dos EUA
Mantenha o Foco no Objetivo Final — 51 — 4º
A Importância das Operações de Estabilização

Orwin, Maj Ethan, Exército dos EUA
Não um Mero Exercício Intelectual — 21 — 3º
Lições da Cooperação Institucional entre os Exércitos dos EUA e de Israel, 1973-1982

Raza, Maj Assad A., Exército dos EUA
Restaurando a Ordem a Partir do Caos — 79 — 2º
As Atividades de Assuntos Civis do Exército dos EUA

Riise, Ten Cel Andy, Exército dos EUA
Arma Letal 41 4º
Treinamento de Combate Corpo a Corpo e Habilidades Mentais para Assegurar a Superioridade no Combate a Curta Distância

Rose, *CSM* Daniel, Exército dos EUA
Produzindo Efeitos Além de Nossas Capacidades 14 4º
As Novas Táticas de Infantaria do 2º Regimento de Cavalaria

Schoellhorn, Ten Cel Brian P., Exército dos EUA
Prevenindo o Colapso 33 3º
Enfrentando a Fricção após o Primeiro Contato com o Inimigo no Centro Nacional de Treinamento

Sinclair, Ten Cel Nicholas, Exército dos EUA
Segundo sua Própria Lógica 25 2º
A Arte Operacional Russa na Campanha da Síria

Smith, CC Jeremy, Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA
Liderança Durante as Operações de Combate em Larga Escala 2 3º

Teixeira, Maj Luís Henrique Vighi, Exército Brasileiro
Resgatando a Essência das Operações de Informação na Guerra Convencional 2 4º

Trent, *Sergeant Major* Kanessa, Exército dos EUA
Motivando e Instruindo a Geração do Milênio 68 2º

Wesley, Gen Div Eric J., Exército dos EUA
Para Mudar um Exército: Vencendo Amanhã 66 4º

Wright, Ten Cel Timothy, Exército dos EUA
Produzindo Efeitos Além de Nossas Capacidades 14 4º
As Novas Táticas de Infantaria do 2º Regimento de Cavalaria

PARTE III - ASSUNTOS

BRASIL

Guerra Sem Fim 14 1º
A Gênese e Evolução do Narcotráfico no México
Ten Cel Marcelo Neival Hillesheim de Assumpção, Exército Brasileiro

Guerras Brasílicas do Século XXI 15 2º
Soluções Táticas nas Pequenas Frações
Maj Henrique de Oliveira Mendonça, Exército Brasileiro

Resgatando a Essência das Operações de Informação na Guerra Convencional 2 4º
Ten Cel Carlos Eduardo de Matos Barboza, Exército Brasileiro
Maj Luís Henrique Vighi Teixeira, Exército Brasileiro

BRIGADAS DE COMBATE

Estamos Perdendo Oportunidades para Desenvolver a Prontidão Permanente de Todos os Componentes nas Brigadas de Combate 30 4º
Ten Cel Nicholas Melin, Exército dos EUA

CHINA

China Contemporânea 54 1º
Conflito, e não Competição
Timothy L. Faulkner

Expansão Além do Pacífico 26 1º
O Petróleo e a Criação de um Império Chinês nos Séculos XX e XXI
Cap Philip Murray, Exército dos EUA

Identificando Janelas de Oportunidade na Ascensão da China 39 1º
Problematização da Estratégia de Cem Anos da China rumo ao *Status* de Grande Potência
Axel Dessein

CONFLITOS FUTUROS

Para Mudar um Exército: Vencendo Amanhã 66 4º
Gen Div Eric J. Wesley, Exército dos EUA
CW5 *Jon Bates, Exército dos EUA*

COREIA

Sombras de Guerra 3 2º
A Violência ao longo da Zona Desmilitarizada Coreana
Cap Michael Anderson, Exército dos EUA

DIMENSÃO HUMANA

Liderança Baseada na Empatia, A 46 2º
Entendendo a Dimensão Humana
Capl (Maj) John McDougall, Exército dos EUA

EXÉRCITO DOS EUA

Combate nas Áreas Avançadas 69 3º
Modernizando o Reconhecimento e Segurança no Exército dos EUA para Conflitos entre Grandes Potências
Maj Nathan Jennings, Exército dos EUA

Como Vencer a Disputa pela Influência 68 1º
Ten Cel Wilson C. Blythe Jr., Exército dos EUA
Ten Cel Luke T. Calhoun, Exército dos EUA

Não um Mero Exercício Intelectual 21 3º
Lições da Cooperação Institucional entre os Exércitos dos EUA e de Israel, 1973-1982
Maj Ethan Orwin, Exército dos EUA

Para Mudar um Exército: Vencendo Amanhã 66 4º
Gen Div Eric J. Wesley, Exército dos EUA
CW5 Jon Bates, Exército dos EUA

Prevenindo o Colapso 33 3º
Enfrentando a Fricção após o Primeiro Contato com o Inimigo no Centro Nacional de Treinamento
Ten Cel Brian P. Schoellhorn, Exército dos EUA

Restaurando a Ordem a Partir do Caos 79 2º
As Atividades de Assuntos Civis do Exército dos EUA
Maj Assad A. Raza, Exército dos EUA

Sombras de Guerra 3 2º
A Violência ao longo da Zona Desmilitarizada Coreana
Cap Michael Anderson, Exército dos EUA

HISTORIADORES

Utilizando Historiadores do Exército na Força Operacional 78 3º
Cap Michael Loveland, Reserva do Exército dos EUA

INFANTARIA

Produzindo Efeitos Além de Nossas Capacidades 14 4º
As Novas Táticas de Infantaria do 2º Regimento de Cavalaria
Ten Cel Timothy Wright, Exército dos EUA
Cap Victoria Hulm, Exército dos EUA
CSM Daniel Rose, Exército dos EUA

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Desenvolvendo a Prontidão para Confiar no Uso da Inteligência Artificial dentro das Equipes de Combate 36 2º
Capl (Maj) Marlon W. Brown, Exército dos EUA

ISRAEL

Não um Mero Exercício Intelectual 21 3º
Lições da Cooperação Institucional entre os Exércitos dos EUA e de Israel, 1973-1982
Maj Ethan Orwin, Exército dos EUA

LIDERANÇA

Liderança Baseada na Empatia, A 46 2º
Entendendo a Dimensão Humana
Capl (Maj) John McDougall, Exército dos EUA

Liderança Durante as Operações de Combate em Larga Escala 2 3º
CC Jeremy Smith, Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA

Ligando os Pontos 59 3º
Desenvolvendo Líderes Capazes de Transformar Ameaças em Oportunidades
Ten Cel (Res) Richard A. McConnell, Exército dos EUA

Motivando e Instruindo a Geração do Milênio 68 2º
Sergeant Major *Kanessa Trent, Exército dos EUA*

MÉXICO

Guerra Sem Fim 14 1º
A Gênese e Evolução do Narcotráfico no México
Ten Cel Marcelo Neival Hillesheim de Assumpção, Exército Brasileiro

OPERAÇÕES DE COMBATE

Liderança Durante as Operações de Combate em Larga Escala 2 3º
CC Jeremy Smith, Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA

OPERAÇÕES DE ESTABILIZAÇÃO

Mantenha o Foco no Objetivo Final 51 4º
A Importância das Operações de Estabilização
Cel (Res) George F. Oliver, Exército dos EUA

OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO

Resgatando a Essência das Operações de Informação na Guerra Convencional 2 4º
Ten Cel Carlos Eduardo de Matos Barboza, Exército Brasileiro
Maj Luís Henrique Vighi Teixeira, Exército Brasileiro

RESTAURAÇÃO DA ORDEM

Restaurando a Ordem a Partir do Caos 79 2º
As Atividades de Assuntos Civis do Exército dos EUA
Maj Assad A. Raza, Exército dos EUA

RÚSSIA

Dimensões Geoeconômicas das Empresas Militares e de Segurança Privadas da Rússia, As 53 2º
Maj Thomas D. Arnold, Exército dos EUA

Segundo sua Própria Lógica 25 2º
A Arte Operacional Russa na Campanha da Síria
Ten Cel Nicholas Sinclair, Exército dos EUA

SÍRIA

Autoridade Civil em Manbij, Síria, A 3 1º
Usando as Atividades de Assuntos Civis para Implementar os Esforços de Estabilização em Ambientes Não Permissivos
Ten Cel Peter S. Brau, Exército dos EUA

Consolidando Ganhos no Nordeste da Síria 48 3º
Uma Abordagem do Governo como um Todo para Avaliar a Autoridade Civil
Ten Cel Peter Brau, Exército dos EUA

Segundo sua Própria Lógica 25 2º
A Arte Operacional Russa na Campanha da Síria
Ten Cel Nicholas Sinclair, Exército dos EUA

TÁTICA

Conselhos Práticos para Pensar Além do Nível Tático 79 1º

O Processo de Seis Passos

Maj Patrick Naughton, Reserva do Exército dos EUA

TREINAMENTO

Arma Letal 41 4º

Treinamento de Combate Corpo a Corpo e Habilidades Mentais para Assegurar a Superioridade no Combate a Curta Distância

Ten Cel (Res) Peter R. Jensen, Exército dos EUA

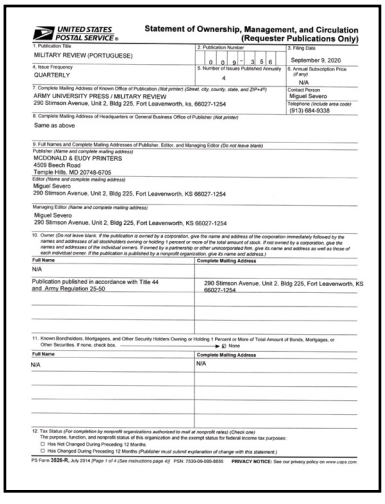
Ten Cel Andy Riise, Exército dos EUA

VISITAS VIRTUAIS

Visitas Virtuais no Estudo de Batalhas e Campanhas Históricas 10 3º

Benefícios e Metodologia

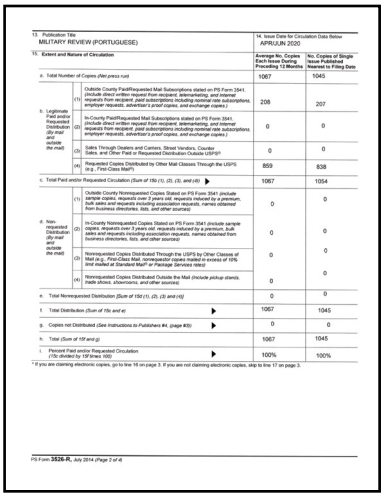
Curtis S. King



UNITED STATES POSTAL SERVICE®

Statement of Ownership, Management, and Circulation (Requester Publications Only)

1. Publication Title: MILITARY REVIEW (PORTUGUESE)
2. Publication Number: 0 0 9 – 3 5 6
3. Filing Date: September 9, 2020
4. Issue Frequency: QUARTERLY
5. Number of Issues Published Annually: 4
6. Annual Subscription Price (If any): N/A
7. Complete Mailing Address of Known Office of Publication (Not printer) (Street, city, county, state, and ZIP+4®): ARMY UNIVERSITY PRESS / MILITARY REVIEW, 290 Stimson Avenue, Unit 2, Bldg 225, Fort Leavenworth, ks, 66027-1254
Contact Person: Miguel Severo
Telephone (Include area code): (913) 684-9338
8. Complete Mailing Address of Headquarters or General Business Office of Publisher (Not printer): Same as above
9. Full Names and Complete Mailing Addresses of Publisher, Editor, and Managing Editor (Do not leave blank)
Publisher (Name and complete mailing address): MCDONALD & ELIDY PRINTERS, 4509 Beech Road, Temple Hills, MD 20748-6705
Editor (Name and complete mailing address): Miguel Severo, 290 Stimson Avenue, Unit 2, Bldg 225, Fort Leavenworth, KS 66027-1254
Managing Editor (Name and complete mailing address): Miguel Severo, 290 Stimson Avenue, Unit 2, Bldg 225, Fort Leavenworth, KS 66027-1254
10. Owner (Do not leave blank. If the publication is owned by a corporation, give the name and address of the corporation immediately followed by the names and addresses of all stockholders owning or holding 1 percent or more of the total amount of stock. If not owned by a corporation, give the names and addresses of the individual owners. If owned by a partnership or other unincorporated firm, give its name and address as well as those of each individual owner. If the publication is published by a nonprofit organization, give its name and address.)
Full Name: N/A — Complete Mailing Address: N/A
Publication published in accordance with Title 44 and Army Regulation 25-50 — 290 Stimson Avenue, Unit 2, Bldg 225, Fort Leavenworth, KS 66027-1254
11. Known Bondholders, Mortgagees, and Other Security Holders Owning or Holding 1 Percent or More of Total Amount of Bonds, Mortgages, or Other Securities. If none, check box. → ☒ None.
Full Name: N/A — Complete Mailing Address: N/A
12. Tax Status (For completion by nonprofit organizations authorized to mail at nonprofit rates) (Check one)
The purpose, function, and nonprofit status of this organization and the exempt status for federal income tax purposes:
☐ Has Not Changed During Preceding 12 Months
☐ Has Changed During Preceding 12 Months (Publisher must submit explanation of change with this statement.)
PS Form 3526-R, July 2014 (Page 1 of 4 (See instructions page 4)) PSN: 7530-09-000-8835 PRIVACY NOTICE: See our privacy policy on www.usps.com

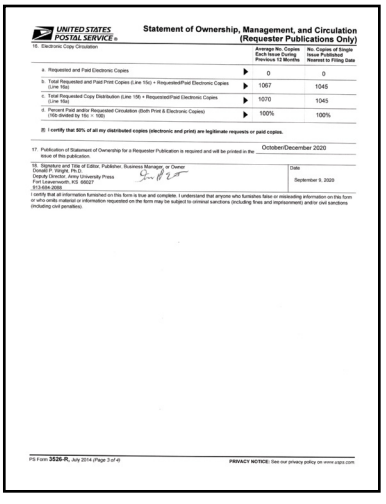


13. Publication Title: MILITARY REVIEW (PORTUGUESE)
14. Issue Date for Circulation Data Below: APR/JUN 2020

15. Extent and Nature of Circulation			Average No. Copies Each Issue During Preceding 12 Months	No. Copies of Single Issue Published Nearest to Filing Date
a. Total Number of Copies (Net press run)			1067	1045
b. Legitimate Paid and/or Requested Distribution (By mail and outside the mail)	(1)	Outside County Paid/Requested Mail Subscriptions stated on PS Form 3541. (Include direct written request from recipient, telemarketing, and internet requests from recipient, paid subscriptions including nominal rate subscriptions, employer requests, advertiser's proof copies, and exchange copies.)	208	207
	(2)	In-County Paid/Requested Mail Subscriptions stated on PS Form 3541. (Include direct written request from recipient, telemarketing, and internet requests from recipient, paid subscriptions including nominal rate subscriptions, employer requests, advertiser's proof copies, and exchange copies.)	0	0
	(3)	Sales Through Dealers and Carriers, Street Vendors, Counter Sales, and Other Paid or Requested Distribution Outside USPS®	0	0
	(4)	Requested Copies Distributed by Other Mail Classes Through the USPS (e.g., First-Class Mail®)	859	838
c. Total Paid and/or Requested Circulation (Sum of 15b (1), (2), (3), and (4))			1067	1054
d. Non-requested Distribution (By mail and outside the mail)	(1)	Outside County Nonrequested Copies Stated on PS Form 3541 (include sample copies, requests over 3 years old, requests induced by a premium, bulk sales and requests including association requests, names obtained from business directories, lists, and other sources)	0	0
	(2)	In-County Nonrequested Copies Stated on PS Form 3541 (include sample copies, requests over 3 years old, requests induced by a premium, bulk sales and requests including association requests, names obtained from business directories, lists, and other sources)	0	0
	(3)	Nonrequested Copies Distributed Through the USPS by Other Classes of Mail (e.g., First-Class Mail, nonrequestor copies mailed in excess of 10% limit mailed at Standard Mail® or Package Services rates)	0	0
	(4)	Nonrequested Copies Distributed Outside the Mail (Include pickup stands, trade shows, showrooms, and other sources)	0	0
e. Total Nonrequested Distribution (Sum of 15d (1), (2), (3) and (4))			0	0
f. Total Distribution (Sum of 15c and e)			1067	1045
g. Copies not Distributed (See Instructions to Publishers #4, (page #3))			0	0
h. Total (Sum of 15f and g)			1067	1045
i. Percent Paid and/or Requested Circulation (15c divided by 15f times 100)			100%	100%

* If you are claiming electronic copies, go to line 16 on page 3. If you are not claiming electronic copies, skip to line 17 on page 3.

PS Form 3526-R, July 2014 (Page 2 of 4)



UNITED STATES POSTAL SERVICE®

Statement of Ownership, Management, and Circulation (Requester Publications Only)

16. Electronic Copy Circulation	Average No. Copies Each Issue During Previous 12 Months	No. Copies of Single Issue Published Nearest to Filing Date
a. Requested and Paid Electronic Copies	0	0
b. Total Requested and Paid Print Copies (Line 15c) + Requested/Paid Electronic Copies (Line 16a)	1067	1045
c. Total Requested Copy Distribution (Line 15f) + Requested/Paid Electronic Copies (Line 16a)	1070	1045
d. Percent Paid and/or Requested Circulation (Both Print & Electronic Copies) (16b divided by 16c × 100)	100%	100%

☒ I certify that 50% of all my distributed copies (electronic and print) are legitimate requests or paid copies.

17. Publication of Statement of Ownership for a Requester Publication is required and will be printed in the October/December 2020 issue of this publication.

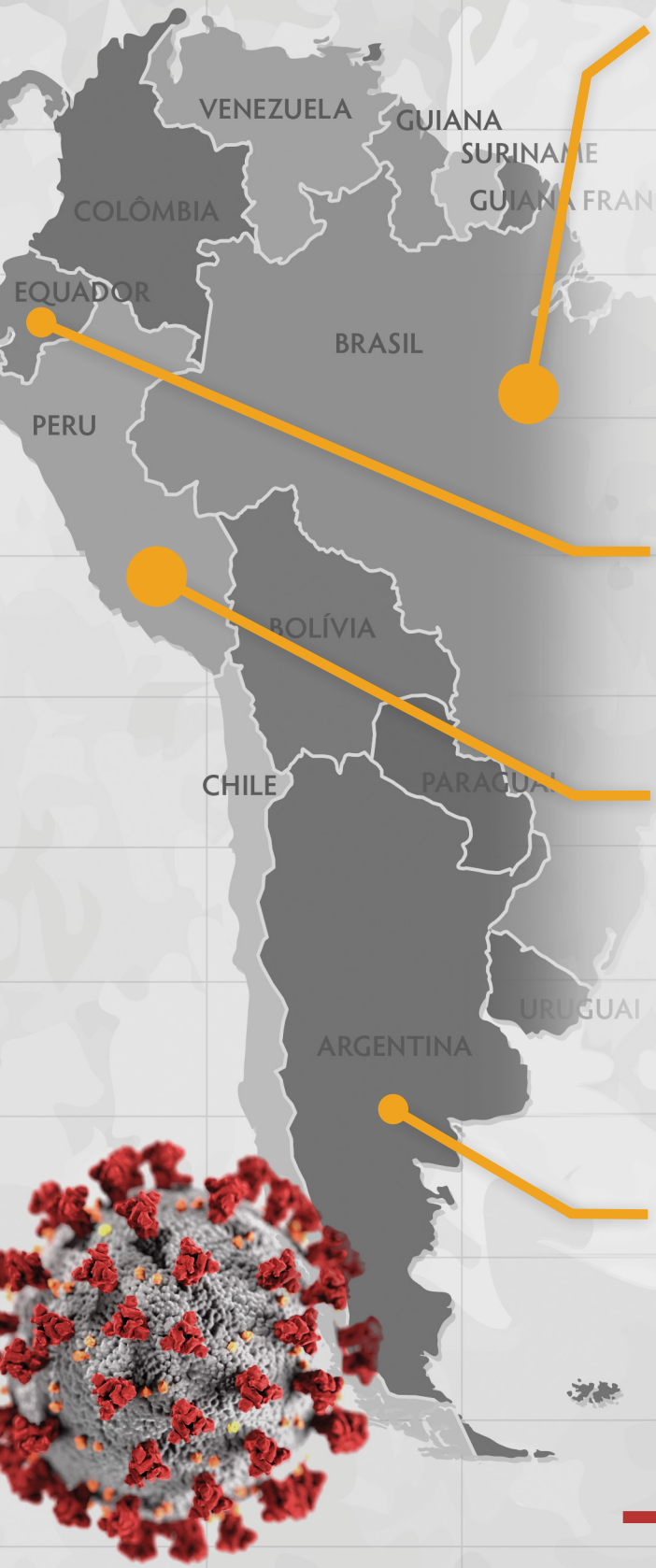
18. Signature and Title of Editor, Publisher, Business Manager, or Owner: Donald F. Wright, Ph.D., Deputy Director, Army University Press, Fort Leavenworth, KS 66027, 913-684-9338. Date: September 9, 2020

I certify that all information furnished on this form is true and complete. I understand that anyone who furnishes false or misleading information on this form or who omits material or information requested on the form may be subject to criminal sanctions (including fines and imprisonment) and/or civil sanctions (including civil penalties).

PS Form 3526-R, July 2014 (Page 3 of 4) PRIVACY NOTICE: See our privacy policy on www.usps.com

USPS Statement of Ownership

As edições brasileira e hispano-americana da *Military Review* publicaram uma série de artigos sobre as ações de diferentes forças armadas no combate à COVID-19.



Brasil

Forças Armadas e Capacidade Relacional na Operação COVID-19

Ten Cel Maurício Gröhs, Exército Brasileiro
Maj Eduardo Luiz Biavaschi, Exército Brasileiro
Prof.ª Dra. Karina Furtado Rodrigues

O Exército Brasileiro e a resposta à Pandemia da COVID-19: Geração de Capacidades no Comando Conjunto Leste

Maj Guilherme de Araujo Grigoli, Exército Brasileiro
Maj Josias Marcos de Resende Silva, Exército Brasileiro
Cel Eduardo Xavier Ferreira Glaser Migon, Exército Brasileiro

O Exército Brasileiro e o Apoio ao Combate à COVID-19

Gen Bda José Ricardo Vendramin Nunes, Exército Brasileiro

Equador

COVID-19 en el Ecuador: Las Fuerzas Armadas del Ecuador en apoyo a las Instituciones del Estado ante la pandemia del virus SARS-CoV-2

Mayor Christian Iván Gniesko, Ejército Argentino
Mayor Diego Xavier Cattán Barreiro, Ejército Ecuatoriano
Mayor Héctor Fernando Medina Carrasco, Ejército Ecuatoriano

Peru

Estrategias del Ejército del Perú en apoyo a la conducción de las acciones militares en la lucha contra el COVID-19

General de ejército Jorge Orlando Céliz Kuong, Ejército del Perú

La gestión multisectorial en tiempos de crisis y la transformación del Ejército del Perú

Coronel Ricardo A. Benavides, Ejército del Perú

COVID-19 en el Perú: El rol del Ejército en el marco de la respuesta del Estado

Coronel Paul E. Vera Delzo, Ejército del Perú

Argentina

COVID-19: El Ejército Argentino Como Primera Respuesta del Estado

Teniente coronel Carlos María Fraquelli, Ejército Argentino

Edição Brasileira - Artigos Exclusivamente On-line:
https://go.usa.gov/xG3Wn

Edición Hispanoamericana - artículos exclusivos en línea:
https://go.usa.gov/xG3WE